

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
PROJETO E CIDADE

**DE ARRAIAL A PATRIMÔNIO MUNDIAL: A REDESCOBERTA DA
CIDADE DE GOIÁS**

STEPHANIE BOTOVCHENCO RIVERA DROGOMIRECKI

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

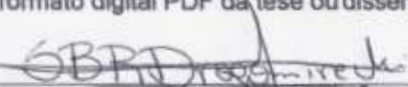
Nome completo do autor: Stephanie Botovchenco Rivera Drogomirecki

Título do trabalho: De arraial a patrimônio mundial: a redescoberta da Cidade de Goiás

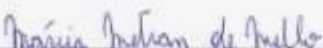
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, toma-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 16/07/2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

STEPHANIE BOTOVCHENCO RIVERA DROGOMIRECKI

**DE ARRAIAL A PATRIMÔNIO MUNDIAL: A REDESCOBERTA DA
CIDADE DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade, em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Márcia Metran Mello

Goiânia

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

DROGOMIRECKI , STEPHANIE
DE ARRAIAL A PATRIMÔNIO MUNDIAL: A REDESCOBERTA DA
CIDADE DE GOIÁS [manuscrito] / STEPHANIE DROGOMIRECKI . -
2019.
CXVII, 117 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. MÁRCIA METRAN DE MELLO.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura - Projeto e Cidade, Goiânia, 2019.
Bibliografia.

1. Cidades coloniais. 2. Patrimônio . 3. Iphan. 4. Cidade de Goiás.
I. METRAN DE MELLO, MÁRCIA , orient. II. Título.

CDU 72.01



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E CIDADE
Campus Samambaia, Av. Esperança, s/nº - Campus Universitário - CEP: 74.690-900, Goiânia/GO.
Fones: (62) 3521-1413 www.fav.ufg.br/projetoecidade

Ata nº 11/2019 referente à reunião de banca examinadora da defesa de dissertação de Stephanie Botovchenco Rivera Drogomirecki – Aos vinte e sete de junho de dois mil e dezenove (27/06/2019), às quatorze horas (14:00), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora, Professores Doutores: Márcia Metran de Mello (PPGPC/UFG), Adriana Mara Vaz de Oliveira (PPGPC/UFG) e Rildo Bento de Souza (UFG), para, sob a presidência da primeira e em sessão pública realizada na sala 19 da Faculdade de Artes Visuais da UFG, procederem à avaliação da dissertação intitulada: "De arraial à patrimônio mundial: a redescoberta da cidade de Goiás", em nível de Mestrado, na área de concentração em Projeto, Teoria, História e Crítica e na Linha de Pesquisa "História e teoria da arquitetura e da cidade", de autoria de Stephanie Botovchenco Rivera Drogomirecki discente do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Márcia Metran de Mello, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra a seguir, foi concedida à autora da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda. Terminada a arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº. 1488/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, a dissertação foi considerada APROVADA, com as seguintes observações

da banca examinadora:
APROVADA MEDIANTE A ENTREGA FINAL DO TRABALHO
REVISADO

Cumpridas as formalidades de pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Rüter Roberto Resende, secretário do Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em quatro vias de igual teor.


Profa. Dra. Márcia Metran de Mello
Presidente – PPGPC/UFG


Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
PPGPC/UFG


Prof. Dr. Rildo Bento de Souza
UFG

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado e me deu um grande apoio para que eu nunca desistisse do mestrado. Em especial, à minha mãe, Tamara Andréia Botovchenco Rivera, e à minha avó, Ekaterina Akimovna Botovchenco Rivera, que sempre foram espelhos para mim, tanto na vida profissional quanto na vida pessoal. Agradeço, com todo o meu amor, à minha filha Elisa Botovchenco Drogomirecki, que foi a minha grande inspiração para que eu conseguisse terminar esta dissertação e nunca deixasse meus sonhos para trás, por mais que a dor fosse grande. Obrigada, minha filha, por ter me guiado neste último ano, que foi tão difícil depois da sua perda. Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos e colegas do mestrado que sempre torceram pela minha vitória e que de alguma forma contribuíram para isso, sejam com palavras, abraços e orações e a Deus por nunca ter me abandonado, por ter me dado forças nos momentos mais difíceis e por estar fazendo uma enorme diferença e transformação na minha vida. Não poderia deixar de agradecer aos membros da banca, Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira e Dr. Rildo Bento de Souza, que, desde o início, acompanharam a minha jornada e me orientaram em todas as bancas da melhor forma possível, para que o meu trabalho se desenvolvesse de uma forma mais clara e objetiva durante este último ano. Por último, meu agradecimento especial à minha orientadora, Dra. Márcia Metran Mello, que, além de ser uma excelente profissional, me acolheu em um momento muito difícil e demonstrou que possui o mais belo que um ser humano pode ter: a compaixão. Obrigada, Dra. Márcia Metran Mello, por ter gentilmente me orientado, me deixando tranquila no momento em que eu já estava esgotada; por ter sido tão paciente e por entender todos os meus problemas.

RESUMO

Visando implantar os poderes confiados pela coroa portuguesa e organizar a ocupação no interior do Brasil, bandeirantes como Bartolomeu Bueno da Silva e mineradores como Manoel Rodrigues Tomar fundaram na capitania de Goiás alguns arraiais, uma espécie de povoamento sem autonomia jurídica ou administrativa e submetida a uma vila, que, nesse caso, era São Paulo. Dentro dessa capitania, um arraial destacou-se tanto economicamente quanto politicamente: o Arraial de Sant'Ana, que, posteriormente, tornou-se conhecido como Vila Boa. Durante séculos, esse núcleo urbano foi fundamental para a economia e a história do estado de Goiás. Quando a capitania de Goiás sentiu o grande impacto da escassez de ouro na região, muitas vilas e cidades foram abandonadas pelos mineradores e acabaram desaparecendo. Vila Boa (atual Cidade de Goiás), porém, sobrevivera a essa escassez, apesar do impacto político que também sofreria no início do século XX, quando a capital foi transferida para moderna cidade de Goiânia. Depois da perda da posição de capital, alguns vilaboenses, aliados a órgãos públicos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), reuniram esforços para tornar a Cidade de Goiás patrimônio cultural mais importante do estado. Ao reconhecer-se a importância dessa cidade goiana, discute-se a sua redescoberta por meio desse patrimônio, atualmente explorado por visitantes, como também os impactos que essa redescoberta da arquitetura e do urbanismo – mediante ações do Iphan e de parte dos moradores da cidade – trouxeram e ainda trazem para o cenário cultural e social no estado de Goiás, além do título que a cidade obteve de patrimônio mundial da humanidade pela Unesco, em 2001.

Palavras-chave: Cidades coloniais; Patrimônio; Iphan; Cidade de Goiás.

ABSTRACT

Seeking to implement the powers to them entrusted by the Portuguese crown, and to organize the occupation in the Brazilians countryside, bandeirantes such as Bartolomeu Bueno da Silva and miners, like Manoel Rodrigues Tomar, founded in the captaincy of Goiás some “arraiais”, a kind of settlement without legal or administrative autonomy, which answered to their local villages (in this case, São Paulo). In this captaincy, one “arraial” stood out, both economically and politically: the Arraial de Sant’Ana, which became later known as Vila Boa. For centuries, this urban nucleus was essential to the state of Goiás economy and history. When the captaincy of Goiás started to feel the great impact of the region’s gold shortage, many towns and cities were abandoned by the miners and eventually disappeared. However, Vila Boa (now known as Goiás) had survived this shortage, despite it also suffering a political impact in the early twentieth century when the capital was transferred to the modern city of Goiânia. After the loss of the State seat, some residents of the City of Goiás, allied to public agencies such as the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Iphan), pooled their efforts in order to make the city the most important cultural heritage site of the state. When one acknowledges the importance of this city, one also has to discuss its rediscovery by means of its heritage, now heavily explored by the local tourism boards, as well as the impacts that this rediscovery of architecture and urbanism - through actions from Iphan and part of the city's residents – brought, and still bring, to the cultural and social scene of the state of Goiás, besides the fact that the city was conferred the World Heritage Site status from Unesco in 2001.

Keywords: Colonial cities; Patrimony; Iphan; City of Goiás.

SUMÁRIO

Introdução	09
1 As cidades coloniais brasileiras	
1.1 A formação das cidades coloniais brasileiras	16
1.2 A fundação da Capitania de Goyaz	26
1.3 Cidade de Goiás: uma história que corre às margens do Rio Vermelho	29
2 A presença do patrimônio no Brasil	
2.1 O patrimônio	44
2.2 O Iphan e sua trajetória	49
2.3 A presença do Iphan na Cidade de Goiás	65
3 Cidade de Goiás e o patrimônio mundial	
3.1 Os personagens patrimoniais da Cidade de Goiás e seu tombamento mundial	75
3.1.1 A Cruz do Anhanguera	83
3.1.2 Cora Coralina	85
3.1.3 O Rio Vermelho	88
3.1.4 Os espaços privados e públicos	91
3.2 Outras contribuições para o tombamento mundial	
3.2.1 A Ovat	98
3.2.2 O Programa Monumenta	100
3.2.3 O Dossiê da Cidade de Goiás	102
Considerações finais	106
Referências	110

INTRODUÇÃO

Historicamente, as cidades são compreendidas, no âmbito material e imaterial, pela síntese dos valores que as constroem. As ruas, becos, largos e sua história contribuíram muito para a formação das cidades históricas coloniais no Brasil. A população que vive em uma determinada cidade histórica é sensível aos monumentos que ali foram implantados, porque eles estão diretamente associados ao passado nacional edificado e a memória daquele povo que ali vive. Halbwachs (2006, ps.100 e 101) explica que a memória é uma dimensão de vivência, física ou afetiva, de identidade de um grupo, através de uma extensão social, enquanto a história são características “escritas” e “impessoais” realizando visivelmente o afastamento entre ambas. A memória coletiva não se confunde com história. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento que se apaga ou se decompõe a memória social.

A cidade histórica não é estática, interage com os homens que ali habitam, ou visitam, e com o patrimônio simbólico que é encontrado nas diversas memórias compartilhadas pela comunidade. Em razão desse constante diálogo com a população, há a construção de um “sistema de valores” que está em constante transformação: a cidade não é somente a cidade do passado.

De acordo com Argan (1998, p. 78), a cidade histórica, muitas vezes, passa a ideia equivocada de que não mais sofrerá transformações, diferentemente da cidade moderna, que está sempre em processo de construção, pois representaria o progresso. É preciso entender, porém, que a cidade histórica se desenvolve e se modifica conforme suas premissas e necessidades cotidianas.

No Brasil, as cidades coloniais, além de serem ricas arquitetônica e urbanisticamente, retratam o passado por meio das paisagens cênicas de integração. Historicamente, essas cidades resultaram de processos conturbados de disputa de poder, conflitos étnicos, sociais, simbólicos, estéticos e dos mais diferentes interesses pessoais. A Cidade de Goiás, como cidade colonial, ocupa uma posição de destaque por ter sustentado, de diversas formas, a sua memória e seu patrimônio cultural durante séculos.

Conhecida como a cidade de Cora Coralina, da Procissão do Fogaréu, do Rio Vermelho, a cidade do Anhanguera e um dos Patrimônios Mundiais “do Estado de Goiás”, a Cidade de Goiás sobressai-se desde a descoberta do ouro em sua região. A fundação dessa cidade ocorreu em 1727, às margens do Rio Vermelho, pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, que lhe deu o nome de Arraial de Sant’Ana como homenagem à santa. Posteriormente, o arraial (povoação com caráter temporário) passou a ter o título de vila (sede política-administrativa) e foi denominada Vila Boa de Goyaz.

Durante muitos anos, Vila Boa e o Arraial de Traíras destacaram-se no cenário político e econômico brasileiro. A primeira, por ter sido a capital da Capitania Geral de Goiás até o século XX. A segunda, detentora de uma das maiores jazidas de ouro em Goiás, foi o local em que D. Pedro II pernoitou, transformando-se em capital nacional por 24 horas. Assim como outras vilas e arraiais, Vila Boa e Arraial de Traíras formaram-se de maneira relativamente espontânea e não seguiram nenhuma orientação espacial, pois os mineradores que colonizaram essas localidades não tinham certeza se ali permaneceriam ou se buscariam outras paragens com jazidas de ouro. O progresso inicial de Vila Boa deu-se em um curto período de tempo, com a exploração do ouro. Foi nesse momento que diversos edifícios foram erigidos, como a Casa de Câmara e Cadeia, a Casa de Fundação e o Palácio Conde dos Arcos, além das diferentes igrejas que estavam sob o comando de diversas ordens religiosas (IPHAN, 2019).

A queda da extração do ouro e o deslocamento dos mineiros para outras regiões fizeram com que as vilas em Goiás ficassem estagnadas no tempo ou desaparecessem, o que gerou o abandono e a deterioração de grande parte do patrimônio arquitetônico do estado. Esse patrimônio perdeu o seu valor gradativamente, chegando a ser destruído pela própria população, que, muitas vezes, não queria aquelas “velharias” em sua cidade.

Um exemplo disso foi o que ocorreu com o Arraial de Traíras (localizado na região norte de Goiás), que sediava a segunda maior região de extração de ouro na capitania de Goiás (IPHAN, 2017). Hoje só existem os resquícios das suas igrejas, da Casa de Câmara e Cadeia, da Casa de Fundação e pouquíssimas residências, que já estão em estado de degradação.

Vila Boa, atual Cidade de Goiás, conseguiu manter as suas edificações e a sua memória viva. Com o apoio da população local, por meio da Organização Vilaboense de Artes de Tradições (Ovat), e do poder público, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a cidade peleja para manter sua história, memória e seu patrimônio cultural vivo, por meio das festas comemorativas, restaurações e revitalizações. De acordo com Reis (1968, p. 96), a revitalização nas cidades coloniais está diretamente ligada aos prédios históricos, já que as construções mais recentes constituem parte da vida da cidade. Revitalizar significa reativá-los e mantê-los vivos contra a morte urbana. Preservar quer dizer manter o movimento da vida social.

Objetivando revitalizar as cidades históricas, reativar os seus edifícios e manter a sua história e memória, em 30 de novembro de 1937, foi editado o Decreto-Lei nº 25, que definia o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, e a sua conservação era considerada de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937). Em janeiro do mesmo ano, por meio da Lei nº 378, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN.

O SPHAN, desde a sua criação, trabalhou arduamente para a preservação de diversos edifícios e cidades em todo país. O seu trabalho iniciou-se na região de Minas Gerais, com a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, e daí estendeu-se a outros estados, como Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O trabalho do SPHAN trouxe para o Brasil o conceito de cidade-patrimônio, com “a função, ao mesmo tempo, educativa e de representação, atendendo a demanda política dos anos de 1930, de afirmação de uma identidade nacional e de construção de uma ideia de arte e arquitetura brasileira” (SANT’ANNA, 2017, p. 140).

Essas cidades-patrimônio, bem como os tombamentos de edificações, marcaram o momento de construção da brasilidade como forma de ser, viver e construir, e ainda são testemunhas vivas do passado nacional, propiciando aos cidadãos brasileiros o entendimento da formação da sua própria cultura, arte e história.

A revalorização das paisagens compostas pelos monumentos históricos tem contribuído para as paisagens urbanas, trazendo um novo sentido no campo cultural. Embasada pela memória local e pelo reconhecimento histórico, a revitalização das cidades históricas coloniais passou a ser uma consequência da luta em defesa da sobrevivência dessas cidades.

Na Cidade de Goiás, o conceito de preservação fortaleceu-se na década de 1930, nos grupos resistentes da antiga capital Vila Boa, concentrando-se a sobrevivência no espaço urbano da cidade, devido à transferência da capital para Goiânia. Juntamente com esse conceito, o SPHAN começou a fazer suas primeiras intervenções na Cidade de Goiás, com a intenção de mostrar a importância histórica e patrimonial da antiga capital do estado de Goiás, reconhecendo-a como o centro da tradição da política e cultura do estado (GOMIDE, 2005).

Segundo Tamaso (2007), na década seguinte (1940), o arquiteto Edgar Jacintho da Silva solicitou a autorização do diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, para deslocar-se ao estado de Goiás e fazer o levantamento dos edifícios históricos que ali existiam, subdividindo as edificações goianas em três grupos históricos. Nesse mesmo período, o arquiteto pediu à direção do SPHAN o envio da documentação para o tombamento de alguns edifícios na Cidade de Goiás.

As grandes incorporações do patrimônio em Goiás ocorreram na década de 1950 e foram agenciados por técnicos, especialistas e burocratas do SPHAN. Naquela oportunidade, os profissionais selecionaram os bens da Cidade de Goiás considerados “representativos da nação”, reconheceram-nos como patrimônios brasileiros, tomaram algumas decisões em relação à restauração, conservação e recuperação desses edifícios, bem como efetivaram a mudança de uso de alguns prédios públicos (TAMASO, 2007).

Parafraseando Gomide (2005), o renascimento urbano da Cidade de Goiás aconteceu quando a população e os órgãos públicos reconheceram a importância da cidade no âmbito histórico-cultural, que se deu formalmente na década de 1950, oportunidade em que vários edifícios públicos e religiosos foram tombados pelo SPHAN. Consequentemente, a Cidade de Goiás recuperou a sua notoriedade e seu poder histórico-patrimonial.

Enfrentando a resistência de alguns moradores da Cidade de Goiás, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), antigo SPHAN, continuou atuando no município com o apoio de outros moradores, que almejavam o reconhecimento da cidade como o patrimônio histórico mais importante do estado de Goiás. Em 1978, com a ajuda da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat), o Iphan fez a sua segunda intervenção na localidade, incluindo todo o entorno dos principais edifícios que já haviam sido tombados no âmbito de proteção do patrimônio.

No entanto, foi durante as décadas de 1990 e 2000 que a fixação pelo passado espalhou-se em crescente velocidade, intensificando os processos de patrimonialização e a corrida pelo título de patrimônio mundial junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Isso ficou evidente pela quantidade de sítios naturais e culturais que foram tombados nesse período.

Segundo Tamasso (2007), nas últimas décadas essa “onda universalizante da Unesco” tornou-se cada vez mais um valor para as inúmeras cidades que perceberam que “moderno é ser antigo”. O número de cidades que solicitou a sua inscrição na lista de patrimônios mundiais aumentou de forma expressiva nesse período. Houve uma “corrida” ou “cruzada” para que seus excepcionais e singulares “espólios da história” e da cultura obtivessem o título de patrimônio mundial junto à Unesco.

Exatamente nesse momento, os moradores e visitantes da Cidade de Goiás, reconhecendo a sua importância histórica, decidiram inscrevê-la para concorrer ao título de patrimônio mundial. Os vilaboenses e os órgãos públicos utilizaram a memória do povo goiano, os grandes personagens que ali viveram, como o bandeirante Anhanguera e a poeta Cora Coralina, bem como Rio Vermelho. A importância dos edifícios coloniais e ecléticos na Cidade de Goiás também foi ressaltada para que ela pudesse receber o título de patrimônio mundial. No dia 13 de dezembro de 2001, a população goiana foi informada de que a Cidade de Goiás se tornara um patrimônio mundial pela Unesco.

Como problema principal desta pesquisa, escolheu-se perscrutar quais foram as implicações para redescoberta da Cidade de Goiás e quais foram os

agentes que a tornaram um patrimônio mundial. Partindo dessa problematização, a hipótese deste estudo é revelar a maneira com que essa redescoberta da arquitetura colonial e, posteriormente, da arquitetura eclética na Cidade de Goiás trouxe algumas distorções no quesito “cidades históricas”, relacionadas ao seu patrimônio.

Na Cidade de Goiás, o consumo cultural dos lugares transformou o seu patrimônio em objeto de discussão, situando-o entre o valor simbólico e o valor econômico de seus bens, o que foi muito discutido quando a cidade se candidatou a patrimônio mundial. Esclarece Meneses (1999) que todo esse conflito deu-se, principalmente, em razão do turismo, que é o responsável pela atual transformação do valor cultural em valor de mercado. O turismo propõe-se à fruição apenas visual dos lugares, eliminando o sentido cultural do local, bem como os seus significados e simbologias, que representam o universo maior e mais profundo do habitante da cidade.

O objetivo desta dissertação é apontar como a Cidade de Goiás foi redescoberta por meio de seu patrimônio, com o apoio de parte da população da cidade e dos órgãos públicos. Como objetivos específicos, intentou-se discorrer sobre a formação das cidades coloniais brasileiras, bem como a concepção e o desenvolvimento da Cidade de Goiás, e definir o que é o patrimônio e sua importância para o Brasil. Nesse último ponto, será abordada a atuação do Iphan no Brasil e em Goiás, no presente e no passado, além da trajetória da Cidade de Goiás para alcançar o título de patrimônio mundial pela Unesco.

Para desenvolver o tema deste trabalho, a dissertação foi dividida da seguinte maneira: o primeiro capítulo discorre sobre a formação das primeiras cidades coloniais brasileiras, esclarecendo como elas influenciaram na formação de outras cidades coloniais, tanto urbanística quanto arquitetonicamente, com enfoque na história da Cidade de Goiás, no âmbito urbano, arquitetônico e político. O segundo capítulo é um arrazoado sobre a presença do patrimônio no Brasil, evidenciando a importância que esse patrimônio tem hoje em todo o país, especialmente nas cidades históricas, a atuação do Iphan em todo Brasil, a sua trajetória até meados do século XXI e a presença desse órgão na Cidade de Goiás. O terceiro capítulo concentra-se totalmente na Cidade de Goiás e aponta a

importante ação de alguns personagens e órgãos durante o processo de obtenção do título de patrimônio mundial.

1 AS CIDADES COLONIAIS BRASILEIRAS

Mas tudo é inexoravelmente colonial:
Bancos, janelas, fechadura, lampiões.
O casario alastra-se na cacunda dos morros,
rebando dócil pastoreado por igrejas:
A do Carmo – que é toda de pedra,
A da Matriz – que é toda de ouro.
(Carlos Drummond de Andrade, 1955)

1.1 A FORMAÇÃO DAS CIDADES COLONIAIS BRASILEIRAS

Durante os primeiros séculos após a conquista e a colonização do Brasil, os portugueses se limitaram à exploração abrasiva dos recursos naturais, em especial do pau-brasil (considerado uma especiaria), sem a preocupação de criar núcleos de povoação no litoral, muito menos no interior do país (SANTOS, 2008). Segundo Reis (1968), com a vinda de Martim Afonso de Sousa, em 1531, foi cumprida a ordem determinada por D. João III: a fundação das primeiras vilas do Brasil, São Vicente e Piratininga, que tinham a função de povoar uma pequena parte do vasto território brasileiro.

A partir do ano de 1532, Portugal iniciou a ocupação regular do território brasileiro, com o sistema das capitanias hereditárias. Nesse período, os donatários, que quase sempre eram figuras relativamente importantes, criavam vilas e cobravam de seus moradores tributos para a utilização de terras e para o desenvolvimento das atividades rurais (SANTOS, 2008). “Durante o quinhentismo, a área efetivamente povoada no Brasil se limitava a orla litorânea do Rio Grande do Norte a São Paulo” (REIS, 1968, p. 43).

Reis Filho, em uma de suas obras, aclara as etapas por que passou a urbanização brasileira durante o período colonial:

Em relação à urbanização brasileira, podem-se ser assinaladas três etapas de mais intensa urbanização. A primeira mais modesta em São Paulo entre 1650 e 1660 com a fundação de vilas na área do atual Estado e duas mais ao Sul. Corresponde ao esforço de ocupação portuguesa em direção ao Prata, nos anos seguintes a Restauração. A essas vilas deve ser acrescentada a Colônia do Sacramento, cuja administração ficava subordinada diretamente ao governo do Rio de Janeiro. A segunda etapa corresponde a fundação de sete vilas, entre os anos de 1690 a 1700, justamente quando ocorrem as autorizações régias para que os governadores promovam a fundação de vilas. Somente em um ano, 1693, na área da Bahia foram fundadas quatro. A descoberta do ouro no interior promoveu um afluxo da população própria Colônia e de Portugal, provocando na região das minas a terceira etapa de urbanização intensa, entre 1670 e 1720, com a fundação de oito vilas. (REIS FILHO, 2000, p. 84).

Cidades, vilas, povoações, pousos, lugares, aldeias e arraiais eram concentrações demográficas peculiares e características do Brasil colonial. Apenas as cidades e vilas, porém, possuíam sedes do poder político e administrativo. Essas unidades eram formalmente estabelecidas em uma data e termo de fundação, instituídas politicamente como um território legal por onde se estendia o seu poder.

Observa-se que as primeiras vilas implantadas pelo governo português na América não foram projetadas, e suas silhuetas estavam diretamente ligadas à linha da paisagem. Nesse período, não existia rigor ou método para a implantação dessas vilas, dando-lhes características de abandono. Os edifícios eram todos praticamente feitos em taipa de mão e acobertados de palha (HOLANDA, 1982).

Murillo Marx, em *Cidade no Brasil: terra de quem?*, revela como foi o início do período colonial brasileiro, quanto à criação das vilas e das cidades no Brasil:

Nem sempre a elevação à vila ou mesmo a cidade expressava a existência de uma aglomeração de porte tal que a justificasse. Sugere a provável limitação dos dados que manuseia pelo seu próprio cunho oficial, ou seja, o fato de estar considerando apenas os aglomerados que foram sendo aceitos pelo poder instituído, reconhecidos e, num determinado momento, erigidos em vilas ou cidades. A institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por um cura, pela sua elevação de um dia matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo status de paróquia ou freguesia. (MARX, 1991, p. 18).

Os primeiros núcleos urbanos tinham o caráter eminentemente militar, apresentando uma característica peculiar: a localização, que geralmente estava na parte mais alta de uma colina, confirmando a preocupação com a defesa desses aglomerados urbanos. De acordo com Reis Filho (1968), os núcleos menores

instalavam-se, em sua maioria, nos sítios acidentados do topo das colinas. Os traçados apresentavam, no conjunto das características, a marcante irregularidade. As ruas eram criadas tomando por base as condições topográficas mais favoráveis e eram ligações entre os pontos mais importantes na vida desses núcleos, como mercados, igrejas e casa de câmara e cadeia. Nos primeiros séculos, essa irregularidade era constante nas cidades brasileiras, em razão da escolha do sítio por uma necessidade de defesa, ou por causa das explorações minerais.

Figura 1 - Mapa de São Vicente - 1532



Fonte: <http://www.saovicentenamemoria.blogspot.com.br>, 2018.

Os núcleos de maior importância já surgiam no Brasil assumindo a condição de cidades e eram instalados sempre nas capitanias pertencentes à Coroa, à qual competia o seu controle e a tarefa de urbanização. Conforme Coelho (1997), esses núcleos eram conhecidos como cidades reais e os seus habitantes subordinavam-se diretamente ao Governo Geral.

Durante os séculos XVI e XVII, as vilas e as cidades brasileiras foram inspiradas na tradição urbana portuguesa e possuíam características morfológicas semelhantes. Já as cidades interioranas incorporaram valores que sintetizavam

padrões qualitativos e elementos estruturais das metrópoles litorâneas, porém de maneira mais simples (SANTOS, 2008).

De acordo com Almeida (2006), o conhecimento erudito, mesclado à prática da experiência no território brasileiro, compôs a síntese dos diferentes referenciais e modelos, fazendo com que as cidades adotassem uma coerência formal e se estruturassem na base de um mesmo conjunto de princípios, no qual se identificam algumas características morfológicas que podem ser notadas tanto em Portugal como nos países que foram colonizados por ele, em diferentes épocas históricas, com traçados de origem erudita e vernácula. Por essa razão, observa-se uma identidade formal entre as cidades brasileiras e portuguesas desse período.

Independentemente do período da colonização brasileira, os núcleos urbanos implantados seguiram quatro modelos característicos: traçado inteiramente irregular, traçado com relativa regularidade, traçado inicialmente irregular, com posterior procedimento de regularização, e traçado de perfeita regularidade. Os dois últimos traçados estão atrelados à participação profissional dos engenheiros militares.

Santos (2008) explica que os dois primeiros modelos retratam núcleos surgidos sem a participação oficial, representados por meio das aglomerações implantadas pelos primeiros colonizadores, justamente aquelas que surgiram durante o período minerador, quando a velocidade de ocupação em parte do território brasileiro não deixava tempo para planejamentos.

As configurações espaciais desses núcleos urbanos tiveram papel central nas decisões dos colonizadores, tanto que o ato colonizador era acompanhado da legitimação da ocupação do território mediante os símbolos materiais (pelourinho, cruzes, etc.), a documentação e, especialmente, o desenho. Conhecer o espaço já ocupado, ou a ser desbravado, era uma necessidade impositiva para o seu uso racional e estratégico. Andrade (2013) reforça a importância da localização das vilas no Brasil:

As principais construções dos núcleos históricos, o recorte espacial das freguesias e localização dos edifícios religiosos e, no âmbito regional, o percurso/direção dos caminhos terrestres – para cada uma delas havia uma clara racionalidade – derivada do conhecimento e do espaço geográfico [...] As vilas fundadas pelos donatários ou pela coroa, tinham sempre o papel estratégico de controle sobre um território e, nesse sentido, possuíam o seu sítio estabelecido também segundo as possibilidades de alcance ao termo e/ou conexão com outras unidades do poder colonizador. (ANDRADE, 2013, p. 42-43).

A localização à beira-mar ou à margem de um rio era uma das características mais marcantes das cidades brasileiras durante todo o período colonial. O rio possibilitava acesso e comunicação, além de ser o ponto central das edificações urbanas, estabelecendo o uso racional do espaço quanto a sua ocupação e ao seu abastecimento.

Na obra *A construção da cidade brasileira*, Teixeira (2004) explica a relação entre as cidades portuguesas e as cidades coloniais brasileiras:

A maior parte das cidades brasileiras corresponde às características de localização das cidades de origem portuguesa, desenvolvendo-se ou em situações costeiras, à beira de uma baía, ou junto a rios ou outros cursos de água. As que se desenvolvem junto ao mar situam-se geralmente em terrenos de encosta. As que se desenvolvem junto a rios situam-se geralmente em pendentes suaves. Os seus traçados – seja de cidades costeiras ou ribeirinhas – apresentam princípios idênticos. Uma e outra são variantes de um modelo mais geral. O ponto topograficamente dominante do território é ocupado geralmente pelo castelo, ou por uma situação defensiva, desenvolvendo em torno de si um pequeno núcleo construído. A uma cota mais baixa, ao longo do mar ou do rio, desenvolve-se por outro lado a primeira grande via estruturante da cidade. Em embrião surge-nos assim a estrutura característica destas cidades, constituída por uma cidade alta e por uma cidade baixa [...]. Nas cidades beira-rio esta via estruturante situa-se na pendente para o rio, a meia encosta, deixando livre para a agricultura os terrenos mais pertos do curso de água. A sua implantação está geralmente condicionada pelo limite do nível freático, de forma a permitir a abertura de ocos dentro do aglomeramento urbano. (TEIXEIRA, 2004, p. 30).

Outro ponto importante relacionado às cidades coloniais litorâneas e interioranas é a implantação das praças. Santos (2008) explica que as praças do Brasil colonial eram o centro de encontros da vida urbana, onde se realizavam as cerimônias cívicas, religiosas e recreativas, além das festividades, e serviam ainda aos mercados e às feiras. Nelas estavam localizados os principais edifícios das vilas

ou cidades, que também ajudavam a enobrecer aquele espaço: a Casa de Câmara e Cadeia, a Casa dos Governadores e a Igreja Matriz.

Ainda em relação à configuração desses espaços, é possível perceber que “Existem praças geradas a partir da estrutura física do território e praças geradas a partir de ações de planejamento” (ALMEIDA, 2006, p. 32). Além disso, os edifícios excêntricos do período colonial sempre apresentavam uma arquitetura mais sofisticada, o que os tornava ponto de referência e vetores de expansão, elementos extremamente importantes para a hierarquização dos espaços urbanos. Foi assim que esses edifícios ocuparam colinas, centros ou extremidades das praças, ou em diferentes convenções dessas estratégias de desenhos.

Com o insucesso da implantação das capitâneas hereditárias, as vilas pereceram ou vegetaram sem maior significado, apenas se salvando as vilas de São Vicente, Olinda e Vitória. Nesse cenário, a fundação da cidade de Salvador sinalizou o começo de uma nova fase na colonização no Brasil.

De acordo com Santos (2008), a criação das capitâneas foi uma tentativa de colonização descentralizada, porém, depois se adotou uma política inversa: a de centralização total, tendo como sede a cidade de Salvador, na Bahia, situada quase no centro geométrico da costa explorada pelos portugueses. Entre a formação da cidade de Salvador e a da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, decorreram apenas 16 anos. Esses núcleos de maior importância assumiram a condição de cidades que eram implantadas nas capitâneas pertencentes à Coroa, à qual competia o controle e o desenvolvimento da urbanização.

Coelho (1997) explica que o coroamento de D. João IV em 1640, na fase conhecida como Restauração Portuguesa, trouxe grandes mudanças às cidades brasileiras. Embasada em novas necessidades econômicas, a Coroa portuguesa incentivou a formação das bandeiras, objetivando a busca por minérios. Ao mesmo tempo, na Bahia, os criadores de gado da região do Rio São Francisco iniciaram a sua interiorização, em busca de novas pastagens e novas fronteiras para a criação do rebanho. Durante esse período, com a queda do preço do açúcar brasileiro no mercado europeu, Portugal praticamente dependia da exportação de sal, vinhos, pescados e azeite, e da importação de frutas cítricas e drogas do Brasil.

Em razão de todas essas questões, a Coroa passou a estimular a formação de agências exploradoras com o objetivo de desbravar o interior do Brasil em busca de metais preciosos, talvez como última possibilidade econômica de manutenção do poder. O desempenho dessas expedições exploradoras era promovido, principalmente, em função de haver no interior do continente uma larga extensão de terra que, mesmo pertencendo à Coroa espanhola, estava totalmente abandonada, favorecendo a penetração e a exploração por parte dos portugueses, que, aos poucos, foram abrindo as suas fronteiras. Desde a descoberta do Brasil e da sua colonização, o ouro sempre foi uma das grandes obsessões tanto do governo português quanto dos colonizadores que aqui se fixaram (COELHO, 1997).

Lemes (2009, p. 385) esclarece que a descoberta de grande quantidade de ouro ocorreu por volta de 1696, ocasião em que se iniciaram as explorações em Ouro Preto, São João Del Rey, Mariana e Sabará. Anos mais tarde, a mudança da capital administrativa de Salvador para o Rio de Janeiro deu-se, também, em razão do crescimento da economia de mineração em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Nesse contexto, o descobrimento de grandes jazidas de ouro levou a um processo de ocupação territorial que culminou com o domínio de toda a região central da América pelos portugueses, até a fronteira oeste, constituindo as suas bases em Mato Grosso e Goiás.

As cidades litorâneas, como Rio de Janeiro e Salvador, eram situadas em locais definidos como pontos estratégicos, funcionando, em todos os aspectos, como centros regionais, sendo que, por meio delas, se desenrolavam as tendências centralizadoras da política administrativa de Portugal. A localização dessas cidades era, também, uma forma, ainda que discreta, da contenção de disseminação da população pelo território brasileiro (REIS FILHO, 1968).

Durante o século XVI, o Brasil já possuía três cidades e quatorze vilas. Segundo Azevedo (1992), as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro destacavam-se por ter uma função político-administrativa, pois ambas eram sedes do Governo Geral. Já no século XVII, foram criadas no Brasil trinta e sete vilas, em razão da criação dos engenhos açucareiros e, principalmente, da exploração de terras no interior do Brasil pelos bandeirantes, que buscavam escravos e pedras preciosas.

Figura 2 - Mapa da cidade de Salvador - 1629



Fonte: <https://www.history.fas.harvard.edu>

Com o descobrimento do ouro na região de Minas Gerais, houve um aumento significativo da imigração de portugueses e do tráfico de escravos. De modo geral, as primeiras vilas foram implantadas sobre assentamentos mineradores preexistentes que, logo nos primeiros anos de ocupação, já constituíam arraiais concentrados comunitariamente em torno de pequenas capelas (SANTOS, 1951).

A população das minas, que estava reunida nas proximidades dos seus locais de trabalho, era totalmente urbana, ao contrário da população açucareira e posteriormente cafeeira. Coelho (1997) esclarece que uma nova fase se iniciava por causa da descoberta de ouro e pedras preciosas no interior do Brasil. De retaguarda rural, o Brasil passou a apresentar regiões de intensa vida urbana. Nas capitanias de Minas Gerais e de Goiás, a ocupação e a disposição do espaço urbano ocorreram de forma diferente de outras capitanias que se encontravam, principalmente, no litoral brasileiro. Nos dois casos, de Minas Gerais e Goiás, os núcleos urbanos originaram-se próximo ao local de exploração, junto aos cursos d'água e subiram perifericamente nas encostas dos vales.

Segundo Murillo Marx (1989), os povoamentos determinados pela mineração são os mais irregulares e incertos, sem nenhuma premeditação, sem nenhuma ordem. Onde aparecia o ouro, surgia a povoação; quando o ouro acabava, os mineiros mudavam-se para outro lugar e a povoação definhava ou desaparecia. As regiões mineradoras que permaneceram ativas possuíam um espaço aberto

conhecido como largo, que geralmente tinha uma configuração irregular, e onde, muitas vezes, encontravam-se os elementos arquitetônicos de maior valor. Isso pode ser claramente observado na cidade de Ouro Preto, na qual as principais edificações estão frente a frente, como a Casa do Governador, a Câmara e Cadeia, e na cidade de Cuiabá, onde a Igreja Matriz dominava visualmente toda a área.

Era costume, em praticamente toda colônia, uma povoação começar pela construção de uma pequena capela. Nas regiões de mineração, os núcleos, no primeiro momento, eram apenas acampamentos provisórios, propensos ao desaparecimento caso a produção de ouro não se desenvolvesse naquele local. As capelas ali construídas também eram bem precárias. À medida que o núcleo se concretizava, essas capelas-ranchos eram trocadas por construções mais estáveis, com materiais mais duráveis (SANTOS, 2008).

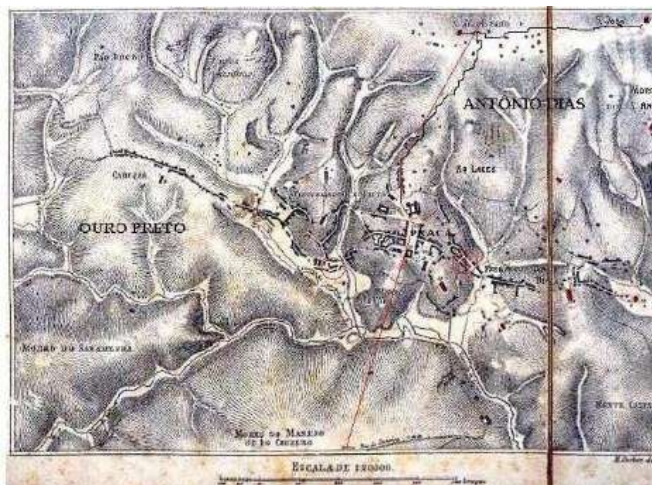
De acordo com Mello (1985), na capitania de Minas Gérias, esses núcleos se estabeleceram com certa proximidade uns dos outros, e, na maioria das vezes, eram separados por matas densas, criando-se uma interação entre esses agrupamentos, o que foi essencialmente responsável pelas primeiras demarcações mineradoras. Esses núcleos tinham um ponto comum em relação à proximidade ou mesmo à ligação direta com o caminho geral, a estrada, que, fazendo a amarração entre eles, promovia o fornecimento de mantimentos vindos, principalmente, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já na capitania de Goiás, cada núcleo nascia sozinho e isolado e não existia, como em Minas Gerais, uma preocupação com a demarcação durável. A exploração do ouro em Goiás proporcionou uma ocupação territorial concentrada nas regiões Centro-Norte e Nordeste e em alguns pontos no Sudeste. O Norte, o Sul e o Sudoeste só foram ocupados posteriormente com a agropecuária.

É importante observar que, para obter o controle máximo no escoamento da produção do ouro e de pedras preciosas, e para tentar prevenir o contrabando dessas pedras, era reduzido o número de estradas que faziam a interligação da população mineradora com o resto do país (fora das áreas de mineração). Se por um lado isso concedia maior controle, por outro, contribuía para o isolamento do povo dessa região mineradora, sendo esse um fator determinante para a sua própria cultura, pois tornava essa população alheia ao que acontecia no restante da colônia. Assim, a relação com a estrada passava a ser essencial na vida do mineiro, uma vez

que se convertia em instrumento para a obtenção de mantimentos, de notícias e de informações, além de levar o contato direto de um centro minerador a outro, de um arraial ou vila a qualquer outro núcleo de mineração (COELHO, 1997).

Coelho (1997, p. 73) também observa em sua obra que “esse relacionamento com a estrada, além de dar ao núcleo uma conformação mais longilínea, faz com que a rua principal seja geralmente o aproveitamento da própria estrada ou de alguma outra via que será, no entanto, sempre paralela a ela”.

Figura 3 - Mapa de Ouro Preto - Século XVII



Fonte: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-minas-gerais>.

Durante todo o século XVII, o território dos atuais estados de Goiás e Tocantins foi cursado em todas as direções sem que nenhum dos aventureiros evidenciasse interesse em se fixar na região, sendo que, nessa época, o aprisionamento de índios era o negócio principal das expedições. Além disso, era na região litorânea que o índio aprisionado se transformava em lucro ao ser comercializado como escravo.

No século XVIII, na capitania de Goiás, três zonas foram povoadas. A primeira, situada no Centro-Sul, era uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo ou nas suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia, Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá e Vila Boa. A segunda zona de povoamento foi a localizada

na região do Tocantins. A terceira região, estabelecida no norte da capitania, abrigava alguns arraiais dispersos como São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Nacional (PALACÍN, 1994).

Nos séculos XVII e XVIII, as proporções das cidades passaram a associar-se não só à regularidade do traçado, mas também à adoção dos modelos arquitetônicos, aos quais deveria obedecer a construção de ruas, de praças e até mesmo de toda a cidade. Segundo Teixeira (2004, p. 28), “As cartas Régias e os Autos de Fundação de núcleos urbanos brasileiros desse período testemunharam esta relação cada vez mais afirmada entre a formosura da cidade e da regularidade do traçado.”

Para Andrade (2013, p. 73), o

imenso território brasileiro e a dificuldade histórica de ocupação do interior produziram grande diversidade regional em relação ao período em que se deu a urbanização, a integração dos núcleos urbanos no âmbito da região e mesmo quanto aos agentes de produção do espaço urbano.

Essa diversidade gerou regiões com diferentes níveis de urbanização e com características típicas dos eventos que ali se sucederam. Em linhas gerais, é possível identificar formações urbanas litorâneas, mineiras, amazônicas, da fronteira sul e do oeste, cada uma com características marcantes da urbanização dessas regiões.

1.2 A FUNDAÇÃO DA CAPITANIA DE GOYAZ

Os boatos sobre as fabulosas riquezas e montanhas de ouro definiram os primeiros caminhos demarcados na região de Goiás. Essas primeiras incursões tinham por objetivos a procura de jazidas auríferas e a transformação dos nativos em cristãos, bem como a dizimação dos índios resistentes. Após peregrinar por três anos, Bartolomeu Bueno da Silva, superando dificuldades que geraram dissidências

entre os membros da bandeira, localizou, onde estivera seu próprio pai, as aluviões do Rio Vermelho e dos seus afluentes (COELHO, 2001). Segundo Palacín (1994), a exploração do ouro fizera Goiás ser incluído na história brasileira. Durante os vinte primeiros anos da mineração, no período da seca, praticamente todo o território goiano foi explorado pelas bandeiras que procuravam novas jazidas de ouro.

A descoberta de veios auríferos no século XVIII no sertão brasileiro trouxe o aumento da população, a interiorização no Brasil e a implantação de arraiais, que, posteriormente, tornaram-se vilas. Com a exploração do ouro e a aglomeração de pessoas, originou-se a capitania de Goiás. A vinda dos portugueses em grande quantidade nas bandeiras influenciou a maneira como essa capitania foi ocupada, tanto em relação à organização do espaço urbano quanto ao espaço interno das edificações. Essa ocupação inicial do território goiano não apresentou sequência racional nos núcleos urbanos e tampouco na sua distribuição espacial (COELHO, 2008).

De acordo com Coelho (1997), em Goiás, a dinâmica era a seguinte: um pequeno núcleo prosperava e originava um aglomerado maior que, posteriormente, se convertia em vila. Assim como em Minas Gerais, não houve em Goiás a preocupação com a fixação de núcleos urbanos mais estáveis, já que o esgotamento das jazidas de ouro determinava o deslocamento da população pelo vasto território goiano.

As lavras e os arraiais de toda a bacia do Rio Vermelho, como Ouro Fino, Ferreiro, Anta e Santa Rita, fixaram-se antes do final da década de 1720, porém, hoje só remanesce este último. Durante a época de produção aurífera, esses locais passaram a ser autossuficientes em relação às provisões, que eram enviadas às novas bandeiras de exploração. O ciclo do ouro na região de Goiás, no entanto, foi curto, desenvolveu-se entre 1726 e 1750, ocasião em que chegou ao auge a sua exploração. Com o fim da comercialização do ouro, as vilas que se destacaram economicamente no período áureo tornaram-se grandes vazios urbanos (BERTRAN, 1987).

Funes (1986), em uma de suas obras, também afirma que a exploração mineradora em Goiás expandiu-se em um espaço de tempo relativamente curto,

tendo iniciado por volta de 1726 e chegando ao máximo da sua operosidade em meados da década de 1750. A partir desse período, entrou num processo de grande colapso, o que coincide com o momento em que as outras duas regiões de economia mineradora, Minas Gerais e Mato Grosso, passaram também a encarar problemas com a decadência da produção aurífera.

A grande razão para o rápido desaparecimento do ouro em Goiás é explicada por Chaul:

Como principais razões, apresentadas para entender o declínio da mineração em Goiás, figuram as técnicas rudimentares de extração e exploração das jazidas (ouro de aluvião), a falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitais e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto. Assim, todo o potencial da capitania era canalizado para a exploração do ouro, o que encarecia, cada vez mais, os bens de primeira necessidade. Por sua vez, as autoridades proibiam qualquer atividade que viesse a retirar mão de obra das minas [...] A administração de Goiás tinha uma estrutura familiar. Iniciada com o próprio Bueno, tal estrutura teria uma longa duração no estado. Bueno era superintendente, seu genro Ortiz, guarda-mor; e Antônio Ferraz, seu sobrinho, escrivão – principais postos entre irmãos e demais parentes que ocupavam cargos na vida administrativa de Goiás. Montada a estrutura governativa em 1727, o efetivamente começa a receber o quinto do ouro extraído das minas de Goiás. O mesmo apetite que o governo tinha para arrecadar o quinto tinha os mineiros para sonégá-lo. (CHAUL, 2010, p. 35-36).

Portanto, o ouro na região de Goiás havia se tornado cada vez mais escasso e era encontrado em menores quantidades. Coelho (1997) explica que, apesar de existirem plantações em Goiás desde o início da ocupação, as fazendas de gado, e até mesmo os engenhos de rapadura e cachaça, não foram transformadas em fonte de renda essencial, mesmo sendo previsível a decadência da extração do ouro. A atividade mineradora, que desde o início apareceu como individualista, passou, no final do século XVIII, diante de nova realidade, a exigir mudança na sua condução.

1.3 CIDADE DE GOIÁS: UMA HISTÓRIA QUE CORRE ÀS MARGENS DO RIO VERMELHO

Em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva, como capitão-mor e regente da província, retornou à região dos Goyazes e, rompendo o Tratado de Tordesilhas¹, ocupou a sua primeira região, a do Rio Vermelho, fundando o Arraial de Sant'Anna (atualmente Cidade de Goiás), fixado no encontro da Serra Dourada e Serra do Faina. O Arraial de Sant'Anna foi oficialmente o primeiro núcleo urbano que ultrapassou o Tratado de Tordesilhas, que definia o território português. Dessa forma, Bartolomeu Bueno da Silva colaborou, em nível nacional, para a extensão do "patrimônio geográfico brasileiro" e, como consequência disso, para a conquista do título de patrimônio mundial da Cidade de Goiás. No dossiê enviado à Unesco, o valor histórico dessa cidade goiana destacou-se pelo fato de ela ter sido o primeiro núcleo populacional estabelecido para além do Tratado de Tordesilhas (TAMASO, 2007).

O Rio Vermelho foi o principal personagem da implantação de Vila Boa, cortando-a ao meio e permitindo o seu desenvolvimento nas duas margens. Isso influenciou na localização dos edifícios, que tiveram função importante na delimitação das vias públicas. Assim, em Vila Boa, o espaço público foi definido pelo privado. Conforme já mencionado, como a fundação do povoamento se deu em consequência da extração do ouro, o Arraial de Sant'Anna formou-se do mesmo modo que os demais núcleos que existiam nessa época na região de Minas Gerais, tendo como marco a divisão das datas mineradoras (COELHO, 1997).

Segundo Bertran (1987), a etapa inicial de ocupação em Vila Boa vai de 1727 a 1730, regida pela separação das terras para a mineração, não se diferenciando em nada das demais regiões mineradoras, onde os espaços propostos ao uso público eram poucos e se estendiam ao longo, e quase paralelamente, ao rio. Em um primeiro momento, a maneira como esses espaços eram ocupados, quanto às questões de produtividade, do pagamento de impostos e da utilização da mão de obra escrava, tão somente ligada ao trabalho de exploração do ouro, influenciou

1 - O Tratado de Tordesilhas foi um documento assinado em junho de 1494, na vila espanhola de Tordesilhas. Os protagonistas foram Portugal e Espanha, que delimitaram, através de uma linha imaginária, as posses portuguesa e espanhola no território da América do Sul, chamado de "Novo Continente". Essa linha imaginária passava a 370 léguas de Cabo Verde. O território a oeste da linha ficaria com a Espanha e a leste, Portugal.

diretamente a arquitetura. As edificações, nesse período, reduziam-se a ranchos de cobertura vegetal, construídas em terrenos das datas mineradoras.

Observa-se também que, nesse primeiro período de ocupação do Arraial de Sant'Anna, havia a presença de pouquíssimos logradouros, alinhados incidentalmente em função da topografia e do caudal do rio, e em função dos grandes lajeados aflorados e das áreas secas ou inundáveis (BERTRAN; GALVÃO, 1987). Conforme Tamaso (2007), foi nesse momento inicial que se constituiu a primeira rua da cidade, a Cambaúba (atualmente Bartolomeu Bueno), que se tornou uma das principais referências do espaço urbano. O seu diferencial estaria no traçado levemente curvilíneo, em função de acompanhar o desenho oferecido pelo curso do Rio Vermelho.

A formação do Arraial de Sant'Anna deu-se de maneira espontânea, sem seguir preceito ou direção à organização espacial, diferentemente de algumas cidades coloniais brasileiras. A sua fixação, em um terreno acidentado, ocupando as duas margens do Rio Vermelho, seguiu a concentração da exploração do ouro à época (COELHO, 2008). Percebe-se, até hoje, que as ruas da Cidade de Goiás são estreitas, as fachadas são monotonamente semelhantes, construídas em alvenaria, taipa, adobe e tijolos, rebocadas e caiadas de branco, e os enquadramentos de portas e janelas são executados em madeira e pintados com cores fortes.

A necessidade de um espaço satisfatório para a acomodação de grande quantidade de exploradores tornou-se decisiva no dimensionamento dos lotes indicados para a construção de moradias. Isso, porém, não trouxe problemas quanto à ocupação ou adequação do espaço urbano, pois a tradição cultural já tinha a solução desenvolvida e aperfeiçoada ao longo dos séculos, com a locação de edifícios unidos lateralmente, limitando e delimitando o espaço público, que é onde a rua se acomoda como caminho (COELHO, 1997).

Coelho (1997) explica ainda que, em Vila Boa, assim como ocorreu em Minas Gerais, os caminhos eram delimitados por meio da adaptação do terreno junto aos pontos de mineração, que possibilitavam a circulação da população mineradora, e definiam, assim, a morfologia da vila. O terreno irregular e a necessidade de estabelecimento junto às lavras, bem como o nascimento de pontos de

convergência, criaram uma diversidade de núcleos dinâmicos, como os largos das igrejas, as ruas de comércio e, posteriormente, a Casa de Fundação e a Casa de Câmara e Cadeia, definindo Vila Boa como um centro minerador, irregular, mas com certa linearidade e atividades orbitando em torno dos citados pontos de concentração.

Denominadas de largos, e presentes praticamente desde a sua fundação, as principais praças de Vila Boa possuem base na forma de triângulo. O seu desenvolvimento deu-se de maneira peculiarmente natural, com a implantação de uma massa de edifícios residenciais, a maioria térrea, e para destacar uma determinada construção. O mais antigo desses largos localiza-se em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário, que nomina o próprio largo. Ele surgiu da união das ruas da Cambaúba e da Nova, ou seja, da parte urbana dos caminhos, vindos, o primeiro, de Meia Ponte, e o segundo, de Arraial da Barra, para aí afluírem unindo-se na Rua dos Mercadores, atual D. Cândido, em direção ao Largo da Matriz, que é, pode-se dizer, o centro “nervoso” da vila.

No local onde foi edificada a primeira capela dedicada a Sant’Anna pelos primeiros exploradores, e também onde, segundo a história, Bartolomeu Bueno teria construído uma de suas residências, está o segundo largo de Vila Boa, também em tamanho, mas que, possivelmente, no decurso da história da vila, tornou-se o mais importante, o da Matriz, também conhecido como Largo do Palácio (COELHO, 2008).

O Largo da Cadeia, popularmente conhecido como Largo do Chafariz ou Largo da Boa Morte, é o terceiro, porém, é o mais extenso espaço público de Vila Boa. Em razão de seu comprimento e metragem quadrada, fica mais evidente a inclinação do terreno e menos perceptível a sua forma triangular, para quem não se situa próximo aos seus vértices. “Ressalta-se ainda o fato de ser esse o espaço criado oficialmente com objetivo de se apresentar como centro gerador do que deveria vir a ser a vila, criada segundo a ordem real de 1736” (Coelho, 1997, p. 107).

No segundo período da estruturação de Vila Boa, compreendido entre 1730 e 1740, as ocupações ainda eram realizadas de maneira instintiva, entretanto, começava-se a definir uma malha urbana mais organizada, com algumas ruas sendo

estabelecidas de forma definitiva. É nesse momento que a região indicada anteriormente para a locação da capela dedicada a Sant'Anna, reedificada em Matriz, começou a ser ocupada pela construção de residências com caráter mais durável. Na outra margem do Rio Vermelho, nesse mesmo período, em um terreno mais alto do que o ocupado pela mineração, foi construída a Igreja Nossa Senhora do Rosário, da Irmandade dos Pretos, evidenciando, da mesma forma como já havia ocorrido em Minas Gerais, a segregação racial e social local. A Matriz era frequentada por brancos e senhores que já se estabeleciam em seu entorno, já a Igreja Nossa Senhora do Rosário por negros e pardos, que habitavam, em sua maioria, a Rua Cambaúba, atual Bartolomeu Bueno (COELHO, 1997).

Em 1º de agosto de 1739, de acordo com Tamaso (2007), o Arraial de Sant'Anna foi elevado à vila e passou a chamar-se Villa Boa de Goyaz, em homenagem aos índios Goyá e a Bartolomeu Bueno da Silva. Dom Luiz de Mascarenhas, recém-chegado, desenhou o primeiro plano de assentamento de Villa Boa de Goyaz, que deveria seguir o planejamento urbano prescrito, com ruas no “modelo retilíneo”, certa homogeneidade entre as fachadas das residências e a concessão de “apenas meia légua quadrada de terra”, no raio de seis léguas da vila, a cada habitante. Delson (1997, p. 31) ressalta que “Mascarenhas seguiu as ordens referentes à construção dos prédios públicos necessários, mas foi negligente em exigir o cumprimento do padrão reticular do traçado das ruas.”

A instalação de Vila Boa como capital da Capitania Geral independente de Goiás só se consumou dez anos mais tarde, com a vinda do primeiro governo próprio da Capitania Geral. No ano de 1749, o Ouvidor Geral da Capitania e o Corregedor Especial da Câmara de Vila Boa consentiam que apenas se edificassem casas na parte da vila onde estão o Pelourinho, a Casa de Câmara e a Cadeia, e aqueles que tentassem realizar nova construção na parte do Rosário, diante da proibição, teriam as suas edificações demolidas (TAMASO, 2007). A proibição de edificar na região do Rosário já vigia há dez anos, mas era descumprida, por isso punia-se com a demolição do imóvel. Em razão disso, o atual Largo do Chafariz acabou virando, por dezenas de anos, um triângulo semidesértico (BERTRAN; FARQUINI, 2002).

A vida nômade, característica da sociedade mineradora, o meio hostil, o difícil transporte, o interesse tão só pelo enriquecimento não poderiam beneficiar a manifestação de uma arquitetura imponente. Esta surgiu de uma forma bem simples e tímida.

A mistura de elementos construtivos trazidos pelos paulistas e pelos portugueses, elaborados, porém, com o uso de materiais da região, caracteriza a arquitetura colonial goiana. Assim, as construções goianas nesse período foram, em geral, bem simples, carentes de qualquer significado de instrução, evidenciando a influência popular em todos os sentidos. As construções religiosas de maior porte eram feitas em taipa de pilão ou em pedra, e as menos aprimoradas, em adobe. De acordo com Coelho (1997), na Cidade de Goiás, os edifícios públicos, com arquitetura simples e sóbria, resultaram, em sua maioria, de construções residenciais que foram submetidas a inúmeras reformas e adaptações para chegar à atual conformação. Somente a Casa de Câmara e Cadeia é produto de projeto previamente elaborado.

As residências de Vila Boa seguiam a orientação da Carta Régia, datada de 11 de fevereiro de 1736, que discorre sobre a implantação das residências da vila, as quais deveriam ser edificadas com a parte exterior toda igual. Essa padronização externa em Vila Boa também vale para o interior das residências, fazendo com que surjam dois exemplos básicos de planta (COELHO, 1997).

O primeiro exemplo de planta residencial objetivava um melhor aproveitamento do espaço disponível, alocando o imóvel em um terreno mais estreito, com testada de tamanhos variando entre seis e oito metros. Essa largura visava reduzir e definir a utilização do terreno, gerando um padrão de certa forma constante. A planta era constituída a partir de um corredor lateral, paralelo a um dos limites longitudinais do terreno, com os cômodos se alargando ao longo de sua expansão. Dessa forma, a sala representa o espaço intermediário entre o exterior e o interior da casa. Em seguida, estão os quartos, ou alcovas, e têm ao fundo a varanda, que é uma sala de convivência e ocupa geralmente toda a largura posterior dessa parte da casa, sendo o espaço do edifício onde normalmente ficavam as mulheres. Já o segundo exemplo de planta residencial, em geral, atendia as famílias mais numerosas e simulava, basicamente, a duplicação da planta anterior, com um

corredor central, mas com distribuição seguindo o mesmo esquema. Nesse modelo, a fachada se apresenta, logicamente, mais larga (COELHO, 1997).

As edificações religiosas de Vila Boa, naquela época, apresentavam características parecidas com as das primitivas capelas construídas pelos colonizadores no litoral brasileiro. Os edifícios públicos, por sua vez, representavam a arquitetura oficial, com volumetria chamativa e elementos compositivos próprios do maneirismo, sem qualquer elemento decorativo exterior que alterasse o rigor e a singeleza de suas formas, exemplo disso é a Casa de Câmara e Cadeia (COELHO, 1997).

Em uma de suas obras, Coelho (2014) destaca as peculiaridades das igrejas de Vila Boa, cuja arquitetura até hoje chama a atenção:

Vila Boa apresenta a preocupação com a construção do edifício religioso desde o momento em que os primeiros exploradores se estabeleceram no local. Era o templo que determinava o centro do futuro do arraial, que dá nome ao espaço minerador e define a região de moradia dos brancos proprietários de lavras. A vida mineradora apresenta como uma de suas principais características uma grande mobilidade da população, o que fez com que a arquitetura aí encontrada não apresente, em nenhum momento, a suntuosidade, o acabamento e a qualidade projetual vistos em outras regiões da colônia, notadamente no território aurífero das Minas Gerais. Da planta extremamente simples, essas construções tem fachadas desenvolvidas dentro de esquemas tradicionais, próprios da arquitetura vernacular portuguesa, em que a falta de torre sineira é uma das características mais marcantes, além de apresentarem um padrão compositivo para as fachadas que se assemelham muito uma das outras. (COELHO, 2014, p. 12).

Conforme destaca Suzy Mello (1985), as fachadas das igrejas goianas pouco se modificaram, assim como as antigas capelas mineiras. Em Minas Gerais, as capelas eram definidas por sua extrema singeleza, apresentando, como abertura, uma única porta de entrada, e, mais acima, situavam-se duas janelas sacadas, que eram utilizadas para aumentar a iluminação do coro. As paredes normalmente eram lisas e caiadas, em sua parte superior. Havia a presença de um frontão triangular simples, com um óculo na parte central. As construções religiosas goianas, bem como as capelas mineiras, raramente apresentavam elementos decorativos em suas fachadas, com exceção da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, que possui a única fachada de expressão (resquícios) barroca na cidade.

A ausência das torres sineiras pode denotar uma simplificação arquitetônica dos edifícios religiosos goianos, tornando necessárias soluções diversas para o alojamento dos sinos nesses edifícios. Segundo Coelho (1997, p. 119), “a mais comum e mais simples é a utilização de uma estrutura de madeira plantada ao lado da fachada principal do edifício, ficando ali instalado o sino, ou os sinos, sem qualquer proteção contra as intempéries.”

No período colonial, poucos edifícios representavam a arquitetura oficial da Cidade de Goiás, sendo eles: a Casa de Câmara e Cadeia, que é o único edifício em Vila Boa construído embasado em um projeto, a Residência dos Governadores e o Quartel.

A Casa de Câmara e Cadeia está localizada na parte mais elevada do Largo do Chafariz, em frente ao Pelourinho. Esse edifício tem elementos e características próprias da arquitetura erudita, especialmente do maneirismo clássico, com o emprego da simetria na disposição de elementos e aberturas ritmizadas em sua fachada, além do emprego do sino na parte superior que marca exatamente o centro da edificação, sendo que a porta principal de entrada apresenta dimensões maiores que as demais aberturas. No pavimento inferior, estão localizadas as celas, que são reforçadas internamente com arquitrave de madeira e possuem grades duplas em cada janela. A utilização da taipa de pilão como técnica construtiva colaborou muito para a caracterização da monumentalidade apresentada nesse edifício, destacando a predominância do cheio sobre o vazio na composição da fachada (COELHO, 2007).

As construções mais importantes e significantes para o patrimônio arquitetônico da Cidade de Goiás, erigidas entre as décadas de 40 e parte de 70 do século XVIII, do mesmo lado do Rio Vermelho, foram o Chafariz da Carioca (1772), o Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar (1747), a Casa de Câmara e Cadeia (1761), a Casa de Fundação (1751), o Palácio do Governador (1751), a Casa da Real Fazenda (1761) e a Igreja de São Francisco de Paula (1761). Em 1770, foram construídas calçadas, pontes e o Chafariz de Cauda. Para Bertran e Galvão,

A estabilidade aurífera do momento, juntamente com a definição das grandes linhas de acumulação propiciaram maior nitidez da hierarquização

do espaço urbano. O espaço urbano de Vila Boa, já bastante definido neste momento, permanece até os dias de hoje. (BERTRAN; GALVÃO, 1987, p. 5).

De acordo com Delson (1997), foi também nesse período que a primeira planta de Vila Boa foi estudada com precisão e rigor, destacando, além da ocupação existente, uma sugestão de crescimento organizado, com orientação das áreas que seriam ocupadas futuramente e estipulação do limite de novas ruas para quando a expansão fosse indispensável. Segundo Paulo Bertran,

Em primeiro lugar, a planta retrata fielmente, quase com detalhes, a ocupação, o uso efetivo do solo na Vila Boa de Goiás em 1782. Em seguida, planeja (na mesma prancha de desenho), a expansão urbana reticulada da cidadezinha, com respeito, porém por aquilo que já era fato consumado (inclusive invasões de algumas terras públicas) naquele remoto ano de 1782, 56 anos depois de sua fundação pelo Anhanguera. É um exemplo raro de levantamento de uso do solo e de planejamento de sua expansão, em se tratando de período colonial brasileiro. (BERTRAN, 1987, p. 7).

Além da descoberta do ouro na região, que possibilitou a construção de edifícios importantes, Palacín também menciona o aumento da população durante esse período:

De um dinamismo populacional extraordinário, afluía para as Minas dos Goyazes uma verdadeira multidão. Dez anos após o início das atividades de mineração, já havia se instalado em Goiás cerca de 20.000 pessoas, abrindo caminhos, fundando núcleos urbanos e pondo em atividade parte significativa de seu imenso território. Já na concessão de capitania de Goiás, em 1750, sua população girava em torno de 40.000 habitantes. Em 1781, de acordo como governador Luis da Cunha Meneses, havia em Goiás uma população de 58.829 habitantes e em 1783, 59.287 pessoas. (PALACÍN, 2001, p. 77).

A última etapa de expansão urbana de Vila Boa, durante o século XVIII, concentrou-se no período crítico de declínio da produção aurífera, compreendido entre 1770 e 1800. As dificuldades decorrentes da exploração do ouro exigiam, cada vez mais, investimentos em tecnologia e mão de obra. Ocorreu, nessa mesma época, o destaque de atividades ligadas ao comércio em detrimento da mineradora,

o que de certa maneira tornava disponível a força de trabalho escrava para o desenvolvimento do bem-estar urbano (COELHO, 1997).

Figura 4 - Mapa de Vila Boa - 1782



Fonte: <http://www.ovilaboense.blogspot.com.br>

Paradoxalmente, foi nesse mesmo período, de colapso das jazidas auríferas, que aumentaram os investimentos em melhoria e na renovação da vila. Também era nítida a separação da população de Vila Boa por classe social e por poder aquisitivo. No lado da Igreja de Sant'Anna, encontravam-se as habitações de maior porte, o que tornava o local conhecido como sendo da ordem, nobre, branco e puro (TAMASO, 2007). Na outra margem do rio, conhecida como o lado da Igreja do Carmo ou do Rosário, as habitações eram mais modestas, tanto em relação ao tamanho quanto ao estilo arquitetônico.

Em 1818, Vila Boa de Goyaz passou a chamar-se Goyaz e permaneceu como sede da Província de Goiás, alçada, posteriormente, à capital da Província de Goiás. A capitania de Goiás compreendia todo o território goiano e ficou ligada diretamente a Portugal até a independência do Brasil, quando se tornou Província de Goiás (PALACÍN; MORAES, 1994).

De passagem por Goiás em 1819, Auguste de Saint-Hilaire revela como era a estrutura de Vila Boa:

Contam-se nessa localidade cerca de 900 casas de argamassa e madeira, bastante altas para a região, porém pequenas, totalmente caiadas na frente e coberta de telhas; várias delas tem um andar do rez-do-chão, e algumas janelas guarnecidas de caixilhos feito de taco; a maioria está bem conservada, e as dos principais habitantes são regularmente mobiliadas e de um asseio rigoroso [...] existem em Vila Boa duas praças bastante importantes, que tem a forma de um triangulo irregular. Vários edifícios públicos, o palácio do governador, a casa da contadoria (repartição de fazenda), a casa da fundição, a igreja paroquial, outra igreja muito menos importante, ornam a primeira dessas duas primeiras praças que chamam terreiro do paço. A segunda, que é a maior, está localizada em uma das extremidades da Vila. A câmara municipal (casa da câmara) e o quartel dão para essa praça, em cujo centro há um chafariz. (SAINT-HILAIRE, 1819, p. 80-81).

Vila Boa, até o início do século XIX, era a única vila de toda capitania de Goyaz, e havia em seu entorno diversos arraiais que formavam uma rede de pequenos centros urbanos. “Por ser o único centro urbano com estatuto de vila colonial, agregava em torno de si uma vasta rede de núcleos populacionais, garantindo o seu controle nas mais diversas instâncias submetidas aos oficiais municipais” (LEMES, 2009, p. 390).

Quando a exploração do ouro começou a entrar em decadência e a desprover o sustento do mineiro, este se viu obrigado a fazer uma escolha entre duas alternativas: abdicar pura e simples da capitania ou dedicar-se a uma atividade que até então considerava desprezível, a agropecuária, mesmo que fosse ela de subsistência (FUNES, 1986).

Coelho, em *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa* (1997), discorre sobre a base da população goiana e ressalta que, impossibilitados de deixar a região ou sem condições de instalar-se em outra, permaneceram por aqui os pardos e os negros libertos, envolvidos com a faiscagem e a agricultura de subsistência. Também habitavam a região os índios, que, nesse momento, estavam divididos em dois grupos, os aldeados e os livres. Espalhados pelo sertão, em suas aldeias, os índios ainda eram vistos como uma ameaça. Arelados à organização político-burocrática, como funcionários públicos, e, também, a partir desse momento, tornando-se os grandes proprietários de terras, ficaram alguns brancos como elementos dominadores.

Em virtude de todas essas questões, observa-se que, na história de Vila Boa, ocorreram dois grandes abandonos urbanos: o primeiro, ao fim do ciclo do ouro no século XIX, trazendo a diminuição de fluxo de pessoas no espaço urbano e ocasionando a construção da opinião de decadência econômica e social vividas na época. O segundo momento de abandono na Cidade de Goiás aconteceu quando a capital do estado de Goiás foi transferida para a nova e moderna capital, Goiânia.

Figura 5 - Vila Boa no século XIX – 1803 – Por Joaquim Cardoso Xavier



Fonte: Acervo Iphan-GO.

Quanto a esse primeiro abandono urbano, Palacín explica como o esgotamento do ouro foi devastador para a capitania de Goiás e, conseqüentemente, para Vila Boa:

Considerando aquela época como pulmão da economia, provocou efeitos devastadores sobre toda a vida econômica da Capitania. A especialização da economia mineradora impediu outras atividades de se solidificarem, a brevidade do ouro impossibilitou uma sólida acumulação do capital; o processo de urbanização, apenas iniciado, não se cristalizou: muitos prédios construídos em Vila Boa ruíram, assim como os sonhos dos primeiros dias. (PALACÍN, 1994, p. 98).

Por causa do esgotamento do ouro, algumas medidas foram adotadas para estimular a agricultura, a pecuária e o comércio desses produtos, tais como: a

isenção de dízimos para lavradores que cultivassem a terra próximo à margem dos rios; o estímulo à catequização dos índios, a fim de que os membros pudessem servir como mão de obra na agricultura; o incremento da navegação dos rios mais importantes do território e a revogação do alvará datado de 5 de janeiro de 1785, que proibia a montagem de fábricas na colônia. A tentativa de melhorar o transporte pelo uso dos rios não surtiu o resultado esperado. As distâncias para o escoamento dos produtos, assim como o precário mercado consumidor, continuaram sendo um problema para o desenvolvimento da agricultura na província (PALACÍN; MORAES, 1994).

No início do século XX, como explica Oliveira (2011, p. 192), a capital de Goiás “trazia encarnações do passado, como convivências do presente, repleta de ruralidade, reforçadas pela ausência de nexos com a economia nacional”. Nesse momento, aconteceu o segundo abandono na Cidade de Goiás com a transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia, no ano de 1937.

Não havia nada de inédito na ideia da transferência da capital, pois, desde 1754, o governador Conde dos Arcos já ressaltava a dificuldade nas comunicações de Vila Boa e a sua deficiência climática, sugerindo a mudança da capital para Meia Ponte (atual Pirenópolis) (CHAUL, 1988).

Sobre o segundo momento de abandono da Cidade de Goiás, Palacín destaca que:

De fato, Pedro Ludovico queria romper com as bases coronelistas de algumas famílias de Goiás, que lideravam a política no Estado e a construção de uma nova capital marcava também o início de um novo momento para a história política goiana. O processo de transferência da capital se deu entre os anos de 1933 e 1937, ocasionando grande perda econômica e de autoestima da antiga Vila Boa. Mais uma vez, a Cidade de Goiás sofreu uma crise socioeconômica, com a transferência da estrutura de gestão pública para o novo espaço, várias pessoas abandonaram a cidade rumo à nova capital, com o intuito de se beneficiar de novas oportunidades (PALACÍN, 1994, p. 128).

Pedro Ludovico Teixeira, defensor da fundação da nova capital, Goiânia, alegava que, durante as três primeiras décadas do século XX, a população da Cidade de Goiás decresceu em cerca de vinte por cento, ao passo que os habitantes

do estado de Goiás duplicaram. Destacava, também, a redução do número de construções na Cidade de Goiás, acompanhando a diminuição de sua importância (CHAUL, 1988).

De acordo com Tamaso (2007), um relatório divulgado por Pedro Ludovico Teixeira explicava a mudança da capital informando que entre 1890 e 1914 não se construiu mais do que uma casa por ano, e, entre 1914 e 1932, esse índice não passou de meia casa. Pedro Ludovico Teixeira também afirmava que a velha capital era a responsável pelo atraso do desenvolvimento do estado, em razão da sua situação desfavorável. Os ataques contra a Cidade de Goiás não diziam respeito apenas aos aspectos decadentes da cidade, almejavam atacar o centro do poder da oligarquia representada, sobretudo, pela família Caiado. Goiás era a “pedra no pé de Pedro”. A maioria da população vilaboense não aprovava a ideia da mudança da capital, pois temia o prejuízo econômico advindo da desvalorização das propriedades como fazendas, comércios, etc. Essa possibilidade inquietava tanto os grandes fazendeiros quanto os pequenos comerciantes e os funcionários públicos.

O revelado temor do prejuízo econômico obnubilava o fator simbólico: a mudança da capital balançava a relação da cidade com o estado de Goiás. A Cidade de Goiás estava perdendo o seu maior valor simbólico que era o de ser a capital. A perda, sempre referida, estava ligada aos bens mais caros ao cidadão vilaboense: a tradição, a soberania, o berço da cultura, as relíquias, os monumentos e as ruas antigas (TAMASO, 2007).

Chaul (1988) explica que, inconformados com a transferência da capital, um grupo de vilaboenses decidiu fundar o Comitê Pró-Goiás, objetivando defender a cidade e as suas tradições. Incomodava o fato de o novo governo, por causa de suas bases autoritárias, pouco se importar com o voto e a opinião dos eleitores, que não queriam o deslocamento da capital.

Embora ainda não existisse o SPHAN, os vilaboenses, diante do risco iminente da perda do *status* de capital, fizeram uso da retórica que certo tempo depois foi empregada por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães: a perda com a transferência da capital seria tanto material quanto cultural.

Segundo Tamaso (2007), os antimudancistas advertiam os vilaboenses de que eles eram sucessores de um patrimônio que deveriam defender e guardar. Não obstante não terem alcançado o objetivo de manter a cidade como capital do estado, essa ação da elite cultural e política, de se unir em torno de uma causa que interessava à maioria, denominando-se Comitê, viria a ser repetida, décadas depois, pela elite cultural que se movimentou em torno da candidatura da cidade ao título de “patrimônio mundial”, com a fundação de uma organização não governamental intitulada Movimento Pró-Cidade de Goiás.

Nesse sentido, é possível dizer que as ações em prol da Cidade de Goiás para mantê-la como capital, para diminuir as suas perdas quando da transferência definitiva para Goiânia, ou para conquistar o título de “patrimônio mundial”, foram similares. O Comitê Pró-Goiás e o Movimento Pró-Cidade de Goiás foram criados a fim de proteger a cidade de ações deletérias e impulsioná-la rumo a conquistas consideradas benéficas.

Até a segunda metade do século XX, a Cidade de Goiás ainda carregava o trauma da transferência da capital para Goiânia, porque a identidade da cidade estava diretamente atrelada à sede do poder político, como capital da Capitania, da Província e do Estado de Goiás (COELHO, 2008).

Segundo Tamaso (2007), apesar de todas essas questões que Vila Boa enfrentou no século XX, o espaço urbano da cidade recebeu melhorias importantes para o cotidiano do morador, como a iluminação pública, a água encanada, o coreto, os jardins e a fonte de bronze.

Embora fortemente conectada ao passado e apreensiva em relação ao futuro, a Cidade de Goiás, aos poucos, foi se amoldando ao progresso, por meio das edificações de arquitetura eclética, investimento na infraestrutura urbana que trouxe a energia elétrica e a água encanada, além da instalação de equipamentos urbanos como o Mercado Público, o Cemitério, o Gabinete Literário e outros. O movimento de ideias e produtos, possibilitado pelos jornais e comércios, e a vigência das posturas urbanas municipais, consoante com as de outros locais do país, impulsionaram o curso rumo ao futuro (OLIVEIRA, 2001). Segundo ainda Oliveira,

[Isso] Demonstrava as preocupações dos administradores acerca da salubridade pública e a atualização das ações locais. Todavia, essas atitudes administrativas que estiveram presentes no século XIX e adentravam mansamente pelo século XX submetiam-se ao inexpressivo papel que Goiás ocupava na federação brasileira. (Oliveira, 2011, p. 193).

A Cidade de Goiás, à vista da genealogia histórica das antigas capitais brasileiras, é o mais perfeito exemplar hoje existente de uma linguagem, de uma morfologia urbana e cultural que vem escapando às classificações: cidade antiga dos sertões do cerrado. Bertran e Faquini (2002, p. 38) destacam que é “uma cidade simples, heterogênea, intimista, despojada. Mimética como a savana envolvente”.

2 A PRESENÇA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Todo patrimônio é doação do passado e parte de
nosso presente contínuo.

(Michel Parent)

2.1 O PATRIMÔNIO

Durante a Revolução Industrial, no século XVIII, surge o conceito de patrimônio na parte ocidental do continente europeu. Segundo Torelly (2012), a maioria dos países desse continente demandavam um conjunto de valores que integrava e trazia o reconhecimento mútuo de seus cidadãos, em relação a uma simbologia comum. Por meio dos monumentos, das expressões da arquitetura religiosa, civil e militar, dos espaços públicos, da comunicação social, da música, dos documentos e dos livros, assim como as obras de arte de feição erudita, desenvolveu-se uma memória coletiva nas populações europeias, afirmando a política de identidade nacional em diversos países.

Nas legislações nacionais, o patrimônio surgiu no século XIX e definia-se, então, como um estado legítimo dos objetos ou dos monumentos, conservados, restaurados e abertos ao público, o que lhes garantia um destino específico. Durante a primeira metade daquele século, a França foi o lugar por excelência da elaboração progressiva, e às vezes contraditória, dos valores patrimoniais gerais (POULOT, 2008).

Atualmente, o homem tem um grande receio de que o passado se perca por meio da tecnologia e, por isso, vivemos na era da preservação patrimonial, em que existe o desejo de reviver as tradições, resguardar o passado e guardar diversos objetos para as gerações futuras. Poulot (2009, p. 14) explica que, na virada do século XX para o XXI, o patrimônio colaborou para divulgar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro.

Não é possível discorrer sobre o patrimônio nos séculos XX e XXI sem mencionar a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A Unesco foi criada em 1945 e tornou-se o centro mundial de referência para o desenvolvimento das bases técnicas e conceituais de preservação e patrimônio. Segundo Machado (2017), o Brasil foi um dos países que participou diretamente da concepção do Ato Constitutivo e da criação da Unesco, além de ter sido o 18º país a ratificá-lo, alcançando o número mínimo de dezenove Estados signatários para que a constituição da organização entrasse em vigor a partir de 1946. Desde a sua criação, a Unesco buscou construir redes de cooperação envolvendo os Estados Nacionais, as instituições científicas, os segmentos profissionais e as organizações da sociedade civil.

O conceito patrimônio amolda-se às diferentes visões dos indivíduos, organizações, instituições sociais e culturais. Ele é o legado que recebemos do passado, que vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. (UNESCO, 2002. De acordo com Gonçalves (1988), o patrimônio, acompanhado pelo passado nacional, é a identidade de uma nação que pode ser definida pelos seus monumentos. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade, a eles se atribui a capacidade de clamar o passado e, assim, estabelecer uma ligação com o presente e o futuro.

Nos séculos XX e XXI, o patrimônio tornou-se sinônimo de vínculo social. Segundo Poulot (2008), o imperativo da conservação da herança, material e agora também imaterial, assume um caráter geral e mais impositivo, repleto de dispositivos legislativos e regulamentares que se expandem sem interromper seus domínios de aplicação. Paralelamente a isso, o turismo traz a importância das oportunidades econômicas, tornando o patrimônio, muitas vezes, um instrumento categórico para o desenvolvimento local.

Em relação a esse desenvolvimento local e ao turismo, Tamaso (2005) afirma que o patrimônio traz diversos benefícios. Ele propicia a ligação entre várias gerações, criando conexões entre os cidadãos por fazer alusão aos símbolos que são representantes da coletividade. Conseqüentemente, isso ativa o sentimento patriota e proporciona o desenvolvimento econômico, atraindo o turismo cultural e aumentando a autoestima do grupo portador e herdeiro daquele patrimônio. Diante

de tudo isso, Arantes (2009, p. 17) ressalta que “o patrimônio pode ser integrado às culturas locais ou recusado por elas; tudo depende dos usos sociais a que vier a servir.”

O patrimônio urbano é adequado para o desenvolvimento sustentável das cidades, pois ele colabora na concretização da cultura pública e, também, nos negócios. Entretanto, o maior desafio que o patrimônio apresenta ultimamente é encontrar o ponto de equilíbrio entre essas forças, ou seja, edificar a sustentabilidade da preservação, mas ficar atento para os aspectos simbólicos, econômicos e socioambientais (ARANTES, 2009).

Além das questões econômicas e socioambientais, é preciso lembrar que o patrimônio cultural, tanto o material quanto o imaterial, extraem de sua singularidade “marcas de distinção” que, por sua vez, remetem a situações específicas vividas por uma determinada comunidade.

Quando se fala de patrimônio cultural, seja material ou imaterial, fala-se também de valores e de interesses coletivos que, por sua própria especificidade, não são fixos e muito menos imutáveis (VELOSO, 2006). O patrimônio cultural expande-se porque hoje parte da população começou a tê-lo e a pertencer a ele. No passado, apenas uma pequena minoria procurava por seus antepassados, acumulava antiguidades, desfrutava dos velhos mestres, passeava por museus e sítios arqueológicos (LOWENTHAL, 1998).

Em relação ao patrimônio cultural e a sua importância, Poulot ressalta que:

Os patrimônios devem ser compreendidos como conjuntos materiais e, indissociavelmente, como saberes, valores e regimes do sentido, elaborados ao longo dos processos de formação das identidades coletivas, das comunidades, particularmente as nacionais, mas sem dependerem exclusiva ou absolutamente, em seguida, dos “interesses” de quem os colocou em ação em primeiro lugar, e sem serem apenas um “reflexo” de uma ou outra riqueza do território. (POULOT, 2008, p. 38).

Em 1967, a “Carta de Quito” ressaltava a “valorização do patrimônio cultural” e nela percebia-se a relevância de “incorporar a um potencial econômico, um valor atual; de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante do

processo de revalorização”. Preocupada especificamente com a preservação dos patrimônios monumentais, a “Carta de Quito” enfatizava que:

[...] se os bens do patrimônio cultural desempenham papel tão importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos exigidos para a sua restauração e habilitação específicas devem ser feitos simultaneamente aos que reclama [sic] o equipamento turístico. (1967 apud CURY, 2000, p. 113).

A preservação de um determinado patrimônio coletivo, escolhido em função do seu valor cultural, tem sido, desde o início do século XVIII, o objeto de políticas públicas, reguladas por legislações e implementadas por instituições estatais. Esse modelo foi disseminado em vários países e defendido pela Unesco e outras instituições internacionais. Conseqüentemente, essas políticas envolvem e afetam a vida das comunidades a que se referem, uma vez que se criam os direitos e os deveres tanto para o poder público como para os cidadãos (FONSECA, 2014).

Essas políticas públicas patrimoniais têm-se aproximado das discussões culturais, trazendo valores que não só se restringem ao passado colonial ou às formas tradicionais acabadas e definidas. Atualmente, está sendo revisto o próprio conceito de patrimônio, aproximando-o de elementos constituídos nas memórias e na vida das pessoas que residem em lugares históricos.

Sobre as questões de políticas públicas patrimoniais, Delgado (2005) observa que a declaração e a classificação de algumas cidades como “históricas” acabou atribuindo territorialidade à história, fazendo com o que as instituições dotadas de poder consagrassem os símbolos nacionais, perpetuando e engendrando os “lugares da memória”. Esses “lugares” trazem a estabilidade e a preservação do espaço, favorecendo o relembrar e o reencontrar do pertencimento, princípio e segredo da identidade, uniformizando e impondo como nacional e regional.

As cidades patrimoniais são criadas em territórios imersos, com diversos discursos e jogo de identidades, o que as torna ferramentas para a sociedade lidar com seus próprios interesses. Vale ressaltar que as relações que configuram esse território estão marcadas pelas relações socioespaciais da população ali inserida, na

interação de uma dimensão simbólica e no domínio político (MAGALHÃES FILHO, 2014).

Conforme explica Paes (2009),

A gestão do patrimônio é tanto palco privilegiado dos discursos explicativos e ideológicos dos agentes institucionais, políticos e administrativos, nas práticas do urbanismo e do planejamento do território; como bandeira de pertencimento territorial no universo simbólico e também político, das práticas socioculturais que expressam relações de identidade entre determinadas coletividades e seus meios (p. 166).

No Brasil, a questão patrimonial se originou sob influência dos modernistas, que estavam preocupados em criar uma identidade para a nação. Dessa forma, eles elegeram as cidades históricas de Minas Gerais como símbolos da cultura brasileira. Mas somente com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, por obra de Gustavo Capanema, Ministro da Educação no governo de Getúlio Vargas, que a política patrimonial ganhou corpo no Brasil.

O movimento inicial dessa política contou com a participação de vários artistas e intelectuais da época, fato que trouxe uma forte discussão sobre o patrimônio nacional. A questão patrimonial no Brasil estava diretamente ligada à construção do nacionalismo e da identidade do brasileiro, desde as primeiras abordagens, ou seja, quando os modernistas elegeram a arquitetura colonial como ícone nacional. Em razão dessas fortes influências, nos dias atuais, as políticas patrimoniais ainda privilegiam o patrimônio de pedra e cal, símbolo da cultura dominante (MAGALHÃES FILHO, 2014).

Já a cidade-patrimônio surge no Brasil com a função de educar e representar o país, atendendo à demanda das políticas dos anos de 1930 com a intenção de afirmar uma identidade nacional e de construir a ideia de arte e arquitetura brasileira. Dessa forma,

As cidades tombadas assinalavam o momento de construção da brasilidade como forma de ser, viver e construir, e funcionavam, ainda, como testemunhos vivos desse momento, destinados a propiciar aos cidadãos brasileiros o entendimento da formação da sua própria cultura, arte e história. (SANT'ANNA, 2017, p. 140).

De algumas décadas pra cá, o patrimônio começou a atrair um número muito maior de pessoas, que passaram a olhar, viver, reconhecer e valorizar o patrimônio “dos outros”. E, a partir disso, essas pessoas começaram a desejar e transformar suas histórias, seus monumentos e suas manifestações culturais. É possível dizer, portanto, que “O patrimônio é dinâmico e não suporta engessamentos de conceitos.” (CAMPOS, 2014, p. 77).

2.2 O IPHAN E SUA TRAJETÓRIA

As discussões e os projetos de defesa em relação aos monumentos históricos no Brasil ganharam força e maior efetividade na década de 1920 e tinham os modernistas como os principais aliados. Havia uma disputa entre algumas correntes em relação ao conceito de patrimônio, que deveria ser operacionalizado pelo Estado. As viagens feitas pelos modernistas paulistas e mineiros às cidades coloniais de Minas Gerais trouxe o processo de redescoberta para o Brasil. E, em relação ao passado colonial brasileiro, novos olhares surgiram e instigaram diversas mobilizações que ocorreram em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928), contribuindo muito a favor dos patrimônios brasileiros e na criação de inspetorias estaduais para os monumentos históricos (CALEBRE, 2017).

De acordo com Calebre (2017), em 1930, o presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), órgão inicialmente chefiado por Francisco Campos, substituído em 1934 por Gustavo Capanema, que permaneceu no órgão até 1945. A gestão de Capanema, cujo desenho institucional foi tomado como o início das políticas culturais no Brasil, foi marcada pelo processo de construção da cultura brasileira.

Nessa fase de incremento de políticas culturais, surgiu o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, segundo o qual constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja

conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

A estreita relação entre a formação de um Estado e a criação de uma nação ocorreu por meio da invenção de um patrimônio, que vai ao encontro dos anseios de identidade cultural da população, resultando, assim, em um Estado-Nação. No Brasil, ao final da década de 1930, o Estado Novo considerava a unidade nacional como questão primordial e, em razão disso, resolveu criar um órgão que promovesse a unificação do povo brasileiro fragmentado pela herança federalista e oligárquica, fundamentada nos regionalismos. Surge, então, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (CAMPOS, 2017).

Chuva (2003, p. 314) explica a importância dos intelectuais para a criação do patrimônio histórico e artístico brasileiro e a reafirmação da nacionalidade:

Intelectuais de peso que moldaram o patrimônio histórico e artístico brasileiro, como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade atuaram decisivamente no governo Vargas, especialmente no Estado Novo. Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro [...] Com base nessa crença, formularam as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro que inseriram o Brasil no mundo civilizado. (CHUVA, 2003, p. 314).

De acordo com Oliveira (2004), Getúlio Vargas aproveitou o momento em que estava em alta o discurso modernizador e reafirmou a importância da proteção das cidades históricas e da fundação do SPHAN, evidenciando outras possibilidades para os núcleos urbanos coloniais. Conforme ainda Oliveira (2011, p. 204),

No discurso modernista brasileiro iniciado na década anterior, as raízes nacionais tornaram-se fundamentais para criar uma modernidade própria. Nesse caso, a história e a tradição inserem-se no percurso transformador das estruturas sociais brasileiras.

Por causa dessas questões, diferentes soluções foram projetadas para os imensos desencontros, contrastes e diversidades presentes no território brasileiro, que levavam a diferentes vias explicativas da “identidade nacional”. Chuva (2003) observa que a questão da valorização ou não das diferentes regiões do Brasil como constituidoras da identidade nacional deu abertura para os debates em torno das raízes da nação e acabou virando um divisor de águas para as questões que posteriormente fundamentariam as práticas de preservação cultural do SPHAN. Para alguns modernistas, as características regionais eram sinais de atraso e obstáculo para a modernização da cultura brasileira e, para outros, essas características eram depositárias da apropriada identidade.

Em 1935, foi apresentado o “Plano de Restauração” de Ouro Preto. Esse plano foi o primeiro no Brasil e definia a restauração de alguns edifícios, igrejas, pontes e chafarizes, o qual deveria ser executado no prazo de três anos. Depois dessa restauração, em 1938, a cidade de Ouro Preto foi totalmente tombada e inscrita no Livro de Belas Artes, sob inscrição nº 39, folha 8, de 20 de abril de 1938. Foi partir desse momento que qualquer intervenção nessa cidade deveria ser submetida à ação do SPHAN. Com isso, a grande quantidade de restauração a ser executada em Ouro Preto e o tombamento integral tornaram-se um desafio para a equipe desse órgão (BRAGA, 2010).

O trabalho de tombamento do SPHAN nas cidades brasileiras, ou núcleos centrais de cidades, de acordo com Campos (2017), teve início em 1938, concentrando-se em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e, ao término da década de 1940, 215 bens já haviam sido registrados em livros de tombamento.

No estado de Goiás, o SPHAN fez seu primeiro tombamento em 1941, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis. Assim, “A partir do reconhecimento dos bens históricos e artísticos, Goiás passou a compartilhar dos parâmetros institucionais da identidade nacional, o que o integra a um circuito de interesses que extrapolam o âmbito local” (OLIVEIRA, 2011, p. 204).

Com toda a responsabilidade que o SPHAN tinha naquele momento, Gomide (2005) destaca a inquietação do órgão em relação à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

De 1937 até a década de 1940, as inquietações do órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacional referiam-se a destruição de grande parte dos acervos culturais de cidades que passaram pelo intenso processo de urbanização, no início do século XX, como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Em relação as cidades oriundas do período colonial, muitas vezes a manutenção do espaço urbano se dava não por razões de conservação espontânea, mas por causa do processo de marginalização pelo qual passavam. Em alguns casos, acontecia o contrário, pois a falta de movimentação na cidade gerava uma queda nos padrões socioeconômicos de vida, o que provocava a degradação do uso dos monumentos. (GOMIDE, 2005, p. 108 -109).

Cabe também ressaltar que o Decreto-Lei nº 25 organizou a proteção do patrimônio baseado na existência dos quatro “Livros do Tombo” e não no indicativo das tipologias de bens que poderiam ser protegidas. Dessa forma, um bem histórico verificado só seria considerado protegido quando identificado(s) o(s) seu(s) valor(es) e após a sua inscrição em pelo menos um dos livros. São eles: do *Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; do *Tombo Histórico*; do *Tombo das Belas Artes*; ou do *Tombo das Artes Aplicadas* (QUEIROZ; SCHLEE, 2017).

Sobre as prioridades que o SPHAN teve nos primeiros tombamentos feitos por todo Brasil, Fonseca explica que:

Na prática dos tombamentos, porém, a prioridade foi dada aos remanescentes da arte colonial brasileira, justificada pelos agentes institucionais como decorrência do processo de urbanização, que se acelerava, e do saque e comercialização indevidos de bens móveis [...] No cotidiano das populações das cidades históricas, objetos antigos, já raros, eram considerados “velharias”, que podiam ser transformados em lenha ou servir para transações comerciais. Para funcionários do SPHAN, porém além de valorizados, esses objetos eram insubstituíveis, uma vez que haviam desaparecido as condições de sua produção. Entretanto, a “descoberta” do Barroco pelos modernistas e a prioridade dada aos monumentos e objetos da arte colonial na constituição do patrimônio naquele momento não se identificava ao tom triunfalista da história oficial, embora significasse a concentração na vertente luso-brasileira da cultura nacional (FONSECA, 1997, p. 117-118).

Inicialmente, os processos de tombamentos do Iphan eram breves, não demonstrando com clareza quais eram os reais motivos do tombamento proposto. Isso provocou uma agilidade para os tombamentos, em que um grande número de bens foi tombado, em um espaço de tempo muito pequeno.

Nas primeiras décadas de atuação, o Iphan resguardou mais ou menos 50% de todo patrimônio tombado até hoje. Considerando a diversidade da produção cultural brasileira – baseado nos conceitos de “tradição” e “civilização” – Rodrigo Melo Franco de Andrade propôs recortes temáticos e temporais bastante claros que permitiram a atuação segura da “repartição” em relação aos tombamentos em todo Brasil. Simultaneamente, o diretor do Iphan, lançou mão das seguintes estratégias: I) a definição de uma narrativa histórica, única e linear, apropriada para legitimar as ações e escolhas do Iphan (elaborada pelo próprio Rodrigo Melo Franco e pelo arquiteto Lúcio Costa); II) a qualificação do quadro de servidores por meio de cursos internos ministrados por não arquitetos; e III) a promoção de pesquisas em arquivos de todo país, para a aprovação da narrativa histórica adotada (QUEIROZ; SCHLEE, 2017).

Junto com Rodrigo Melo Franco, Lúcio Costa assumiu, durante muito tempo, um papel central no SPHAN, no qual ele inter-relacionou três questões fundamentais na época que demarcaram a história do serviço e o lugar que o arquiteto assumiu dentro dessa instituição. Elas foram: as práticas de preservação cultural, a produção arquitetônica moderna e a concepção profissional do arquiteto. Assim, o arquiteto reuniu em um só tempo os papéis de principal instrutor do modernismo em arquitetura no Brasil, o de formalizador dos apoios conceituais que individualizaram a profissão do arquiteto e o de formulador das posturas e percepções do SPHAN, inclusive em relação à restauração do patrimônio arquitetônico, como profissional de carreira desde 1938. Ao ocupar esse cargo, Lúcio Costa estabeleceria um novo tempo para a produção arquitetônica brasileira que seria moderna e herdeira da “boa tradição” (CHUVA, 2003).

Em 1949, Lúcio Costa, que era o então diretor da Divisão de Estudos e Tombamento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), sugeriu que a organização dos trabalhos poderia ser desenvolvida na sede principal e nos quatro distritos regionais, hoje conhecidos como superintendências, que estavam localizados em Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador, sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Nesse plano de trabalho, Lúcio Costa definiu a classificação para os estudos do acervo histórico-monumental de instância

artística com base nas informações de natureza técnico-artística e histórico educativa (MOTTA, 2017).

A prioridades dada aos bens da arquitetura religiosa, que constituíram a grande maioria dos bens tombados, era justificada pelos lugares onde eles se encontravam e pelo sentido que as igrejas coloniais tinham na história do Brasil. Lúcio Costa sintetizou de uma forma clara o que presidiu esses tombamentos:

Sempre prevaleceu a parte religiosa porque o número de igrejas era enorme. Enquanto os anglo-saxões tinham aquela preocupação de criar riquezas, o mundo latino, de herança portuguesa e espanhola, concentrava-se na construção de conventos e igrejas. Havia uma desproporção enorme em relação à parte residencial e militar. Essa condição de que a igreja era fundamental na tradição colonial, foi considerada pela crítica leiga uma espécie de desperdício. Aquela riqueza, opulência na arquitetura religiosa, muito sóbria na fachada e que você entrava nela e era aquele esplendor. Mas havia um sentido social, muito profundo, nessa aparente contradição. A igreja, com aquele esplendor todo, estava aberta, pertencia a todos, qualquer pessoa do povo, por mais miserável que fosse, era só entrar e ficar lá. (IBPC NOTÍCIAS, 1992, p. 4).

Fonseca (1997) lembra que foram os bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, primordialmente da arquitetura religiosa, sobre os quais o SPHAN desenvolveu a maior parte de suas pesquisas, permitindo, ao longo do tempo, um estabelecimento de critérios avaliados como seguros para determinadas questões sobre os tombamentos e as restaurações. Durante muito tempo,

a preocupação central estava voltada para a valorização do passado colonial, representando as origens da nação, conferindo-lhe uma ancestralidade que deveria referenciar-se numa matriz portuguesa, mas que, a partir dela, configuraria um universo tipicamente brasileiro (CHUVA, 2003, p. 324).

Para os arquitetos modernistas, e ativos no SPHAN, a “arquitetura tradicional” foi qualificada nas amostras da arte barroca no Brasil, cronologicamente colocadas em quatro períodos efetivos, correspondendo cada um deles a um estilo: (1) classicismo barroco, fins do século XVI até a primeira metade do século XVII; (2) romanicismo barroco, segunda metade do século XVII até princípios do século XVIII;

(3) goticismo barroco, da primeira metade e meados do século XVIII; e (4) renascimento barroco, segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX.

Dessa forma, o barroco no Brasil havia alcançado sua plenitude e liberdade de demonstração, principalmente nas igrejas setecentistas mineiras, por meio das obras talhadas e dos arranjos nos retábulos. Para inserir o Brasil na história da Arte Universal,

Lúcio Costa promoveu então uma apologia do barroco, através de sua estética contemporânea e, ao mesmo tempo, em que encontrava as “especificidades brasileiras”, preocupava-se permanentemente em introduzi-las no processo civilizatório europeu (CHUVA, 2003, p. 326).

Foi a partir desse momento que a “boa arquitetura” e a produção artística brasileira foi reconhecida, passando a ser introduzida no processo civilizatório europeu visto como universal. Finalmente, o grupo de arquitetos modernistas do SPHAN conseguiu inserir o Brasil no mundo “civilizado” da arte e arquitetura (CHUVA, 2003).

O segundo momento da produção da “boa arquitetura” no Brasil veio com a formação da arquitetura moderna, ressaltada como a autenticamente nacional e a fundadora de uma nova temporalidade no país. De acordo com Chuva (2003, p. 329), a estética modernista trouxe a noção de patrimônio histórico e artístico nacional através de códigos compreendidos por aqueles que se formaram nessa experiência, tais como beleza, autenticidade, harmonia, simplicidade, singeleza, graça e sobriedade.

O conjunto dos bens tombados pelo SPHAN, sejam eles religiosos, residenciais ou militares, levou a uma narrativa material de uma determinada fase da história do Brasil, avaliada como a História Nacional, cuja matriz discursiva tinha sido produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (DELGADO, 2005). Esses monumentos, conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade (1961 apud RUBINO, 1992), foram considerados “documentos de identidade da nação brasileira”, revelando a relação fundamental que se estabelecia entre a construção da nação e a instituição do patrimônio histórico e artístico nacional.

Os tombamentos das áreas urbanas demoraram a acontecer e, até o final dos anos 1950, estavam restritos a núcleos urbanos secundários, que estavam mais ou menos à margem da vida socioeconômica e política da época. Nesses lugares, o desejo de ser moderno também imperava, o que levou as prefeituras a rejeitar ou, no máximo, “suportar” os efeitos da patrimonialização. Além disso, a seleção dos sítios urbanos para tombamento era centralizada e feita sem diálogo com a população local, o que afastava ainda mais as instâncias municipais e os habitantes da preservação, principalmente quando estava relacionado ao cumprimento de suas obrigações (SANT’ANNA, 2017).

Os técnicos que trabalharam arduamente nos tombamentos em todo Brasil, e que faziam parte do conselho consultivo do SPHAN, reforçavam o seu poder publicamente, emitindo o regime de verdade acerca do patrimônio. Delgado (2005, p. 4) ressalta que “os membros do conselho consultivo produziam uma massa documental que fez muito mais do que inventariar, pois, foi responsável pela invenção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.”

Segundo Tamasso (2008), as práticas de apropriação do patrimônio cultural do Brasil vêm sendo agenciados pelos técnicos, especialistas e burocratas do Iphan desde a década de 1950. Suas ações técnicas e institucionais tinham a função de selecionar os bens representativos da nação, reconhecê-los como patrimônios, declarar decisões sobre restauros, conservação e recuperação, além de decidir sobre requalificação e usos de algumas edificações e lugares públicos.

Rodrigo Melo Franco de Andrade permaneceu na diretoria do Iphan até 1967, quando foi substituído pelo arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, que dirigiu a instituição por mais de doze anos. Queiroz e Schlee (2017) esclarecem que foi nesse período que ocorreu a redefinição da política institucional do instituto. Em virtude da crescente expansão urbana pela qual o Brasil passava e o conseqüente aumento da demanda das áreas urbanizadas – impactando fortemente nos conjuntos protegidos e na ambiência dos monumentos isolados –, o Iphan teve uma grande preocupação com o entorno desses bens. Por outro lado, ocorreu um aumento nas solicitações externas de tombamentos, demonstrando maior interesse da sociedade.

Percebe-se que as operações de preservação executadas entre o fim dos anos de 1960 e começo dos 1980 impactaram na seleção de cidades para o tombamento e para conservação do patrimônio urbano protegido. A percepção da cidade como um monumento ou como uma “obra de arte pronta e acabada”, moldada no período anterior, conduziu as intervenções urbanas e, na maioria dos casos, no momento da decisão de proteger. O “potencial turístico” das cidades tombadas passou a ser percebido, concentrando principalmente nas escolhas das paisagens pitorescas ou da relação de proximidade entre cidades e contextos de beleza natural. Em relação à nova função econômica, o patrimônio urbano foi redefinido como patrimônio ambiental e paisagístico, e a conservação dessa paisagem urbana adquiriu objetivos cada vez mais pictóricos e menos vinculados a momentos históricos (SANT’ANNA, 2017).

Sandes (2000) explica que, durante o período da Ditadura Militar no Brasil, os valores nacionais patrimoniais ressaltados em 1937 com o então SPHAN foram realimentados. Na busca do patriotismo, o reconhecimento dos monumentos representava a história da nação do momento, cujo intuito estava na homogeneização dos padrões de conduta e da cidadania como uma forma de controle político.

Fonseca (1997, p. 125) explica que foi “na fase ‘heroica’ que o processo de decisão quanto à seleção e a valoração dos bens a serem tombados eram conduzidos quase que exclusivamente pelos funcionários da instituição e por seus colaboradores”. Em consequência disso, até 1969, “foram tombados 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais.”

No ano de 1970, o SPHAN passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cuja direção foi assumida por Renato Soeiro, que permaneceu no cargo até 1979. Para orientar a sua administração, Soeiro elaborou um Plano Estratégico de Ação, que seguiu à risca, embora nunca tivesse divulgado.

Em cinco capítulos, o plano definiu a sua linha de ação. O primeiro é a “filosofia” do órgão, que ele tomou de empréstimo a Rodrigo Melo Franco,

ressaltando a continuidade da sua tradição. O segundo capítulo foi denominado de “Instrumentação” e traçava a estratégia para modernizar a administração do órgão. O terceiro capítulo foi denominado como “Irradiação nacional” e tratava da descentralização do órgão e da criação de uma rede de preservação do patrimônio nacional, integradas pela DPHAN e outras instituições estaduais e municipais. O quarto capítulo referia-se aos “Recursos” e definia uma estratégia de sustentação do órgão, com fontes alternativas como a criação de fundos, a taxação das atividades turísticas e a venda de produtos. O quinto e último capítulo tratava da “Legislação”, meneando com a possibilidade de aperfeiçoar a legislação patrimonial, especialmente o que estava relacionado às cidades e conjuntos históricos (AZEVEDO, 2017).

A partir da década de 1970, as cidades-patrimônio começaram a passar por algumas mudanças. O Iphan reconheceu a necessidade de envolver um acervo mais numeroso de cidades-patrimônio, em vista de que o valor patrimonial também poderia servir para o desenvolvimento do turismo nas cidades históricas e que não poderiam mais ser tratadas apenas como obras de arte finita. Assim, desenvolveu-se uma dinâmica nas cidades históricas, considerada improvável anteriormente, que trouxe uma nova percepção da cidade a partir de diferentes fases de desenvolvimento, fundamentando a perspectiva histórica e o seu desenvolvimento como objeto socialmente construído em permanente transformação. Não mais se limitava às qualidades artísticas, acabadas, prontas ou finitas, conforme desenvolvidas até então (MOTTA, 2000). Azevedo (2017) observa que foi nesse mesmo período que a quantidade de tombamentos de conjuntos paisagísticos aumentou de oito para quinze e as cidades históricas de nove para quatorze. O Brasil começava a ter um olhar distinto para os sítios, agora não era apenas para tombá-los e congelá-los.

Nos anos de 1970 e 1971, o Ministério da Educação e Cultura, com apoio do Iphan, solicitou dois encontros com os governadores dos estados brasileiros, propondo aos órgãos estaduais e municipais o compartilhamento e a descentralização da responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural. Em razão de um maior rigor técnico na instrução dos processos de tombamento e

preservação, o número de tombamentos caiu significativamente a partir desse período.

Em 1976, foi aprovado o novo regimento interno no Iphan, no qual havia a preocupação com o tombamento dos conjuntos arquitetônicos, e não somente dos prédios isolados:

Do ponto de vista de orientação de trabalho, inicia-se uma nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos [...] Procurou-se, a partir de então, conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões. A industrialização de regiões até então abandonadas e a abertura de estradas, facilitando o acesso a áreas afastadas, provocaram demanda populacional e difusão do turismo. (BRASIL, 1980, p. 30-33).

O ano 1979 foi o que a história oficial considera como um “marco na trajetória da preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil” (MEC-SPHAN/Pró-memória, 1980, p. 55). Segundo Motta (2017), Aloísio Magalhães assumiu a direção do Iphan e realizou uma série de transformações estruturais na instituição. Ele substituiu o patrimônio histórico e artístico dos modernistas brasileiros pelo conhecimento dos bens culturais. Se o patrimônio até aquele momento trabalhava com conceitos de civilização e tradição, na década de 1970, passou a olhar para as ideias de desenvolvimento e diversidades culturais. Foi também nesse período que, em relação a sítios urbanos, as comunidades moradoras e os usuários passaram a ser mais ouvidos para o processo de identificação dos valores patrimoniais e de alguns princípios para os procedimentos de preservação.

Simultaneamente a essa trajetória, ocorreu a primeira reformulação da estrutura administrativa do Iphan com a criação de duas entidades interligadas que foram inseridas na estrutura do Ministério da Educação e Cultura: o Iphan passou a ser Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e foi unificado com a recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória, sob a sigla SPHAN/Pró-Memória. Esse período foi marcado pelas alterações nas categorias simbólicas que idealizavam o patrimônio cultural brasileiro (DELGADO, 2005).

Diferentemente da narrativa patrimonialista de Rodrigo Melo Franco de Andrade, arquitetada em relação à história oficial, Aloísio Magalhães ativou as

noções provenientes do campo da antropologia, propondo que as práticas do Iphan se volvessem para identificar, documentar, classificar, proteger e divulgar os bens culturais brasileiros, “procedentes, sobretudo do fazer popular que estão inseridos na dinâmica viva do cotidiano” (MAGALHÃES, 1984, p. 42).

Embora a gestão de Aloísio Magalhães tenha durado pouco por motivo de sua morte prematura, o seu trabalho sedimentou a ampliação da concepção de patrimônio cultural no Brasil. Sant’Anna (2003) salienta que a principal herança desse período foi a introdução, na Constituição Federal, de um conceito mais amplo de patrimônio, que incluía os bens de natureza material e imaterial.

A década de 1980 foi um período de mudanças e, principalmente, de esperanças para o Brasil e para o Iphan. Nesse momento, iniciou-se de fato um processo de revisão crítica dos procedimentos de instrução dos tombamentos e dos critérios de seleção, reivindicando maior transparência e legitimidade científica aos processos de valoração dos bens culturais (PEREIRA, 2016).

De acordo com Queiroz e Schlee (2017), foi nesse período que houve a ampliação da quantidade e variedade de bens que passaram a fazer parte do patrimônio, incluindo o aumento significativo do tombamento de bens relacionados a grupos até então não reconhecidos, como os imigrantes, os quilombolas e os religiosos de matriz africana. Também foram protegidos os bens não monumentais e os edifícios ecléticos, que até então eram discriminados, testemunhos da ocupação do território, da história urbana, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia. Foram ampliadas as discussões relativas à proteção do patrimônio natural e arqueológico. Juntamente com todas essas questões, houve a preocupação com a rigorosidade de laudos técnicos nas instruções dos processos de tombamentos, dando origem à edição da portaria do Iphan nº 11, de 1986, que delimitava as áreas de entorno de bens protegidos, de maneira independente aos respectivos processos de tombamento.

Esse período também ficou marcado por alguns trabalhos que se destacaram e acabaram desenvolvendo o conceito de cidade-documento. Motta (2017) explica que a cidade-documento compreendia o valor de patrimônio como aquilo que as cidades históricas poderiam propiciar à população, sendo algo de

conhecimento histórico e partindo da leitura da morfologia urbana. A autora também ressalta no mesmo texto (2017) que esse novo conceito de cidade-documento permitiu o aumento dos trabalhos do Iphan, procedendo na proteção de sítios históricos com aparências distintas das coloniais e excepcionais, reforçando o papel da instituição como um dos agentes da regulação urbana ao empregar parâmetros urbanísticos como discernimentos para a sua valorização e preservação.

Foi nesse momento que a conservação da cidade-patrimônio deixou de ter essencialmente objetivos estéticos e de composição de cenários urbanos. A restauração, que até então era a principal forma de intervenção nos edifícios considerados inadequados para composição dos cenários urbanos, tornou-se uma intervenção excepcional. A partir disso, a manutenção das marcas deixadas pela passagem do tempo acolhia como importantes e dignos de preservação os exemplares arquitetônicos do ecletismo que antes haviam sido definidos pelos modernistas como “anomalias” ou “falsas arquiteturas” e que, então, passaram a conviver com a “boa tradição” do período colonial (SANT’ANNA, 2017).

O paradigma da excepcionalidade do patrimônio nacional, que marcou a ação institucional, passava a conviver na década de 1980 com a compreensão do bem como uma peça do cotidiano, do mundo, das religiosidades não dominantes, dos subalternos e das minorias, e nem por isso era visto como menos significativo como referência das identidades e como fonte para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil.

Nessa mesma década, as áreas urbanas de valor patrimonial começaram a ser idealizadas como um documento capaz de contar a história das cidades que surgiram no período colonial do Brasil. Verificou-se, então, a valorização da forma do sítio urbano (vestígios materiais urbanos) como fonte de investigação dos processos sociais, culturais e da construção do espaço. Dessa forma, o valor histórico tornou-se fundamental para a seleção das cidades ou trechos urbanos nos tombamentos realizados nos anos oitenta, mas também trazendo efeitos para as décadas seguintes (CHUVA, 2017).

No Brasil, com o fim da Ditadura Militar, a noção de patrimônio expandiu-se, tornando mais ampla a visão que antes era monumentalizada da cultura nacional

(GOMIDE, 2007). Na década de 1990, o Ministério da Cultura foi extinto e as atividades do Iphan ficaram estagnadas com a dissolução do Conselho Consultivo. Porém, em 1992, foi criado o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) e reconvertido em Iphan em 1994.

Sant'Anna, em seu texto, evidencia a atividade do Iphan nos anos de 1990:

O IPHAN, cuja situação de pauperização institucional e financeira havia se agravado ao longo dos anos de 1990, foi, inicialmente um espectador desses novos espetáculos urbanos. Foi também, por vezes, uma pedra no caminho, ainda que sem força para modifica-los. Os agentes públicos fundamentais desses processos foram os governos estaduais e, sobretudo, as prefeituras, atuando por meio de financiamentos concedidos por agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. Essas agências financeiras haviam, à época, redescoberto o patrimônio dos países da América Latina como uma nova fronteira para investimentos públicos e privados, passando a alimentar a formulação de programas nacionais de preservação, entre os quais o mais importante, no Brasil, foi o Monumenta. Esse novo momento pode ser sintetizado na expressão “cidade atração”. (SANT'ANNA, 1995, p. 149).

De acordo ainda com Sant'Anna (2017), nos anos 1990, o Iphan mostrou-se impossibilitado de manter os avanços conquistados na década anterior, sucumbindo novamente à seleção de bens culturais com base no gosto dos arquitetos. Tais práticas de seleção até se acentuaram com a exacerbação dos valores ditados pelo neoliberalismo, o capital e o lucro, colocando não só as cidades-patrimônio, mas a maioria das cidades brasileiras, como um espaço de disputas do mercado global. Por causa disso, houve o fortalecimento da apropriação do patrimônio como mercadoria, com a aplicação de alguns critérios para sua transformação em produto, visando fortemente o consumo visual e conduzido pelos padrões de beleza determinados pelo mercado global.

Para Fonseca (2014), nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o repertório dos bens tombados pelo Iphan foi extremamente diversificado. Isso ocorreu na medida em que outros critérios de tombamento passaram a ter importância, além do “valor excepcional” e da “monumentalidade”, que prevaleceram nas primeiras décadas de trabalho do Iphan.

Schlee e Queiroz (2017, p. 112-113) elucidam que “foi nos anos 2000, que o IPHAN se reestruturou, por meio de um redesenho organizacional e da realização de

concursos para novos servidores. Houve também uma ampliação efetiva dos instrumentos de acautelamento.”

Nenhuma superintendência estadual do Iphan surgiu depois de 1990 até o ano de 2002, quando houve a criação da Superintendência do Distrito Federal. De acordo com Chuva (2017), esses dados tornam-se expressivos se se estudar a ampliação das atribuições institucionais que a Constituição Federal havia produzido. Também foi significativo porque, nos anos de 1980, haviam sido criadas as superintendências do Ceará (1982), do Amazonas (1987) e do Sergipe (1989) e, entre 2004 e 2009, foram criadas mais onze superintendências, concluindo a meta de existir representações regionais em cada estado do país.

Fonseca (2014) aponta algumas tendências de tombamentos que o Iphan teve durante o século XXI, como: a) centros urbanos, conjunto de imóveis, bens inseridos em seu entorno paisagístico, imóveis com função museológica e seus respectivos acervos; b) maior precaução em diferentes marcos históricos do processo de ocupação do território, incluindo alguns núcleos urbanos, fortificações, bens que estavam diretamente ligados ao transporte (pontes, ferrovias e embarcações) e, particularmente, novos recortes, de caráter sistêmico, que visavam indicar formas específicas de ocupação; c) maior diversidade de bens de caráter sagrado, com nítida ênfase naqueles vinculados aos cultos afro-brasileiros; d) a crescente atenção nas dimensões materiais e imateriais dos bens tombados nas propostas para tombamento; e) os tombamentos de imóveis isolados, que predominaram nas primeiras décadas na atuação do Iphan e atualmente são mais esporádicos; f) o Iphan também se voltou em estados tradicionalmente pouco “visitados” pelas narrativas sobre a ocupação do território brasileiro e; g) maior preocupação na atribuição de valores por parte das comunidades e seus bens culturais, em suas dimensões material e imaterial, tem levado à proposição de tombamento em que se destacam, além de características formais dos bens, também os aspectos mais marcantes de sua função e de seu sentido simbólico, enriquecendo-se, assim, sua expressão como referências a “modos de criar, fazer e viver”.

No século XXI, o foco do Iphan estava na organização interna de procedimentos técnicos, em detrimento da política de ampliação de tombamentos e

de uma melhor representatividade do órgão no território nacional, apreendidos na gestão anterior.

Nessa fase, o Iphan começou a buscar novas aberturas para a preservação do patrimônio cultural, tentando acolher efetivamente a noção de “patrimônio cultural”, em detrimento das noções de “patrimônio artístico” ou “patrimônio histórico”, como norteadora de princípios, das estratégias, dos programas e dos instrumentos institucionais, mesmo que essas questões anteriores ainda não tenham sido totalmente superadas e eventualmente ainda sejam entendidas nos discursos institucionais de valoração.

Em relação ao patrimônio material, no século XXI, o Iphan passou a percorrer um novo caminho: segundo o discurso institucional, além de zelar pelos bens já protegidos, o instituto passou a ampliar e trazer maior coerência ao patrimônio, em especial às cidades-patrimônio, transformando-as em exemplos capazes de influir na opinião urbana do Brasil e levando o tema do patrimônio para um número maior de cidades e municípios do país como fator de desenvolvimento social e econômico (PEREIRA, 2016).

Outro exemplo que é possível citar da atuação do Iphan no Brasil, durante o século XXI, é a edição do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” e cria o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, um marco no sentido de ampliar as atribuições do Iphan.

Fonseca (2014) explica que, em consonância com ações da Unesco nas últimas décadas do século XX, e com base nas experiências desenvolvidas no âmbito federal, esse decreto veio como resposta a uma demanda já antiga por uma maior representatividade do patrimônio cultural, a qual passou a ser reconhecida pelo poder público. Essa iniciativa visava, por exemplo, a baixíssima incidência de inscrições, nos Livros do Tombo, de bens representativos das culturas distintas daquelas de matriz europeia, particularmente a do colonizador português, e que, no entanto, tiveram presença fundamental em nossa formação como nação. Surge, dessa forma, uma nova frente nas políticas de patrimônio, que veio, sem dúvida, enriquecê-las e apresentar novos desafios.

Queiroz e Schlee (2017, p. 118) lembram que,

[no] período que vai de 2003 a 2016, é possível perceber uma continuidade na busca pela diversidade cultural: decresceu o número de bens “tradicionais” protegidos, a exemplo da arquitetura religiosa católica, fortificações, palácios, e buscou-se ampliar a diversidade de representação para bens pouco ou nada considerados.

De janeiro de 1937 a janeiro de 2017, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) classificou, via tombamento, 1.241 bens. Em oitenta anos de atuação, esse instituto evoluiu do chamado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Patrimônio Cultural; de bens com excepcional valor arqueológico para monumentos arqueológicos de qualquer natureza existentes no território nacional; de bens materiais com endereço fixo para bens imateriais com manifestação nacional; de edificações isoladas para conjuntos urbanos inteiros; de monumentos singulares para bens seriados; da vizinhança para ambiência da coisa tombada; de paisagens com valores cênicos para paisagens culturais; de excepcional valor cultural para referências culturais; do lote ao território; do proprietário à comunidade.

Pensar no futuro do Iphan, ou mesmo no futuro do Patrimônio Nacional, implica perceber que o acautelamento dos bens não pode significar um “fim em si mesmo”. Ao contrário, reconhecer a importância de um “monumento” (independentemente de sua natureza material ou imaterial, mas que é escolhido como representação referencial da cultura de um povo) exige um diálogo com toda sociedade, de maneira que ela possa assumir – direta e conscientemente – a sua real conservação e salvaguarda (QUEIROZ; SCHLEE, 2017).

2.3 A PRESENÇA DO IPHAN NA CIDADE DE GOIÁS

A preservação dos centros históricos urbanos é uma tarefa complexa para os agentes responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. As cidades, sejam

elas históricas ou não, não vivem sem seus habitantes, cuja forma de ocupação dos espaços está em constante movimento. Para que se tenha algum sucesso nas ações de preservação, é fundamental contar com a colaboração de todas as instâncias dos poderes públicos envolvidos (como o Iphan), além dos moradores, dos visitantes eventuais e dos turistas, que fazem ampla divulgação dos valores e justificam a proteção daquele bem.

Os anos de 1940 ficaram marcados pelo anseio de “recuperação” na Cidade de Goiás e que acabou se confundindo com a necessidade progressista e o conhecimento histórico, social e político da cidade.

O conceito de preservação e de patrimônio cultural na Cidade de Goiás expandiu-se em 1940, e, após a década de 1950, constituiu-se uma forma de atrelamento com o sentido institucional do Patrimônio Cultural reconhecido pelo SPHAN. As atividades políticas pós-45 criaram algumas estruturas de negação à ditadura do período estado-novista, favorecendo as mudanças patrimoniais não somente no âmbito regional, mas também na esfera nacional. Foi a partir desse momento que as tendências de ação do SPHAN na Cidade de Goiás tornaram-se mais evidentes, pois reconheciam a importância histórica da antiga capital do estado de Goiás como centro de tradição política. O renascimento urbano da Cidade de Goiás veio pelo reconhecimento histórico-cultural que se deu formalmente na década de 1950, quando alguns edifícios do período colonial, bem como as igrejas e o Palácio dos Governadores, foram tombados pelo SPHAN (GOMIDE, 2005).

Sobre o patrimônio histórico e cultural da Cidade de Goiás, Gomide evidencia a conquista da população local:

Constituíam-se em patrimônio histórico e cultural tudo que pertencesse à Cidade de Goiás: seus prédios (coloniais ou não), suas praças, ruas, estabelecimentos comerciais, as pessoas ali residentes e o movimento por elas proporcionado. Seus bens culturais eram, então, todos os mecanismos que faziam da cidade um espaço em funcionamento [...] A ideia de preservar essa vida urbana, revitalizando as atividades cotidianas. Solicitar que a cidade se tornasse monumento histórico do Brasil era assim um recurso em prol dessa revitalização [...] A cidade caminharia rumo a alternativa viável e fundamentada pela memória local, e, a partir desse reconhecimento histórico, a revitalização seria apenas uma consequência da luta em defesa da sobrevivência urbana (GOMIDE, 2005, p. 104).

No ano de 1948, o arquiteto Edgar Jacintho da Silva solicitou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do SPHAN, sua ida ao estado de Goiás para realizar alguns levantamentos sobre as principais igrejas, casas de maior interesse e dos monumentos públicos (chafarizes, entre outros). O levantamento realizado pelo arquiteto trouxe algumas informações importantes sobre a arquitetura colonial brasileira no Estado de Goiás. Silva dividiu seu trabalho em etapas que avaliariam “as edificações que compõem o conjunto urbanístico da cidade”; os “edifícios e monumentos públicos, igrejas e determinadas casas e sobrados de moradia” do século XVIII e de “inapreciável valor tanto pela raridade das soluções arquitetônicas como pela monumentalidade”; o partido urbanístico, uma vez que este se considerava “praticamente inalterado”; o “paisagismo local” como “exemplo do paisagismo urbano tradicional”; e, por fim, o “plano histórico”, no sentido da “participação goiana nos grandes ciclos das bandeiras e da mineração” (TAMASO, 2007).

Nesse mesmo período, Edgar Jacintho da Silva subdividiu as edificações que se encontravam no conjunto urbanístico da Cidade de Goiás em três grupos e atribuiu a eles uma porcentagem em relação ao todo: (1) edificações antigas que não sofreram nenhuma modificação que as desfigurassem ou descaracterizassem (65%); (2) edificações cujas fachadas foram alteradas, notadamente pelas substituições dos beirais por platibanda e cimalhas (30%); (3) construções novas e absolutamente estranhas ao conjunto (5%) (PROCESSO DE TOMBAMENTO, nº 345 – t. 42, vol. I, p. 26).

Em seus estudos, Edgar Jacintho da Silva fez diversas observações sobre as “características arquitetônicas tradicionais que prevalecem no comum das edificações urbanas”, como os beirais, os vãos, as pinturas nas paredes e nas esquadrias, os “avarandados”; os materiais construtivos utilizados nas construções como taipa de pilão nas paredes externas, além do adobe e do pau a pique nas paredes internas. Ele também informou sobre os “monumentos de maior importância” como o Chafariz da Boa Morte, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, e sugeriu que este último edifício fosse transformado em um museu. Nesse levantamento sobre o patrimônio da cidade, Silva ainda mencionou as igrejas, das quais destacou a Igreja Nossa Senhora da Abadia como sendo a única que

“conserva a sua integridade arquitetônica”; o antigo “Palácio dos governadores”; os “edifícios residenciais” que “careceriam de levantamentos sistematizados para se constituir os elementos necessários para um estudo objetivo da casa goiana”. Finalizando seus estudos, o arquiteto ressaltou que a “diretoria empreenda um estudo objetivo, tanto para a preservação desses valiosos monumentos como no aproveitamento do rico acervo existente na região”. Em nenhum momento, Silva advertiu sobre o requerimento de que a cidade fosse transformada em “cidade monumento nacional” (TAMASO, 2007).

Tamaso (2007, p. 123) explica que, em um ofício subsequente, datado de dezembro de 1948, Edgar Jacintho solicitou a Rodrigo Melo Franco de Andrade o envio da documentação relativa ao tombamento efetuado na Cidade de Goiás e que o diretor consultasse as autoridades do estado de Goiás sobre a possibilidade de acessão do edifício da antiga Casa de Câmara e Cadeia a fim de que nesse prédio fossem instalados museu e arquivo.

No ano de 1950, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou, por meio da inscrição no *Livro do Tombo das Belas Artes*, a Igreja Nossa Senhora da Boa Morte (1779), a Igreja São Francisco de Paula (1761), a Igreja Nossa Senhora do Carmo (1786), a Igreja Nossa Senhora da Abadia (1790) e a Igreja de Santa Bárbara (1780). E, no livro do *Tombo Histórico*, foi registrado o Quartel do Vinte (1747) (PROCESSO DE TOMBAMENTO, nº 345, t. 42, vol. I, p. 55).

Posteriormente, em 1951, no *Livro do Tombo das Belas Artes*, ocorreu a inscrição da Casa de Câmara e Cadeia (1761); do Chafariz de Cauda da Boa Morte (1778), da Casa de Fundação e do Palácio Conde dos Arcos (construções contíguas que resultaram de adaptações realizadas em cinco edifícios residenciais, datadas do início do século XVIII) (PROCESSO DE TOMBAMENTO, nº 345, t. 42, vol. I, p. 69).

Segundo Delgado (2005), esses monumentos isolados da Cidade de Goiás foram levados para o campo do patrimônio. Para isso, ocorreram diversos investimentos para o processo de tombamento dessas edificações, consagrando-as como artefatos de valor excepcional por terem testemunhado a história colonial dessa região e a formação da nação. Contudo, esse processo teve pouca influência

na dinâmica urbana da cidade, pois o DPHAN não promoveu imediatamente as restaurações nos bens e tampouco estimulou a visita pública nesses edifícios.

Figura 6 – Igreja Nossa Senhora da Boa Morte



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Figura 7 – Igreja São Francisco de Paula



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Figura 8 – Casa de Câmara e Cadeia



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Outras áreas importantes na Cidade de Goiás, desde a sua fundação, são os largos. Os largos são pontos de convergência de várias ruas ou becos e são os espaços mais valorizados do ponto de vista simbólico. Até hoje, quem ocupa os casarios situados nos largos da Cidade de Goiás são as famílias mais tradicionais.

Figura 9 – Palácio Conde dos Arcos



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

As instituições civis, os monumentos e/ou igrejas e comércio colaboraram para a hierarquia espacial e social dos largos. O Largo do Chafariz destacou-se,

desde o início da atuação do Iphan na cidade, como parte importante daquela paisagem cultural. Foi o primeiro conjunto arquitetônico tombado, seguido pelos largos do Coreto, do Rosário e o de São Francisco.

O fato, porém, de esses espaços ocuparem lugar de destaque na hierarquia patrimonial não eliminou os conflitos decorrentes entre moradores da cidade e os agentes do Iphan quanto aos projetos de restauros, reformas e usos dos espaços públicos. O primeiro conflito ocorreu na década de setenta, quando o Iphan planejou a reforma do Largo do Chafariz. Os moradores do entorno desse espaço resistiram ao projeto, para o qual não tinham sequer sido consultados. A tensão em que se encontravam os moradores com relação às políticas desenvolvidas pelo Iphan perdurou por um bom tempo.

Nos levantamentos feitos, percebe-se que o campo de conflito perdurou por muito tempo na Cidade de Goiás: técnicos e funcionários do Iphan tinham apoio de uma parte da elite regional, que era favorável às ações de proteção ao patrimônio da cidade com os tombamentos, as conservações e alguns restauros, mas sofriam com a resistência de parte dos moradores e de uma elite cultural, que era contrária à atuação do órgão.

Figura 10 – Chafariz de Cauda do Largo da Boa Morte



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Com a criação de Brasília, os estudiosos do patrimônio histórico e cultural aproximaram-se mais da cultura goiana, tombando o conjunto histórico e parte dos aspectos naturais da Cidade de Goiás. A refuncionalização da cidade fez com que ela ganhasse um novo destaque no âmbito estadual e nacional, tornando-a o centro cultural do estado, tombado como patrimônio nacional. Assim, novas expectativas surgiram com um novo cenário e com o desenvolvimento das atividades turísticas (MAGALHÃES FILHO, 2014). Nessa fase, a atuação do Iphan em Goiás estava de acordo com os entendimentos e estratégias do “Programa das Cidades Históricas”, instituído pelo Governo Federal, em 1973, para estimular o turismo.

Na década de 1970, ocorreu o pedido de urgência do tombamento do centro histórico da Cidade de Goiás, justificado pelo estímulo crescente da modernização. Em 16 de novembro de 1976, o Conselho Consultivo do Iphan deliberou favoravelmente à extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás, cujo parecer recebeu aprovação unânime.

A elite de Goiás, que era a favor do tombamento, foi em busca de mais restituições e conquistas. Apoiada pela Assembleia Legislativa de Goiás, a homologação do parecer do Conselho Consultivo do Iphan, favorável à extensão do tombamento do acervo histórico e artístico da Cidade de Goiás, foi enviada ao diretor do Iphan à época, Renato Soeiro, destacando a “conveniência” da homologação, uma vez que, “através das autoridades municipais responsáveis pelo assunto”, já estavam se “acumulando numerosos pedidos para licenciamento de novas construções incompatíveis com as cidades antigas”, que somente poderiam ser evitadas “com o apoio do tombamento na extensão pretendida”. Assim, em 18 de agosto de 1978, foi homologada a “extensão do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás” (TAMASO, 2007).

Em 1978, com o apoio da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat), o Iphan fez a segunda intervenção na Cidade de Goiás, focando também em todo entorno dos principais monumentos que já estavam sob a proteção do instituto. O tombamento aconteceu na paisagem urbana como um todo e estabeleceu que uma grande parte da cidade se submeteria às regras de preservação (DELGADO, 2005, p. 124-125). Foi a partir daquele ano que a Cidade de Goiás assumiu o

estatuto de “patrimônio da nação”, em decorrência das características coloniais do seu conjunto arquitetônico e urbanístico.

Tamaso (2007) observa que a antiga capital do estado de Goiás, na década de 1950, foi avaliada pelos especialistas do Iphan como uma cidade descaracterizada e, por isso, ela seria incapaz de ser reconhecida como um “monumento histórico”. Duas décadas depois, a Cidade de Goiás recebia o reconhecimento antes negado. Com o recebimento desse título, parte da elite vilaboense ficou extremamente orgulhosa de sua cidade: a ex-capital estadual era agora um patrimônio nacional. Se, por um lado, a transferência da capital trouxe segregação, humilhação e estagnação ao município, por outro, trouxe a possibilidade de manter-se preservado. Em razão disso, a cidade pôde ser merecedora do título de “patrimônio nacional” e, posteriormente, “patrimônio mundial”.

Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, o Iphan executou, em parceria com outros órgãos, diversas atividades na Cidade de Goiás, como a restauração da Casa de Fundação, do Quartel do Vinte, da Igreja da Boa Morte, da Igreja de São Francisco e da Igreja de Santa Bárbara. A parceria do Iphan com outros órgãos e entidades remontava à década de 1950 e continuou durante toda a sua trajetória em Goiás. Nas entidades que colaboraram com o instituto, as diretorias eram compostas pelos moradores que se declaravam como os guardiões da memória da antiga capital goiana. Criada com esse mesmo espírito na década de 1960, uma entidade cultural foi a pioneira da cidade: a Organização Vilaboense de Artes e Tradições, a Ovat (DELGADO, 2005).

Até o início dos anos oitenta do século XXI, não havia um escritório de representação do Iphan na Cidade de Goiás. Segundo Delgado (2005), a ação mais efetiva desse órgão aconteceu no Museu das Bandeiras, que atualmente funciona na Casa de Câmara e Cadeia, e no Museu de Arte Sacra, cujo acervo está no Museu da Boa Morte. As duas instituições eram dirigidas pelas vilaboenses Malu Brandão e Antolinda Borges, que foram congregadas ao quadro de funcionários do Iphan quando o escritório desse instituto foi instalado na Cidade de Goiás. A atuação dessa instituição na cidade passou a ter uma ligação direta com o grupo que dirigia a Ovat.

Um grande marco da relação do Iphan com os moradores da Cidade de Goiás foi a inauguração do escritório da Diretoria Regional do Iphan, em 1983, que foi conduzida durante três anos pelo arquiteto Gustavo Coelho. Tanto ele quanto sua sucessora – a também arquiteta Maria Cristina Portugal – ressaltavam, em seus depoimentos, que as relações com os moradores da cidade eram intensas, decorrentes das limitações que o tombamento do “centro histórico” causava para os proprietários de imóveis que tinham sido tombados (TAMASO, 2007).

Izabela Tamaso (2007) resalta que no ano de 1997, pela primeira vez, o cargo da diretoria do Iphan foi assumido por uma vilaboense: a historiadora Salma Saddi Wares de Paiva, uma pessoa que sempre esteve ativa nos movimentos culturais da Cidade de Goiás e que foi secretária da Associação Casa de Cora Coralina desde a criação desta. Sua gestão foi diferenciada por causa do seu incentivo, apoio e participação na campanha para que a Cidade de Goiás conquistasse o título de “Patrimônio da Humanidade”.

3 CIDADE DE GOIÁS E O PATRIMÔNIO MUNDIAL

Casa Velha, os quartos têm nome: varandinha,
quarto escuro, quarto do oratório, alvoca da vó Fiinha,
sobradão, sobradinho, quarto de Felizarda.
O quarto donde escrevo chama-se sobradinho.
A janela do sobradinho olha o rio e eu, da janela, olho o mundo.
(Cora Coralina)

3.1 OS PERSONAGENS PATRIMONIAIS DA CIDADE DE GOIÁS E SEU TOMBAMENTO MUNDIAL

A consagração da Cidade de Goiás como cidade histórica, monumento histórico ou patrimônio teve os seus questionamentos durante o procedimento de mudança da capital para Goiânia. A primeira referência encontrada foi registrada no ano de 1933, quando o deputado mudancista Vascos dos Reis divulgou a sua inquietação de que, ao ser edificada a nova capital, Pedro Ludovico não estava apenas acolhendo às palpitantes necessidades de progresso, mas também estava destruindo um patrimônio importantíssimo e de que nós todos deveríamos nos orgulhar pelos títulos que recebera (TAMASO, 2007).

Desde a transferência da capital para Goiânia, determinados grupos de moradores vilaboenses, cujos poderes políticos e administrativos teriam sido retirados, vêm esboçando uma memória “oficial” da Cidade de Goiás. Essa memória, além de ser repassada de geração em geração, também é repassada aos turistas que visitam a antiga capital, difundindo e realimentando a memória oficial da cidade.

Segundo Gomide (2007), após a transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, na década de 1930, ampliou-se coletivamente um sentimento de mágoa e de abandono, pois na época em que Goiás era a sede política-administrativa do estado, o fluxo de pessoas, assim como o montante, era maior, garantindo um movimento constante na cidade. Com essa transferência, a Cidade de Goiás sofreu algumas modificações, assumindo características de lugar vazio, em

consequência do deslocamento de algumas famílias e de órgãos públicos para a nova capital.

Goiânia, além de ter sido o resultado de uma revanche política, foi também criada idealizando a cidade moderna, contrapondo-se com as construções de meias paredes e traçado irregular – característica de uma cidade colonial como Goiás. Aceitando a transferência da capital e posicionando-se como o povo da cidade histórica, um grupo de moradores, principalmente os que compunham a burguesia do lugar, ainda estavam aborrecidos com a ideia de abandono, mas estavam dispostos a alimentar o “mito de origem” da Cidade de Goiás, dando a ela um valor cultural, ressaltando-a como a “raiz da cultura goiana”.

Nos anos de 1940, o jornal Cidade de Goiaz ressaltava a cidade como um marco, além de aludir à possibilidade de ela se tornar um atrativo turístico:

A cidade de Goiaz como centro turístico – Castro Costa

[...] Cidade-evolução, cidade-monumento, cidade-cultura, cidade-mãe, enfim, - Goiaz está presente em todas emoções cívicas de nossa história, desde as remotas quadras da tumultuária colonização lusa até a edificação de Goiânia. A sua própria sucessora Pedro Ludovico a concebeu dentro dos espessos paredões de seu Palácio Conde dos Arcos, de cujos compartimentos assimétricos e de desenhos bizarros partiam as ordens e os decretos que iriam influir na vida de todos os quadrantes do território goiano.

Esse sentimento de valorização pessoal que cada indivíduo naquela cidade possui é defensável e traduz um pormenor por certo de sadio patriotismo, uma vez que não existe patriotismo de boas raízes sem o natural apego do homem ao lar [...] (CIDADE DE GOIAZ, 10 mar. 1940, n. 75).

Oliveira (2011) observa que a Cidade de Goiás como monumento seria denominada o lugar de memória para os goianos. A nova capital deslumbrava o povo goiano, e a velha precisaria se institucionalizar como monumento histórico para não perder o seu espaço e ser esquecida na história. Esse esforço iniciou-se com a aceitação dos goianos pela eleição da Cidade de Goiás como a representação da identidade do povo goiano, trazendo o fortalecimento da ordem instituída.

O tempo que separa o reconhecimento nacional oficial – efetuado pelo SPHAN na década de 1950 e pelo Iphan em 1978 – do reconhecimento mundial, em

2001, envolveu significativas mudanças na Cidade de Goiás e na relação dos vilaboenses com seu centro histórico (TAMASO, 2008).

Considera-se que as representações sobre a preservação do espaço urbano da Cidade de Goiás na década de 1950, quando o SPHAN fez seu primeiro ato formal na cidade, são bem diferentes das conhecidas atualmente. Naquele período, no qual a transferência da capital parecia ter destruído a vida dos vilaboenses, que sofreram com o isolamento da cidade, dos distantes benefícios e do progresso, o prestígio do valor patrimonial urbano e a preservação do espaço urbano histórico eram fundamentais para população da cidade.

Preservar, nesse caso, não significava necessariamente manter intactos os edifícios públicos, mas sim manter viva a cidade que um dia havia sido o poder administrativo do estado de Goiás. A população local, ao construir oficialmente os sentidos de preservação e patrimônio, passou a lidar com novas preocupações (GOMIDE, 2007).

Tamaso (2008) ressalta que, sendo um sistema cultural, o patrimônio vilaboense compõe-se de diversos símbolos privados, como a terra, a casa, o nome, a tradição, o dom e as relíquias; de símbolos públicos, como as pontes, os largos, os chafarizes, os becos, as ruas, os calçamentos, os monumentos, as edificações públicas e a música; e de símbolos religiosos, como as igrejas, as procissões, as folias, as festas, os objetos sacros (santos, ostensórios, coroas, cetros, bandeiras e a música sacra); todos eles sendo “formulações tangíveis de noções, abstrações de experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos ou crenças.” (GEERTZ, 1989, p. 105).

Mencionando Gomide, apud Chaul e Duarte (2005, p. 123) na década de 1960, a Cidade de Goiás começou a aparecer no cenário regional como o centro de importância histórica e, a partir de então, reconhecida como tal em todo estado. Mesmo que a apreciação da preservação ainda não tivesse se consolidado, a cidade começou a adquirir um novo rumo: o de cidade histórica, o berço da cultura goiana. Enquanto Goiânia surgia sob o discurso do avanço, Goiás era reconhecida como a cidade do passado, por meio de suas edificações coloniais e, posteriormente, das ecléticas.

É possível mencionar como exemplo de consolidação desse discurso o antigo Palácio Conde dos Arcos, que abrigou muitos administradores e hoje expõe em uma de suas paredes as fotografias de todos eles. Portador da história política da cidade, o edifício carrega um valor de uma época, cujo *status* é reforçado em sua imagem edificada como representante da história política local. A partir década de 1960, o palácio foi realimentado como local de memória da política goianiense quando foi reconhecido pelo governo de estado do período como “monumento histórico”.

Em 1975, o prefeito da Cidade de Goiás, Antonio Ubiratan de Alencastro Júnior, a fim de “preservar o patrimônio histórico da Cidade de Goiás”, aprovou a Lei de nº 16, que fixou “normas para aprovação de projetos de edificação, restauração, demolição ou qualquer outra modificação nos edifícios de qualquer natureza no perímetro urbano da Cidade de Goiás” (TAMASO, 2007, p. 155). O primeiro artigo dessa lei já deixava explícito as limitações a que ficariam sujeitos os proprietários de bens imóveis localizados no centro histórico, uma vez que o chefe do Poder Executivo estaria autorizado a:

I – Embargar obra de edificação, restauração, demolição ou qualquer outras, cujo projeto não respeite as características histórico-coloniais da cidade, dentro do roteiro histórico de Goiás Velho;

II - Impedir o início de qualquer obra, cujo projeto não obedeça as características descritas no item anterior, no roteiro histórico de Goiás Velho;

III – Determinar que qualquer projeto, a partir da publicação desta Lei, que vise construir, reformar ou modificar qualquer edifício no perímetro do roteiro histórico devesse ser submetido à aprovação da Prefeitura Municipal (PROCESSO DE TOMBAMENTO, nº 345 – t, vol. III, p. 5).

No ano de 1987, outras decisões também foram tomadas na Cidade de Goiás, como a transferência simbólica, que significava o processo de “reação à reação de descontentamento” presente na memória da cidade. Nesse mesmo período, o povo vilaboense apropriou-se de outras manifestações culturais, incorporando-as no seu cotidiano. Em 1988, criou-se o ano de Cora Coralina – autora goiana reconhecida nacionalmente por sua produção textual e falecida em 1985.

Tecia-se também, ao longo do processo, a construção da imagem do Palácio Conde dos Arcos, além de outros bens e nomes conhecidos publicamente, trazendo uma maior noção ao patrimônio da cidade:

A capital do Estado, em cumprimento a um dispositivo legal, foi mais uma vez transferida para a Cidade de Goiás, no último 25, sábado. No dia seguinte, domingo, o Governador Henrique Santillo, participou ainda de outra solenidade, no Palácio Conde dos Arcos, de grande importância para a cultura goiana: a assinatura de decretos visando a criação do Centro Cultural Conde dos Arcos e do periódico Goyas Cultura; de um projeto de lei instituindo o ano de 1988 como o ano de Cora Coralina, em homenagem ao centenário de nascimento da poetisa; de convênio com o Ministério da Cultura (Minc), a fim de promover a restauração do prédio do Gabinete Literário, da Casa de Cora Coralina e reconstituição da antiga fachada da agência do BEG daquela cidade; e, de um termo de cooperação com o Minc, para uma maior integração, nas ações destinadas à preservação do patrimônio histórico e artístico de Goiás. (O POPULAR, 28 de julho de 1988, caderno 2).

A “migração” da imagem de “cidade capital” para “cidade patrimonial” foi um procedimento intenso, que alterava a “dor e mágoa” dos vilaboenses para “reconhecimento e preservação”. Esse foi um movimento de retorno à cidade, assinalando um momento no qual as cidades históricas, o patrimônio, a história e o turismo estavam se propagando em todo país. É nesse momento que a Cidade de Goiás ganhou visibilidade pública mediante seu potencial patrimonial, e, assim, ficou tomada por turística, e acabou ajustando a cultura como uma solução de mercado (GOMIDE, 2007).

O caso de tombamento mundial do centro histórico da Cidade de Goiás foi uma iniciativa local, que buscava alternativas econômicas para a cidade, com a participação social na elaboração de um Plano Diretor e dos instrumentos de produção da Serra Dourada no entorno. O Iphan, portanto, não teve a iniciativa, mas participou da mobilização e selecionou um consultor externo para a elaboração do dossiê, produzido em tempo recorde e com os custos arcados pelo movimento comunitário.

O distanciamento do Iphan em relação à candidatura da cidade como patrimônio mundial muda substancialmente a partir de então. De um lado, o quadro de desprestígio da instituição, demonstrado, sobretudo, pelos baixíssimos salários, falta de técnicos e orçamento aquém do mínimo, apresentou melhoras crescentes a

partir do ano de 2006. Por outro lado, isso demonstrava a prática de uma participação social amadurecida (MACHADO, 2017).

Sousa (2009), em seu texto, mostra o esforço dos goianos para a criação do patrimônio mundial da Cidade de Goiás:

O Movimento Pró Cidade de Goiás foi criado no dia 11 de novembro de 1998 como um esforço mútuo em prol do reconhecimento da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade. Por sua iniciativa, Suzana Sampaio é considerada a “madrinha” do Movimento Pró Cidade de Goiás. O Movimento contou com o apoio de diversas áreas da sociedade como as igrejas católicas e evangélicas, a maçonaria, grupos de jovens, museus, escolas, clubes de serviços, a Associação de Combate a Incêndio Florestal, a Ordem dos Advogados do Brasil (subseção de Goiás), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a prefeitura do município de Goiás e o governo do Estado de Goiás (SOUSA, 2009, p. 41).

Dentre muitos significados introduzidos na categoria de patrimônio mundial, existiu um que teve um grande apelo na Cidade de Goiás: o fato de que a cidade se tornaria um produto cultural e turístico, fluindo em alguns mercados. Por causa dessa lógica, o investimento e os empreendimentos na cidade que se tornaria patrimônio mundial foram de grande escala nos espaços públicos, adequando-os ao consumo cultural.

A visita do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) à Cidade de Goiás foi uma missão feita pelo arquiteto argentino Alfredo Conti, entre os dias 27 e 31 de janeiro de 2000, e resultou em um parecer técnico que se posicionava favoravelmente à candidatura da cidade como patrimônio da humanidade. No ano de 2001, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) referendou, por unanimidade, a sugestão do Icomos para que o centro histórico da Cidade de Goiás ganhasse o título de “Patrimônio da Humanidade”. O anúncio deu-se antes do prazo previsto na pauta da Unesco. Goiás tornou-se patrimônio mundial no dia 13 de dezembro de 2001.

De acordo com Delgado (2005), esse evento evidenciou a mobilização iniciada no ano de 1988 e coordenada pelo Movimento Pró-Cidade de Goiás – Patrimônio da Humanidade, que reunia diversas entidades da Cidade de Goiás, o

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e os governos tanto municipal quanto estadual.

Desde o seu tombamento mundial, a ação pública na Cidade de Goiás estava destinada à revitalização e precaução com os espaços considerados patrimoniais, garantindo a transformação visual da cidade. Isso levou à repaginação da imagem da cidade histórica, alimentando o “ar” patrimonial alentado pelo reconhecimento da cidade como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, em 2001 (GOMIDE, 2007).

Parafraseando Tamaso (2008), ao focar no processo de patrimonialização em Goiás, diversos contrastes surgiram na cidade. De um lado, encontravam-se os ideais históricos e estéticos da burocracia estatal ou internacional, como o Iphan e a Unesco e dos agentes locais do patrimônio, conhecidos como a elite cultural. Do outro lado, estavam as histórias pessoais e familiares incrustadas nas ruas e becos, pontes e largos, nas paredes de taipa, adobe ou pau a pique e das antigas residências de Vila Boa de Goiás. A partir desses contrastes, detectaram-se quais seriam os bens culturais reconhecidos pelos vilaboenses como bens patrimoniais.

Aos que pertenciam ao grupo de vilaboenses tradicionais, a titulação da cidade em “patrimônio mundial” ocasionou múltiplos impactos, sobretudo no patrimônio da cidade. Por mais paradoxal que pareça essa afirmação, fato é que há uma dissensão entre a lógica que auxilia a intervenção dos processos de enobrecimento e a coerência de apropriação dos espaços urbanos pelos vilaboenses tradicionais.

As estratégias feitas pelos agentes sociais no contexto da cidade patrimonial afetaram diretamente a Cidade de Goiás e a sua população. Esses agentes colocaram em prática a burocracia patrimonial, as estratégias elaboradas pelo saber particularizado sobre os bens de outrem e de si próprios (no caso, o Iphan, no nível regional, que atua com funcionários vilaboenses ou com relações de parentesco na localidade). Em vista disso, os vilaboenses “tradicionais” criaram diversas táticas para se “preservar” no espaço urbano, que agora está repleto de fiscais, especialistas e burocratas; regras e normas (TAMASO, 2008).

É possível observar que, durante o processo de promoção de patrimônio vilaboense, alguns grupos de homens e mulheres contribuíram para esse título. Destacaram-se os seguintes grupos: (1) os intelectuais que, desde o período de transição da mudança da capital até a consumação do fato, promoveram os aspectos culturais da cidade, inclusive apoiando as primeiras investidas do SPHAN sobre a cidade; (2) a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat), que foi criada em meados da década de 1960; (3) o grupo que se uniu em torno da Casa de Cora Coralina, na década de 1980; (4) o grupo que constituiu o Conselho de Cultura e Proteção ao Patrimônio Histórico da Cidade de Goiás; (5) o grupo reunido no Conselho das Obras Sociais da Diocese; (6) e, por fim, o grupo que criou o Movimento Pró-Cidade de Goiás, o Movimento.

Apesar de todo esse apoio para a promoção do título de “Patrimônio Mundial”, Tamaso (2005) destaca que os impactos negativos não foram sequer cogitados no momento da campanha, como o aumento da violência na cidade e em seu entorno; o aumento do custo de vida para os moradores; a concentração do poder quanto à gestão dos recursos do patrimônio em grupos específicos, sem participação popular efetiva; e a hierarquização dos patrimônios, seja ela temporal e espacial, que decorreria em ofertas para que moradores tradicionais, de certas ruas, vendessem suas casas para que estas atendessem aos fins culturais.

Depois do tombamento mundial da Cidade de Goiás, as pessoas passaram a viver a cidade-patrimônio, procuraram as brechas para o trabalho e ampliaram as características da cidade. Com isso, esta foi gradativamente se transformando, e o patrimônio e o mercado turístico se tornaram cada vez mais articulados. Os moradores foram se habituando na cidade-patrimônio e, aos poucos, transformaram seus modos de vê-la e vivê-la (GOMIDE 2007).

Magalhães Filho (2014) explica que a Cidade de Goiás começou a se refuncionalizar e deixou de ser vista como “velharia”, passando a ser respeitada como patrimônio depois do seu “tombamento mundial”. Além disso, os vilaboenses articularam-se com o objetivo de recriar o *glamour* da cidade, por meio da valorização patrimonial. A Cidade de Goiás, depois da conquista do título de Patrimônio Mundial dado pela Unesco, verdadeiramente se renovou. Esse fato

permitiu a criação de uma nova dinâmica urbana estimulada por um fenômeno contemporâneo: o turismo. Assim, para Tamasso (2007, p. 229),

Cultura, tradição e poder se combinaram com tal eficácia no sistema patrimonial vilaboense, que além da conquista do título de patrimônio mundial, a elite cultural conseguiu também ampliar o grau e a velocidade das relações com as esferas estaduais e federais.

3.1.1 A CRUZ DO ANHANGUERA

A Cruz do Anhanguera sempre foi uma referência e reverência à chegada da “Bandeira do Anhanguera” ao estado, explorador que foi o responsável pelo desbravamento e dominação do local às margens do Rio Vermelho. Segundo Arrais e Sandes (2014), em 1918, uma cruz que supostamente pertencia à bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, tornou-se uma relíquia, tomando um lugar de destaque às margens do Rio Vermelho, na época em que se comemorava mais um centenário da Cidade de Goiás.

Originalmente encontrada em Catalão e durante um tempo considerada objeto de disputa entre goianos e paulistas, essa cruz trazia talhada na madeira uma data indicando o século XVIII. Com o passado incrustado na madeira, esse objeto levaria o símbolo de um tempo épico que, de algum modo, se atrelava ao presente. Um atrelamento externo, um símbolo de um lugar desconhecido, onde o acesso dependia dos recursos da imaginação coletiva, que acabava ativando a dimensão afetiva entre o espaço da rememoração e o da celebração (NORA, 1981).

A partir do momento em que a cruz virou símbolo da Cidade de Goiás, ela passou a ser citada nas poesias e nas matérias de jornais, principalmente depois da década de 1930, quando ocorreu a mudança da capital, ressaltando os valores simbólicos da cidade. Dessa forma,

A cruz era um dos monumentos acionados a fim de se garantir, que a cidade destituída da capital e expropriada de inúmeros bens permaneceria,

não obstante, portadora de um legado incomparável. Era referida com símbolo e marco da história do Estado de Goiás. A cruz assumia assim o mesmo estatuto sagrado do herói mítico. (Tamaso, 2007, p. 544).

Segundo Gomide (2007), a Cruz do Anhanguera também remete às épocas de conquistas bandeiristas e de exploração na região, marcando fortemente a memória do poder e da colonização sobre os povos indígenas. Mas o que mais chama atenção é que muitos moradores da Cidade de Goiás veem ambos como representantes do patrimônio local.

Figura 11 – Réplica da Cruz do Anhanguera



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Gomide (2007) também salienta que a Cruz do Anhanguera não remete apenas à história do poder na região de Goiás, mas também à manutenção da história da origem da cidade. Como Goiás é uma cidade considerada histórica/turística, o estímulo das formas que constituem um “mito de origem” também é ressaltado, garantindo que se sustente o valor do monumento através do olhar externo, ou seja, o olhar do turista.

Apesar de ser um elemento extremamente importante do “patrimônio mundial”, a cruz chegou a ser questionada como símbolo, uma vez que havia pouquíssimas referências a ela no Dossiê encaminhado pelo Iphan, Prefeitura

Municipal, Governo do Estado de Goiás e pelo Movimento Pró-Cidade de Goiás à Unesco em 1999, para a solicitação de inscrição da cidade na lista do Patrimônio Mundial (TAMASO, 2007).

Além disso, nota-se que a cruz não está listada nem no Inventário dos Bens Imóveis (a se considerar todo monumento, base de alvenaria e cruz, ele é imóvel), nem no Inventário dos Bens Móveis e Integrados (dado que a cruz poderia ser removida). A Cruz do Anhanguera, portanto, está completamente ausente na documentação da cidade. Apesar disso, “Essa relíquia se transformou em monumento, ou seja, o resultado do esforço da sociedade em impor uma determinada imagem de si para o futuro.” (LE GOFF, 1996, p. 6). Atualmente, a cruz encontra-se no Museu das Bandeiras (antiga Casa de Câmara e Cadeia), sendo um dos locais mais visitados na Cidade de Goiás.

3.1.2 CORA CORALINA

Cora Coralina foi uma escritora goiana, conhecida em todo Brasil por retratar as tradições do povo da Cidade de Goiás, realimentando os valores vividos pela população goiana. Seu nome foi bastante utilizado na construção da imagem da cidade histórica. “Não é possível pensar na Cidade de Goiás, sem relacioná-la a moradora, doceira e poetisa Cora Coralina.” (GOMIDE, 2007, p. 65).

Respeitada na literatura brasileira, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a Cora Coralina, nasceu em 1889, em uma casa nas margens do Rio Vermelho, conhecida por todos como “a casa velha da ponte”, como a própria poeta intitulava em seus poemas.

Em 1911, Cora Coralina mudou-se para o estado de São Paulo e retornou para a Cidade de Goiás em 1956, onde permaneceu até a sua morte, no dia 10 de abril de 1985. Era doceira e só tinha instrução primária. Ela publicou seu primeiro livro aos 75 anos de idade e seus poemas eram caracterizados pela espontaneidade com a qual traçava o povo goiano e os seus costumes.

Para Gomide (2007), no que se refere à Cidade de Goiás, Cora Coralina contribuiu muito em seus escritos sobre o urbanismo da cidade, descrevendo as ruas, os edifícios, as pedras, os becos, as pontes e outros elementos importantes. A poeta reproduzia o passado da cidade, firmando a infância no seu presente. Ao regressar definitivamente à Cidade de Goiás, em 1956, Cora Coralina vasculhou a memória em busca de suas primeiras referências e valorizou as suas lembranças, unindo-as com as necessidades patrimoniais oficiais vigentes daquela época: “a força da terra e das raízes que me chamavam se sobrepôs a todos esses afetos familiares... fui ficando... o melhor lugar para eu viver era a minha terra.” (CORA CORALINA, 1983).

Como mostra dessa relação da poeta com a cidade,

A casa de Cora Coralina, após as primeiras ações do SPHAN em Goiás, passa a ser reconhecida como a “Casa velha da ponte”. Situada à margem do Rio Vermelho, sua história constituiu memórias que vão desde a prática de lavar roupas, às enchentes provocadas pelo garimpo, que é recorrente dos tempos do desbravamento e surgimento do Arraial de Santana, primeiro nome dado à cidade no século XVIII. A escritora exaltou o passado da Cidade, por isso foi utilizada na dinâmica da construção da imagem de cidade histórica. Reconhecida pelos valores que orientam a noção de patrimônio do IPHAN, sua vida e sua obra tornaram-se valorosas no processo de solidificação da Cidade de Goiás como patrimônio nacional, e, mais tarde mundial. A força do nome de Cora, construída desde a década de 1950, traz para a imagem da cidade, um reforço à ideia de tradição, já que a autora também reforça as práticas passadas em sua narrativa escrita. (GOMIDE, 2007, p. 66-67).

Cora Coralina foi, portanto, uma âncora agencial para a construção da identidade da Cidade de Goiás, seja regional, nacional ou mundialmente. Ao entrelaçar o recordar do tempo aos espaços da cidade, a poeta tornou-se autora de significados do passado e compôs um mapa na “memória” que foi peça estratégica para a consagração de Goiás como cidade histórica e turística (DELGADO, 2005).

A inclusão no discurso do Patrimônio Nacional, a lembrança das tradições locais e a monumentalização de Cora Coralina como símbolo emblemático foram e ainda são maquinarias discursivas para objetivar a Cidade de Goiás como um “lugar da memória”. Em outras palavras, diferentes formas narrativas, categorias discursivas e estratégias simbólicas instauram, de forma articulada, o passado, o presente e o futuro da cidade.

Durante o tempo em que a elite da Cidade de Goiás ainda convivia com o ressentimento com a mudança da capital e se opunha às ações do Iphan, conforme mencionado anteriormente, Cora Coralina era a voz dissidente, vislumbrando que o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade poderia ocasionar o aumento do turismo para a Cidade de Goiás. A poeta transformou o “valioso patrimônio histórico cultural e as nobres tradições de Goiás” em matéria de memória e escreveu sobre isso em seu primeiro livro, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, publicado em 1965.

A memória foi o tema central nos livros de Cora Coralina. Ela acreditava que a memória era capaz de restaurar o passado coletivo e reconhecia que essa tarefa era exercida com base em um aspecto particular: a memória da mulher velha, que escrevia para recriar e poetizar sua própria história. Delgado (2005, p. 78) explana que a escrita da memória de Cora Coralina transfigura as casas, os becos e as paisagens em matéria literária, em que a memória se abre ao rememorar o infinito do tempo entrecruzado com a vida. A paisagem urbana entrelaça a poeta, tornando-se espessa de múltiplos sentidos, temporalidades e memórias. Também o patrimônio da Cidade de Goiás aparece entrelaçado com a poetisa, que trouxe significados ao espaço urbano da cidade. Cora Coralina adaptava e entretelava às fases de sua vida, de menina, mulher e velha, a Cidade de Goiás.

A disposição de todos os tempos da cidade é matéria da poética daquela que viveu sua velhice “contando histórias, cantando o passado” e “fazendo adivinhações, cantando o futuro” da Cidade de Goiás. Em alguns poemas, Cora Coralina dá visibilidade aos becos “discriminados e humildes” de Goiás, envolvendo as referências topográficas, onde a poeta exalta os vários tempos inscritos nesses lugares “esquecidos e abandonados”, e rememorava a geografia da cidade, que compunha o espaço da memória dos escravos, dos lenheiros, das lavadeiras, das prostitutas, “onde família de conceito não passava” (DELGADO, 2005).

Os becos da Cidade de Goiás são símbolos do traçado urbano setecentista, onde acontecia a vida da cidade, portanto, eles estão ausentes no mapa traçado pelo Iphan quando este desempenhou os tombamentos na cidade histórica. Esses becos ganharam visibilidade através das memórias escritas de Cora Coralina e foram singularizados e convertidos em marcos do conjunto urbano.

Em 1980, a casa de Cora Coralina, conhecida como a “casa velha da ponte”, transformou-se em museu. A dedicação da vida da moradora à Cidade de Goiás tornou-se famosa entre as décadas de 1970 e 1980, antecipando o processo de patrimonialização de sua residência. Observa-se que a pessoa e a poesia de Cora Coralina se confundem na reordenação patrimonial da cidade.

Gomide (2007) lembra que o Museu e Casa de Cora Coralina foi criado como forma de exaltar e manter a memória viva da escritora, adquirindo o *status* turístico após a morte da poeta. Esse trabalho foi iniciado por amigos de Cora Coralina e pessoas interessadas em guardar a memória dela. O museu é nitidamente a glorificação de uma “Cora patrimônio” do círculo turístico.

Figura 12 – Casa de Cora Coralina



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

3.1.3 RIO VERMELHO

O Rio Vermelho sempre esteve presente nas histórias da Cidade de Goiás e é uma referência cultural para os moradores, em razão das experiências vividas em torno dele. Seguindo o movimento desse rio, em suas margens foram construídas as primeiras edificações da Cidade de Goiás e, próximo a ele, alguns importantes

edifícios religiosos. O rio sempre fez parte do processo evolutivo do espaço urbano da cidade, hoje considerado histórico, reforçando as histórias e memórias de Goiás.

A história e a evolução da Cidade de Goiás estão diretamente ligadas à exploração da mineração exercitada às margens do Rio Vermelho. A partir dessa extração de minérios, surgiu o Arraial de Sant'Ana, marcando também o "mito da origem" da cidade.

O rio sempre foi conhecido como o lugar de lazer e de trabalho do povo de Goiás, expressado na lavagem de roupas e nos exercícios de garimpo, além de fazer parte das histórias sobre a procedência do surgimento da cidade, no século XVIII. O Rio Vermelho corta a cidade, repartindo-a em duas, e ainda continua sendo um local essencial na vida das pessoas que ali habitam e que visitam a região.

Ao longo do tempo, o rio tem sido referência de "exageros" e de "sobrevivência", sendo citado em documentos do governo, atas da câmara, manuscritos de épocas distintas e também por viajantes europeus que passaram pela Cidade de Goiás. Para os moradores locais, o rio surge como parte de seus experimentos sociais e reúne diversas de suas histórias. Na época da enchente de 2001, o Rio Vermelho tornou-se alvo não somente da imprensa, mas foi também resgatado na literatura e nas narrativas orais e revisto nas dimensões do lazer, reforçando as memórias do dia a dia nele vividas desde a época colonial (GOMIDE, 2007).

Durante século XX, o Rio Vermelho aparece não apenas como uma referência geográfica em Goiás, ou nas experiências habituais vividas na região, como trabalho, lazer, arranjo físico da cidade (cortada ao meio) e enchentes. Ele agora passa a ser apresentado como referência patrimonial, ligando várias práticas que vão povoando as memórias dos moradores, dos jornais, de textos literários, registros cartoriais, etc. (GOMIDE, 2007).

Cora Coralina, em seus textos, voltou ao século XIX para exaltar a importância do Rio Vermelho para os moradores da Cidade de Goiás. Nesse sentido,

A obra de Cora Coralina é uma das várias representações sobre o urbano patrimonial e traz, para além de indícios historiográficos, por meio do olhar da autora, o trabalho das lavadeiras, histórias contadas que fazem parte do imaginário social e as experiências vividas em torno das águas do Rio Vermelho (Gomide, 2007, p. 140).

Em sua obra, a poeta passa a impressão de que o rio é a extensão de sua casa, tornando-se parte de sua história.

Cavalcanti, Lopes e Pontes (2008) explicam que a presença de serras, vales ajustados, cânions, pavimentos rochosos, vertentes abruptas, solos destruídos, desmatamento e clima marcado por chuvas com volumes altos no verão, além de uma ocupação populacional realizada sem nenhum planejamento prévio e da localização do espaço urbano, edificado em local totalmente inadequado, são alguns dos fatores que tornaram a Cidade de Goiás vulnerável aos desastres causados por enchentes.

Cavalcanti, Lopes e Pontes (2008) também ressaltam que é possível constatar dois processos consecutivos que interferiram diretamente no meio ambiente: a exploração de ouro de aluvião em diversas partes do Rio Vermelho e, com a decadência do ouro, a produção em larga escala de alimentos e gado. Esses processos afetaram o ciclo da água, causando a degradação ambiental, como a perda de solos, o entulhamento dos vales e a diminuição progressiva das taxas de infiltração d'água.

As enchentes sempre estiveram presentes na história da Cidade de Goiás. Essa questão pode ser observada em trecho da *Notícia Geral da Capitania de Goiás de 1783*:

Vila Boa é a Capital desta Capitania. Está situada em uma baixada do rio Vermelho, cuja corrente a divide quase em duas partes iguais, e se comunicam seus moradores por 3 pontes de madeiras, destruídas inteiramente pela força de uma grande cheia do dia 09 de janeiro de 1782 [...] Seus monumentos mais decantados são: a grande Matriz, fundação do seu princípio, a Casa de Fundição, obra do Senhor Conde dos Arcos, a forte e vistosa Cadeia e Casa de Câmara do Governo do Senhor João Manoel de Mello. A Contadoria e fonte pública do tempo do Senhor Barão de Mossâmedes. O passeio público e a bem fundada Casa dos Açoures, no Governo do Senhor Luiz da Cunha Menezes, o mais desejoso de a beneficiar. Tem alem da Matriz, seis capelas: Nossa Senhora do Rosário, da Morte, da Lapa, do Carmo, São Francisco de Paula e Santa Bárbara (NOTÍCIA GERAL DA CAPITANIA DE GOIÁS EM 1783).

A enchente que ocorreu no dia 31 de dezembro de 2001, dias após Goiás receber o título de patrimônio mundial, foi a segunda pior enchente da história da cidade, destruindo parte do acervo edificado, como pontes, casas e signos identitários. De acordo com Gomide (2007), vários pontos foram devastados pela cheia do Rio Vermelho, como a casa de Cora Coralina, a Cruz do Anhanguera, várias lojas que estavam locadas às margens do rio, uma boa parte dos calçamentos, e diversas residências que estavam próximas ao rio.

Para que conseguissem recuperar suas casas, alguns moradores receberam verbas do Monumenta/BID para a restauração. Já os monumentos, as pontes e as ruas receberam a atenção dos órgãos governamentais, não governamentais e das empresas privadas.

Essa enchente alterou a rotina da população na Cidade de Goiás. Modificou a dinâmica de visitação turística, trazendo à tona, inclusive, a curiosidade de visitantes sobre a catástrofe (TAMASO, 2007).

3.1.4 OS ESPAÇOS PRIVADOS E PÚBLICOS

Os espaços públicos e privados foram fundamentais para a Cidade de Goiás conseguir o título de Patrimônio Mundial. Observa-se que as casas do centro histórico de Goiás são distintas pela sua arquitetura vernacular, cuja sua principal característica está no fato de ser “uma criação característica e pitoresca da sociedade que se manifesta de maneira informal, portanto, organizada, utilitária possuindo, no entanto interesse e beleza.” (Carta do Icomos do Patrimônio Construído Vernacular apud Dossiê, anexo VI, 2000, p. 12). Além disso, os aspectos geográficos, econômicos e culturais competem para a presença da arquitetura vernacular, que “é a um tempo reflexo da vida contemporânea e um testemunho da história da sociedade” (Carta do ICOMOS do Patrimônio Construído Vernacular apud Dossiê, anexo VI, 2000, p. 12).

Os materiais construtivos sempre foram uma marca forte nas edificações coloniais. A taipa de pilão, muito aplicada na época pelos paulistas, foi em Goiás adaptada só nos edifícios maiores, de maior importância, como na Casa de Câmara e Cadeia e nas igrejas. Já as técnicas de adobe e de pau a pique foram aplicadas nas residências. O adobe estava presente nos muros e nas paredes estruturais, já o pau a pique, nas paredes internas das residências.

Tamaso (2007), em sua tese, explica que as casas goianas eram térreas, geminadas (parede-meia), com cobertura feita em duas águas, os vãos eram organizados em ritmos sequenciados e a parte frontal com beirais curtos, que tinham a função de arremessar as águas da chuva para fora da calçada, longe da porta de entrada. A planta dessas casas foi imposta pela administração colonial, regulando a construção delas sem recuos frontais ou laterais.

O estilo da casa bandeirista paulista também influenciou no espaço interno do casario, cujo programa de necessidades era dividido em três áreas. De acordo com Lemos (1999), a casa era distribuída da seguinte forma: (1) área de convívio, onde pessoas estranhas podiam entrar, (2) de intimidade e (3) dos afazeres domésticos, principalmente a culinária.

A área íntima era composta por quartos ou alcovas, pela varanda, pelo corredor e pelos sanitários que foram adaptados nas casas durante o século XX. De acordo com Oliveira (2001, p. 165), a varanda era o “coração da casa”, onde se concentravam “os afazeres das mulheres, as refeições, o recebimento das visitas mais próximas, o estar da família e o repouso rápido na rede”.

Já a área social era composta pelas salas, gabinetes e escritórios que se situavam nos cômodos com divisa para a rua. “Essas áreas relativas ao convívio com pessoas alheias ao grupo familiar caracterizavam a área fronteira entre o privado e o público.” (Tamaso, 2007, p. 395).

A cozinha, a área de serviço e os quintais formavam o espaço dos afazeres domésticos. Os corredores eram espaços de grande importância para o casario vilaboense, pois eram as peças cruciais das casas e das relações sociais do vilaboense. Eles são a interseção entre o interior e o exterior, o público e o privado.

Além da função de arejar e iluminar as alcovas que eram desprovidas de janelas, os corredores serviam de acesso para o interior da casa.

A casa própria do vilabeonse, junto com a casa do vizinho e com a rua ou o largo, forma uma trilogia dos espaços que domina a lógica socioespacial da Cidade de Goiás. A casa vilaboense é a “prova viva” da existência secular física e material de muitas famílias “tradicionais” e da ligação simbólica entre as gerações de seus habitantes.

Figura 13 – Espaços privados



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Os “filhos de Goiás” não estão habituados a ver suas casas desmoronarem – sejam lá quais forem os motivos – e muito menos ver as transformações urbanas. Pelo contrário, as casas sempre resistem às gerações e garantem, juntamente com a genealogia, a permanência dos patrimônios simbólicos e materiais. A casa e o nome são patrimônios constituídos de bens alienáveis e inalienáveis (material e simbólico), ressaltando a descendência e o sentido moral de cada família vilaboense. Em Goiás, não se herda o objeto apenas, mas uma obrigação (TAMASO, 2007).

As casas, patrimônios familiares em Goiás, além de serem os lugares das histórias e dos fatos ocorridos nas famílias vilaboenses, são também consideradas

índices de poder, prestígio e antiguidade. A esses valores acresceram ao casario goiano os valores históricos, estético e arqueológico conferidos pelo Iphan.

De acordo com Tamaso (2007), quando o turismo começou a se expandir na Cidade de Goiás, principalmente na década de 1990, ocorreram as práticas de parcelamento do solo e a implantação de novas edificações para abrigar pequenas pousadas, restaurantes e lojas de artesanato; situações que se exacerbaram após a divulgação da candidatura da Cidade de Goiás ao título de Patrimônio Mundial.

Em reação a tais práticas, Tamaso (2007) ressalta que houve uma intensificação das fiscalizações e punições pelo Iphan. Essas iniciativas do instituto visavam manter a preservação e o equilíbrio entre os cheios e os vazios, o edificado e o natural, como a arborização dos quintais. O parcelamento dos lotes para novas edificações levou à derrubada de muitas árvores, comprometendo a harmonia da paisagem. Reagindo ao endurecimento das políticas públicas fiscalizadas pelo Iphan, era comum os proprietários darem início às obras sem consulta prévia do órgão.

Durante o processo de tombamento da Cidade de Goiás, tanto nacional quanto mundial, foram feitas pelo Iphan diversas solicitações para a “modificação das fachadas” nas casas que estavam situadas no centro histórico. Martins (2003) explica que as solicitações feitas pelo órgão foram: as pinturas nas fachadas, a troca de esquadrias, a retirada dos alpendres e adequação do imóvel à ambiência do conjunto histórico. Em relação à pintura das fachadas, a autora relata a “resistência” dos proprietários em se submeterem à paleta de cores adequadas às características da fachada do imóvel, tanto pelo gosto pessoal quanto por uma necessidade de individualização, o que era difícil de satisfazer em vista da variedade de ofertas de cores e texturas.

A grande dificuldade que o Iphan teve em Goiás foi conciliar o trabalho de preservação com o desejo dos proprietários de ser parte desse conjunto da cidade patrimônio mundial. Foram vários os obstáculos enfrentados de ambos os lados, tanto por parte dos funcionários do Iphan, que se encontravam cercados de críticas e resistência dos moradores, com suas hábeis e criativas táticas, quanto pelos proprietários dos bens tombados e protegidos, que sabiam que, apesar dessas

táticas (ocasionais), estavam para sempre subjugados ao poder estatal, que recaía sobre seus bens próprios. A retórica dessa divergência deixa acessar as complexas relações entre ideologia do Estado-Nação e a vida cotidiana dos moradores (TAMASO, 2007).

O fato de os vilaboenses tradicionais terem concordado com a patrimonialização da sua história fez com que, aparentemente, o obstáculo da resistência ao tombamento tenha sido superado, pois os moradores que foram levados “pela onda universalizante da Unesco” começaram a modificar as fachadas de suas residências, retirando os alpendres e trocando os vitrôs pelas tradicionais janelas coloniais de madeira.

É possível dizer que os vilaboenses tradicionais passaram aceitar que sua tradição preservada fosse “mercandificada e comercializada como tal”, em função de que ela seria “vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche” (HARVEY, 1989, p. 273).

Os patrimônios públicos também tiveram grande importância para a conquista do título de patrimônio mundial da Cidade de Goiás. Eles são coletivos por serem propriedades públicas e terem a obrigação de servir a todos e são compostos por monumentos, ruas, pontes, chafarizes, largos e becos. As edificações que são propriedades estatais, municipais, estaduais e nacionais também são patrimônios públicos e devem atender ao interesse público.

Na Cidade de Goiás, destacam-se como patrimônio público o Palácio Conde dos Arcos, o Museu das Bandeiras, o antigo Quartel do XX Batalhão de Infantaria Militar (Quartel do Vinte), a antiga Casa Real Fazenda, a antiga Casa de Fundação e o antigo Senado. A política de enobrecimento da Cidade de Goiás foi implementada simultaneamente ao processo de candidatura ao título mundial. As primeiras intervenções feitas na paisagem urbana foram as instalações de fiação subterrânea, tanto da energia elétrica quanto a telefônica, financiadas pelo governo do estado de Goiás, no trecho da área tombada, e as instalações das redes de esgoto em toda área urbana, condição obrigatória para a candidatura da Cidade de Goiás (TAMASO, 2007). Com o processo de enobrecimento, foi observado que alguns

lugares da área tombada foram mais valorizados, constituindo-se como “paisagem de poder”.

Figura 14 – Antiga Casa de Fundação



Fonte: foto do acervo pessoal registrada em janeiro de 2019.

Na Cidade de Goiás, as pontes possuem uma grande importância histórica por serem os elos entre algumas ruas e serem artefatos culturais tanto simbólicos quanto funcionais. Existem cinco pontes que estão situadas na área tombada. Seguindo o curso do rio, depara-se com a presença das três mais antigas pontes da Cidade de Goiás: Ponte Cambaúba, Ponte da Lapa e Ponte do Carmo. Em seguida, encontram-se as duas pontes mais novas, com uma estrutura mais moderna: Ponte Nova e Pinguelona. É preciso ressaltar que o Rio Vermelho separa a cidade em duas partes, por isso, as pontes localizadas na Cidade de Goiás cumprem a função de unir os dois lados, “o de lá e o de cá”, como são citados pelos moradores da cidade.

Outros espaços públicos da Cidade de Goiás que devem ser mencionados são as ruas, os becos, as travessas e os largos. Todos os espaços urbanos que hoje são classificados como travessas eram oficialmente denominados por becos. Mas os becos em Goiás nunca foram sem saída. Desde sempre, eram elos entre as ruas e

entre si. Cora Coralina, em suas obras, destacou os becos, retratando a sociedade, o lugar subalterno, seus ocupantes e frequentadores.

Esses becos também são vistos como vias para as trajetórias urbanas, portanto, para a memória do lugar. A memória nos textos de Cora Coralina é a prova de que os laços de amizade e vizinhança também se fortaleciam fazendo-se uso desse espaço urbano.

Não apenas os moradores, cujo fundo dos lotes que dão para os becos, locomovem-se por essas vias. Os passantes também utilizam esses becos e travessas em suas trajetórias urbanas, diminuindo o curso do trajeto e ganhando tempo nas caminhadas de um lugar para o outro. A diferença entre as ruas e becos na Cidade de Goiás está no aspecto estético e simbólico, porque os becos são mais estreitos e até hoje apresentam os muros dos fundos dos lotes, alguns de adobe e outros de taipa de pilão. Já as ruas são mais largas e se impõem pela regularidade do casario colonial. Configura-se na Cidade de Goiás como rua um corredor delineado por fachadas contínuas de construções (TAMASO, 2007). Delgado (2005, p. 176) afirma que “os becos estão ausentes no mapa traçado pelo IPHAN, ao realizar os tombamentos nas cidades históricas.”

Os largos, por seu turno, são vistos como pontos de convergência de várias ruas e becos e possuem uma maior valorização em relação à simbologia, como o Largo do Chafariz, onde uma grande parte das famílias tradicionais possuem seus casarios e onde se localizam as principais instituições, monumentos e igrejas da cidade, colaborando com a hierarquia social e espacial da cidade. Na Cidade de Goiás, onze largos são tombados, mas quatro se destacam. São eles: Largo do Chafariz, que abriga a Casa de Câmara e Cadeia, ou Museu das Bandeiras, o Chafariz de Cauda, o Quartel do Vinte e as residências das famílias “tradicionais”; Largo do Coreto, que abriga a Catedral de Sant’Anna; Largo do Rosário, que abriga a Igreja Nossa Senhora do Rosário; e Largo de São Francisco, que abriga a Igreja de São Francisco.

Tamaso (2007) lembra que o Largo do Chafariz sempre se destacou, principalmente nas primeiras ações do Iphan na Cidade de Goiás. Esse largo foi o primeiro conjunto arquitetônico tombado, seguido pelos largos do Coreto, do Rosário

e de São Francisco, além de sempre ter sido um conflito entre a restauração e a vida real. Os moradores do Largo do Chafariz resistiram à restauração do largo, pois nunca haviam sido consultados sobre esse projeto.

A religiosidade é um fator constitutivo para a sociedade vilaboense e, por isso, o patrimônio religioso na Cidade de Goiás tem um grande destaque. A cidade possui, na área protegida pelo Iphan, uma paróquia, de Sant'Ana, oito igrejas católicas e uma evangélica. De acordo com Moraes (2002), a religiosidade teve grande importância para a permanência da população em Vila Boa após o colapso do ouro na região. O meio de superação das dificuldades enfrentadas nas terras inóspitas de Goiás foi a associação solidária e fraterna, com a qual se criou um espaço sagrado que se desdobrava em rituais e celebrações, práticas e gestos que, reforçados pela própria igreja, não só deram sentido à vivência religiosa, mas também forneceram a ampliação da religiosidade na região.

Durante o século XVIII, oito igrejas foram construídas em Vila Boa: Igreja de Sant'Ana, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora do Carmo, Santa Bárbara, Nossa Senhora do Rosário, de São Francisco de Paula e Nossa Senhora da Lapa. É possível notar que esse foi um número bem considerável para a época e para o tamanho da vila. Dessas oito igrejas mais importantes localizadas, seis foram tombadas. As duas igrejas não tombadas, a Catedral de Sant'Ana e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, foram consideradas construções do século XX. A razão disso é que a catedral ruína várias vezes na sua história (a primeira edificação foi construída em 1727) e a edificação da Igreja Nossa Senhora do Rosário foi demolida e deu lugar a um novo templo² (TAMASO, 2007).

3.2 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TOMBAMENTO MUNDIAL

3.2.1 A OVAT

Em 1965, foi criada a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat), na Cidade de Goiás, cujo objetivo era valorizar as tradições goianas e seus

principais traços culturais. O grupo da Ovat é considerado como o sucessor da elite cultural que viveu a transferência da capital para Goiânia.

Os fundadores da Ovat, que se intitularam herdeiros do movimento antimudancista, arquitetaram a institucionalização do “movimento de ação cultural”, organizando a marca da “reação à mudança” da capital.

Ao ressaltar que “o futuro de Goiás era o passado”, a Ovat explorou e estimulou a permanência de várias ações culturais. Entre elas, o Gabinete Literário, que em 1864 foi reaberto; os saraus, que foram revigorados; o acervo de arte sacra, que foi enviado ao Museu da Cúria e, posteriormente, ao atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte; as celebrações da Semana Santa, que passaram a ter como destaque do evento a Procissão do Fogaréu (DELGADO, 2005).

De acordo com Gomide (2007), a criação da Ovat tinha a função de preservar as tradições locais, buscando no passado alguns elementos que exaltariam o presente. A Procissão do Fogaréu foi obrigada a se modernizar, alimentando as práticas turísticas da cidade “Patrimônio da Humanidade”. A retomada dessa procissão na Cidade de Goiás foi uma forma de ressaltar a imagem da cidade histórica/turística que emergia desde a primeira ação do SPHAN na cidade.

No discurso da Ovat, como acontecia no do Iphan, a história era conduzida em Goiás como um ambiente da memória coletiva, portanto, a ação do patrimônio ainda não era incluída como turismo cultural. Entretanto, as narrativas da Organização Vilaboense de Artes e Tradições já conjeturavam o desenvolvimento da Cidade de Goiás como uma cidade turística. Ao constituir, sustentar e reinventar as técnicas culturais que são estabelecidas como “tradição”, a Ovat vem nutrindo a “vigilância comemorativa”. No final da década de sessenta e ao longo dos anos setenta, foi estabelecido um calendário de comemorações que trouxe significado aos bens tombados pelo patrimônio e estabeleceu que os personagens fossem celebrizados como marcos culturais.

2 - Em 1761, os escravos na Cidade de Goiás pediram para ter um espaço de devoção para eles, pois eram obrigados a seguir o cristianismo, mas mantinham os seus cultos es condidos. A igreja de Nossa Senhora do Rosário pertenceu aos escravos até cerca de 1900. Em 1934, a igreja foi demolida e reconstruída em estilo neogótico pelos dominicanos vindos da França.

Hoje, a Ovat agencia a associação entre a preservação do patrimônio cultural e o investimento ao turismo, atribuindo-se a responsabilidade pela modificação no desenvolvimento da Cidade de Goiás (DELGADO, 2005).

3.2.2 PROGRAMA MONUMENTA

O indicador de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade influi nos viveres e fazeres de uma cidade histórica. Nesse sentido, o Programa Monumenta nasceu como fruto da materialização de uma parceria entre o Governo Federal, a Unesco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Com o financiamento majoritário vindo do BID, o programa introduziu-se no contexto do desempenho direto de instituições financeiras internacionais na construção de políticas públicas no Brasil. Os municípios participantes deveriam conter sítio tombado em nível federal ou conjunto contido na lista de prioridades estabelecidas pelo programa.

A função assumida pelos municípios se fez notável pela precisão da criação do Fundo Municipal de Preservação, proporcionando uma contrapartida financeira, e pela obrigatoriedade de criação de uma Unidade Executora de Projeto, que precisaria ser atrelada a uma secretaria municipal.

Ao longo do Programa Monumenta, o país sofreu significativas mudanças políticas, modificando a formatação institucional do programa, o que provocou uma justaposição deste com outros programas nacionais de desenvolvimento e do Iphan com o epicentro da política.

Uma das metas do programa, que deve ser destacada, diz respeito à dinamização das atividades econômicas do setor. Tanto é que o programa adverte que terá alcançado essas metas quando: a) o número de visitantes aumentar; b) as taxas de ocupação dos edifícios nas Áreas de Projeto aumentarem; c) os recursos

dos fundos locais de preservação atingirem os níveis projetados; e d) a atividade econômica e o emprego aumentarem nas áreas (TAMASO, 2008).

Leite (2001) explica que a prioridade do projeto não é, portanto, a simples recuperação dos monumentos que tenham um valor histórico para determinados setores da população, mas, prioritariamente, é a “revitalização” de áreas urbanas rentáveis, que possam promover a reaplicação econômica dos recursos envolvidos.

Em Goiás, as atuações do Monumenta se viraram mais para os espaços públicos do que para as intervenções isoladas em edificações tombadas, visto estas estarem em bom estado de conservação. Segundo Tamaso (2008), a área de atuação e influência do projeto na cidade foi realizada em 2001, com a presença de vários agentes da cultura e patrimônio locais, além dos especialistas e consultores do Iphan. As ações do Monumenta em Goiás, a partir daquele ano, foram as seguintes: (1) recuperação de 15 imóveis atingidos pela enchente; (2) restauração do Museu das Bandeiras; (3) restauração do Chafariz de Cauda e a retirada do anfiteatro do Largo do Chafariz (Praça Dr. Brasil Caiado); (4) revitalização da Praça do Coreto (Praça da Liberdade); (5) recuperação do calçamento de algumas ruas e calçadas inseridas na área do projeto; (6) restauro e conservação de muros; (7) restauração de imóveis privados; (8) resgate da Estrada do Nascente: trilhas e caminhos de Vila Boa. Além dessas ações, o Programa Monumenta investiu no Festival de Poesia de Goyaz.

Com a enchente do Rio Vermelho, em dezembro de 2001, algumas casas do centro histórico foram destruídas, inclusive aquelas cujas fachadas tinham alpendre e vitrô. A verba do Monumenta/BID foi liberada também para que essas casas fossem restauradas, desde que os proprietários concordassem com o retorno das fachadas ao estilo colonial. Quando os proprietários concordaram com essa mudança, vitrôs, portas e janelas metálicas e alpendres foram alterados.

A harmonia entre as “diferentes” e “homogêneas” arquiteturas, defendidas no Dossiê, talvez não fosse tão defensível, uma vez que a diferença das fachadas foi incluída nos reparos aos estragos ocasionados pela enchente, tão logo as verbas foram sendo captadas (TAMASO, 2007).

Além das restaurações feitas, foram executados projetos de desenvolvimento de atividades econômicas, de qualificação profissional em restauro e conservação e de criação de núcleos de educação profissional em “cidades históricas” de 17 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, o que comprova a intensidade de atuação em relação aos locais compreendidos e explicita, na inclusão do programa, os elementos e ações que orbitavam e ultrapassavam a restauração do edifício em si.

O recebimento de verbas do Projeto Monumenta auxiliou o desenvolvimento do caráter patrimonial local, realimentando as características coloniais da cidade, assim como a restauração de alguns edifícios tombados, estimulando mais ainda a retomada de tradições, como certas festividades e a produção de doces, muitos deles reproduzidos como costumes e referências da cidade (GOMIDE, 2007).

3.2.3 O DOSSIÊ DA CIDADE DE GOIÁS

No Dossiê da Cidade de Goiás, a “inscrição de Goiás como bem cultural” se explanou por meio de diversos critérios que agenciam algumas categorias estabelecidas pelo órgão federal do Patrimônio para circunscrever os “lugares da memória” como observadores da história.

O Dossiê compõe-se de um formulário e seis anexos, com as seguintes informações: o “Formulário Unesco” contém dados sobre (a) identificação do bem; (b) justificção da inscrição; (c) descrição do bem; (d) gestão; (e) ameaças ao bem; (f) manutenção e documentação. O anexo I apresenta (a) a cartografia antiga e atual; (b) imagens da zona paisagística da Serra Dourada; e (c) fotos antigas e atuais da cidade. O anexo II informa sobre (a) Goiás e a ocupação do Brasil Central; (b) história e cultura; (c) evolução urbana da cidade; (d) relatos dos viajantes europeus; (e) legislação sobre patrimônio; e (f) bibliografia. O anexo III faz um

levantamento dos (a) bens imóveis e (b) bens móveis integrados. O anexo IV compõe-se do Inventário Nacional de Referências Culturais. O anexo V detalha informações sobre arquitetura vernacular, e o anexo VI faz uma síntese dos anteriores com ênfase na arquitetura vernacular.

A “Justificação da Inscrição” revela um passado e uma história que foram selecionados como expressões em nível mundial. Não basta serem valores de identidade nacional, a história e o passado da Cidade de Goiás deveriam estar devidamente higienizados, parcialmente romantizados, demonstrando o seu potencial e valor para toda humanidade. A “Justificação da Inscrição” é subdividida em: (a) Declaração de valor; (b) Análise comparativa; (c) Autenticidade e integridade; (d) Critérios segundo os quais a inscrição é proposta (TAMASO, 2007).

Pode-se observar que a “Declaração de Valor” da Cidade de Goiás fundamenta-se no valor histórico do Brasil:

A construção do território brasileiro foi realizada a partir do espaço delimitado pela costa atlântica e pela linha do Tratado de Tordesilhas, que foi progressivamente estendida até os rios do Prata e Paraguai, culminando com a ocupação do interior. Da periferia para o centro. Os primeiros responsáveis por essa construção foram os bandeirantes paulistas que, em busca do ouro ocuparam o que constituem hoje os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa difícil marcha para o coração do país foi concluída com a instalação da capital federal, Brasília, em 21 de abril de 1960. Das duas primeiras capitais que marcaram o começo dessa aventura, Cuiabá (Mato Grosso), perto do centro geográfico da América do Sul, e Goiás, perto do centro geográfico do Brasil, apenas Goiás conservou uma estrutura urbana e uma arquitetura que remontam ao século XVIII, e a paisagem que a cerca permaneceu idêntica àquela encontrada pelos bandeirantes. Goiás é assim a última testemunha desse capítulo fundamental da história do Brasil (DOSSIÊ..., 1999, p. 2).

De acordo com Delgado (2005), Goiás foi uma testemunha de como os exploradores do território brasileiro e fundadores de diversas cidades no Brasil, sejam eles portugueses e brasileiros separados da mãe pátria, adequaram-se à difícil realidade de uma região tropical, tendo como exemplares a arquitetura e o urbanismo português, além de adotarem a cultura indígena nas diversas formas de emprego dos materiais locais.

Sobre esse papel histórico da cidade goiana, o Dossiê ainda enfatiza: “Goiás é o último exemplo de ocupação do interior do Brasil conforme praticado nos séculos

XVIII e XIX. Exemplo tanto mais admirável na medida em que a paisagem que a rodeia permaneceu praticamente intacta.” (DOSSIÊ..., 1999, p. 5-6).

A zona proposta para a inscrição na lista do patrimônio foi a parte do centro histórico tombado pelo Iphan em 1978, acrescida da “zona de entorno”, que compreende “ruas típicas do século XIX, com uma arquitetura ‘eclética’ ou ‘art nouveau’, consideradas muito importantes para a compreensão da permanente evolução da cidade” (DOSSIÊ..., 1999, p. 5-6). Portanto, a inclusão dessas ruas nesse documento foi justificada pela importância que sua arquitetura apresenta para o entendimento da história local.

Conforme ainda o Dossiê,

Além dos monumentos arquitetônicos, constituem-se como referências culturais, por configurarem uma identidade e um sentimento simbólico da região para seus habitantes, as festas e comemorações, músicas, as artes e ofícios artesanais, os documentos e objetos antigos, o patrimônio natural que se destaca na paisagem (DOSSIÊ..., 1999, p. 1-2).

Para Tamaso (2007, p. 173), “a característica vernacular da arquitetura que se realizou e ficou preservada em Goiás foi o diferencial que ampliou as possibilidades de conquista do título.”

Delgado (2005) também ressalta que a definição do “ser” vilaboense naturalizou o apreço atribuído ao patrimônio e essencializou a concepção de passado que é histórica e socialmente arquitetada, divulgando os atributos dessa identidade como se fossem os emissários da própria natureza dos moradores da cidade. O Dossiê corrobora essa ideia ao afirmar que “O valor do patrimônio histórico de Goiás para seus habitantes é inteiramente natural, e está arraigado em seu viver.” (DOSSIÊ..., 1999, p. 3-4).

A memória de um repertório de histórias (ou lendas) que se reproduzem a cada geração é fonte indicativa da distinção dessa cidade. Também é a reiteração de personagens de outros tempos, retrocedidos e colocados na experiência cultural presente, apontando para uma constante busca coletiva de significados. As festas, suas performances, na forma como surgem hoje e como foram no passado, cumprem o mesmo acaso. Como linhas invisíveis, elas traçam as humanidades

constitutivas do contexto patrimonial da Cidade de Goiás. Em meio a isso, como se passassem distraídos pelas novas sínteses e transformações propostas pelo final do milênio, os vilaboenses persistem em manter um imaginário povoado por fantasmas e alegorias de tempos passados. (DOSSIÊ..., 1999, p. 3-4).

A partir disso, surge o discurso de um “contexto do patrimônio local”, homogêneo, marcado pela “busca coletiva de significados” e pelo perpetuamento de uma memória coletiva que sempre foi repassada para as gerações futuras. Para descrever o patrimônio cultural, idealiza-se a relação do vilaboense com o passado e o patrimônio: O valor do patrimônio histórico de Goiás para seus habitantes é inteiramente natural, está arraigado em seu viver. (DELGADO, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade deve ser concebida como um estado de espírito, um corpo de costumes, sentimentos e atitudes organizados, transmitidos ao longo do tempo por meio da tradição. Ela não pode ser conceituada como um mero mecanismo físico, como uma construção artificial. A cidade está envolvida nos processos vitais das pessoas que a integram, sendo um produto da natureza, sobretudo da humana (PARK, 1987).

Os processos vitais das pessoas que vivem nas cidades coloniais brasileiras estão presentes em seu patrimônio e evidenciam essa conexão (consciente ou inconscientemente).

Desde a sua fundação como Arraial de Sant'Ana, a Cidade de Goiás, destacou-se nacionalmente, seja no campo econômico, político, territorial ou patrimonial. Essa evidência foi resultado de diversos fatores, em momentos diversos, como o descobrimento do ouro de aluvião às margens do Rio Vermelho, a influência das famílias Veiga Jardim, Vilela, Caiado ou Bulhões no cenário político nacional e a singularidade dos edifícios históricos que compõem o centro histórico tombado da cidade, como a Casa de Câmara e Cadeia, as diversas igrejas, chafarizes, teatro, Palácio Conde dos Arcos, o mercado e algumas residências.

Como bem lembra Delgado (2005), a importância de Goiás como cidade histórica e patrimônio mundial não pode ser reduzida ao fato de ter ela sido a capital da província do estado de Goiás por mais de 200 anos e por manter em sua estrutura urbana as construções do século XVIII. A admissão da Cidade de Goiás no mapa do patrimônio não se justifica simplesmente pelo desejo de preservar as suas construções como marcas do passado, cujos valores seriam essenciais aos objetos e preexistentes a qualquer classificação. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não descobre apenas o valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele estabelece esses valores.

Durante o levantamento de dados e da análise dos aspectos da cidade, pôde-se observar que o reconhecimento como bem cultural e lugar histórico só foi conferido à Cidade de Goiás quando ela foi colocada na rede discursiva do patrimônio, à medida que o tecido da linguagem lhe foi conferindo determinados

conteúdos e tornando-a símbolo de memória coletiva do povo goiano. Nesse procedimento de composição da memória, as estruturas fundamentais foram os trabalhos de constituição do patrimônio material e imaterial de Goiás explorado pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat), fundada com a proposta de “resgatar” e “manter as tradições” de Goiás. Essa entidade tornou-se responsável pela instituição da cidade como “berço da cultura goiana”.

Foi possível também notar que houve uma intensa mobilização por parte dos vilaboenses e de várias instituições, como a Ovat, para a implantação de programas de reconstrução do centro histórico da cidade e de investimento na redescoberta da Cidade de Goiás, na ocasião em que esta foi inscrita para receber o título de patrimônio mundial.

Não se pode ignorar também a influência de personagens importantes da cidade, como Cora Coralina, o Anhanguera e o Rio Vermelho, na decisão de mudar o título de arraial para patrimônio mundial.

Como afirma Tamaso (2007), os patrimônios precisam ser preservados, porque são eles que sustentam a história e a memória de um grupo cultural, de uma etnia, de um povo. Não resta dúvida de que esses termos precisam estar interligados, afinal, todos conectam ao passado.

Não se poderia deixar de mencionar a ação do Iphan, que foi fundamental para a promoção do tombamento nacional e mundial da Cidade de Goiás. Os primeiros levantamentos e registros fotográficos dos monumentos patrimoniais do estado foram realizados na década de 1940, em razão da solicitação formulada pelo arquiteto Edgar Jacintho da Silva ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o que resultou no redescobrimento do valor histórico e patrimonial da Cidade de Goiás.

Em decorrência dessa atuação do órgão, na década de 1950, ocorreram os primeiros tombamentos da Cidade de Goiás: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja São Francisco de Paula, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Nossa Senhora da Abadia, Igreja de Santa Bárbara, Quartel do Vinte, Casa de Câmara e Cadeia, Chafariz de Cauda da Boa Morte, Casa de Fundação, Palácio Conde dos

Arcos e algumas residências. A partir desse momento, as ações do Iphan, antigo SPHAN, no sentido de preservação do patrimônio, foram contínuas.

Em 1978, houve a segunda intervenção na Cidade de Goiás, abrangendo o entorno dos principais monumentos no âmbito de proteção do patrimônio. Na década de 1980, a atuação do Iphan na cidade acentuou-se, em razão da implantação do escritório da Diretoria Regional do Iphan. Durante a década de 1990, quando foi formulado o pedido de tombamento da Cidade de Goiás, o Iphan trabalhou arduamente junto com a Ovat, mesmo com a resistência de alguns moradores. É possível afirmar que os especialistas do Iphan foram e ainda são fundamentais para a conservação do conjunto urbanístico e arquitetônico na Cidade de Goiás.

A valorização da Cidade de Goiás, com o requerimento de titulação de Patrimônio Mundial, no final do século XX, restaurou a autoestima dos vilaboenses e, depois de tantas perdas, alterou a situação econômica e turística local. Tamaso (2007, p. 701) ressalta que “o título seria bem recebido, porque atendia todas as demandas: do eco de um passado de perdas (de uma elite aviltada), ao brado geral de esperança (inclusive dos migrantes) em um futuro mais promissor”.

Em 2001, ao receber o título de Patrimônio Mundial, concedido pela Unesco, foram intensificados os investimentos de verbas públicas e as iniciativas privadas para a revitalização e conservação do centro histórico da Cidade de Goiás, e, com isso, aumentaram as ressignificações das tradições, construindo novas referências históricas, agora como Patrimônio Mundial.

Durante todo o estudo, foi possível notar que a Cidade de Goiás, após o seu tombamento como patrimônio mundial, é reconhecida e explorada, principalmente em relação às questões turísticas. Os seus moradores, porém, e até mesmo os visitantes, orgulham-se do passado secular da cidade, relacionado ao garimpo, à política no estado de Goiás e aos edifícios que ali se encontram.

Apesar de todos os problemas que a Cidade de Goiás enfrentou desde a sua criação, como o esgotamento do ouro e a perda do poder político, conseguiu reerguer-se ao obter a titulação e passar de *arraial para patrimônio mundial*, como resultado de seus patrimônios material e imaterial.

É preciso destacar que o título de patrimônio mundial não foi apenas uma forma de “compensar” os danos seculares sofridos pelos vilaboenses (principalmente pela perda da capital, vivida com grande intensidade pelos “filhos de Goiás”), mas também serviu para transformar as relações dos vilaboenses tradicionais com os seus patrimônios. A Cidade de Goiás, como Patrimônio Cultural da Humanidade, além de preservar o patrimônio material e imaterial, atrai visitantes de vários lugares, fazendo com que a cidade se torne a maior referência patrimonial do estado de Goiás, e uma das mais importantes do Brasil, no âmbito mundial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. *A cidade de Pirenópolis e o impacto do tombamento*. 2006. 80 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ANDRADE, A. B. *O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial*. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 33-85.
- ARANTES, A. Patrimônio Cultural e cidade. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. (org.). *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. p. 11-24.
- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 280 p.
- ARRAIS, C.; SANDES, N. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. *Revista Opsi*, Catalão, v. 14, n. 1, p. 399-414, jan./jun. 2014.
- AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial. *Terra Livre*, São Paulo, n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.
- AZEVEDO, P. Patrimônio cultural e natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 45-63, 2017.
- BERTRAN, P. *História da terra e do homem no planalto central*. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Editora Verano, 1987. 270 p.
- BERTRAN, P.; FARQUINI, R. *Cidade de Goiás Patrimônio da Humanidade*. Brasília: Editora Verano e Takano, 2002. 168 p.
- BERTRAN, P.; GALVÃO JÚNIOR, J. *Evolução urbana da Cidade de Goiás no período colonial*. Belo Horizonte: Arquimemória II, 1987. Mimeografado.
- BRAGA, V. *Relíquia e exemplo, saudade e esperança: o SPHAN e a consagração de Ouro Preto*. 2010. 132 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 27 de julho de 2018
- BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Nacional. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, DF: MEC/SPHAN/PróMemória, 1980.

CALEBRE, L. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 33-63, 2017.

CAMPOS, Y. *Percepção do intangível: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial*. 2. ed. Goiânia: Arraes editores, 2017. 100 p.

CAMPOS, Y. *Proposições para o Patrimônio Cultural*. Juiz de Fora: Funalfa, 2014. 207 p.

CHAUL, N. *Caminhos de Goiás, da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2010. 285 p.

CHAUL, N. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf, 1988. 170 p.

CHUVA, M. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul./dez. 2003.

CHUVA, M. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 79-104 2017.

CIDADE DE GOIAZ, n. 75, 10 mar. 1940.

COELHO, G. *A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa*. 1997. 131 f. Dissertação Mestrado em História das Sociedades Agrárias – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

COELHO, G. *Arquitetura da mineração em Goiás*. Goiânia: Editora Trilhas urbanas, 2007. 101 p.

COELHO, G. *O espaço urbano em Vila Boa*. Goiânia: Editora UCG, 2008. 2. reimpressão. 238 p.

CURY, I. (org.). *Cartas patrimoniais*. Brasília: Iphan, 2000. 384 p.

DELGADO, A. Goiás: A invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan./jun. 2005.

DELSON, R. *Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Tradução: Fernando de V. Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord. 140 p.

DOSSIÊ de proposição de inscrição da Cidade de Goiás na lista do Patrimônio da Humanidade. Goiânia: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1999.

FORTUNA, C. Centros históricos e patrimônios culturais urbanos: uma avaliação e duas propostas para Coimbra. *Oficina do CES*, n. 254, jun. 2006. Disponível em:

<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/254/254.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2018

FONSECA, M. O Patrimônio Cultural e o IPHAN. Perspectivas no início do século XXI. *Revista da Cultura – Funceb*, ano XIII, n. 24, p. 34-42, 2014.

FONSECA, M. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 314 p.

FUNES, A. *Goiás 1800/1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora UFG, 1986. 175 p.

GEETZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. 323 p.

GOMIDE, C. *Antiga Vila Boa de Goiás – Experiências e memórias na/da cidade patrimônio*. 2007. 192 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMIDE, C. Cidade de Goiás: da ideia de preservação à valorização do patrimônio – a construção da imagem de cidade histórica (1930-1978). In: CHAUL, N. F.; DUARTE, L. S. (org.) *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano de Goiânia*. Editora UFG, 2005. 254 p.

GONÇALVES, J. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

GOUVÊA, M. F. Redes de poder na América Portuguesa. O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790–1822. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n. 36, p. 297-330, 1998.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo. Centauro. 2006.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HOLANDA, S. *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difel, 1982.

INTITUDO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NACIONAL. IPHAN. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1996.

LEITE, R. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, São Paulo, 2001.

LEMES, F. Poder local e rede urbana nas minas de Goiás. *História*, São Paulo,,v. 28, p. 381-413, 2009.

LEMOS, C. *A casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999. 264 p.

LOWENTHAL, D. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Ed Akal, 1998. 683 p.

MACHADO, J. Feito em casa: O IPHAN e a cooperação internacional para o patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 245-284, 2017.

MAGALHÃES, A. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, DF, n. 20, p. 40-44, 1984.

MAGALHÃES FILHO, F. *Paisagem cultural da Cidade de Goiás: representações de moradores e visitantes*. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Socioambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

MARTINS, F. *A arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural*. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

MARX, M. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. 219 p

MARX, M. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1991. 143 p.

MELLO, S. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 288 p.

MENEZES, U. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ENERGIA, 2.*, 1999, São Paulo. [Trabalhos apresentados]. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo.1999. p. 30-44.

MORAES, M.; PALACÍN, L. *História de Goiás (1722-1972)*. 6. ed. Goiânia: Editora Goiânia, 1994. 122 p.

MORAES, D. *Cidade de Goiás: patrimônio histórico, cotidiano e cidadania*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MOTTA, L. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990*. 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MOTTA, L. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 249-280, 2017.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, p. 7-29, 1981.

O POPULAR, Goiânia, Caderno 2, 28 jul. 1988.

OLIVEIRA, A. A percepção da mudança: os registros na Cidade de Goiás. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 189 -208, 2011.

OLIVEIRA, A. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: Agepel, 2001. 279 p.

OLIVEIRA, R. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, C. et al. (org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2004.

PAES, T. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R. et al. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

PALACÍN, L. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora UCG, 1994. 174 p.

PALACÍN, L.; MORAES, A. *História de Goiás*. Goiânia: Editora UCG, 1994. 122 p.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987. 136 p.

PEREIRA, D. Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do século XXI. *Rev. CPC*, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 240 p.

POULOT, D. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. R.; GRANATO, M.; BEZERRA, R. Z.; BENCHETRIT, S. F. (org.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. 362 p.

REIS FILHO, N. G. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1968. 235 p.

RIBEIRO, M. Entre o ser e o coletivo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 223-248, 2017.

RUBINO, S. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem à província de Goiás*. Tradução de Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SANDES, N. *A invenção da nação – entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora UFG, 2000. 253 p.

SANT'ANNA, M. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 139-155, 2017.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

SANT'ANNA, M. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937- 1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, P. *Formação das cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 182 p.

SCHLEE, A.; QUEIROZ, H. O jogo de olhares. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 35, p. 105-120, 2017.

SOUSA, A. *Entre monumentos e documentos: Cidade de Goiás, Cora Coralina e o dossiê de tombamento*. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

TAMASO, I. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005. 26 p.

TAMASO, I. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás*. 2007. 769 f. Dissertação (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

TAMASO, I. Paradoxos da conservação patrimonial na Cidade de Goiás. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. Porto Seguro: 2008. p. 1-17.

TAMASO, I. *Quem ri por último ri melhor*. Projeto de pesquisa (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001. Datilografado.

TELES, J. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Ed. Oriente, 1978. 94 p.

TEIXEIRA, M. *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Ed. Horizonte, 2004. 367 p.

TORELLY, L. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. *Fórum Patrimônio*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul/dez. 2012. 18 p.

UNESCO, W. H. C. *Operational Guidelines for the implementation of the world heritage convention*. Paris: Unesco, 2002. Disponível em: <https://whc.Unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiania, v. 4, n. 1, p. 437-454, jan./jun. 2006.